



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRAS  
TRADICIONAIS

JOHN CLEBER SARMENTO SANTIAGO

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU, MOJU-PA, CONTRA  
AS AGROESTRATÉGIAS DO CAPITAL:  
JUVENTUDE E TERRITORIOS DE R-EXISTÊNCIAS

Brasília-DF

2018

JOHN CLEBER SARMENTO SANTIAGO

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU, MOJU-PA, CONTRA  
AS AGROESTRATÉGIAS DO CAPITAL: JUVENTUDE E TERRITÓRIOS  
DE R-EXISTÊNCIAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Área de concentração em sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Tereza Reis da Silva.

Brasília-DF

Julho de 2018

JOHN CLEBER SARMENTO SANTIAGO

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU, MOJU-PA, CONTRA AS  
AGROESTRATÉGIAS DO CAPITAL: JUVENTUDE E TERRITORIOS DE R-  
EXISTÊNCIAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Área de concentração em sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Tereza Reis da Silva.

Banca examinadora:

Dra. Ana Tereza Reis da Silva (Orientadora)

FE/UnB

Dr. Sérgio Sauer (Examinador interno)

FUP/UnB

Carlos Alexandre B. P. dos Santos (Examinador externo)

DAN/ICS/UnB

Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira (Suplente)

MESPT/CDS/UnB

Brasília-DF

Julho de 2018

*Dedico este trabalho aos nossos velhos,  
por terem nos ensinado a r-existir através da resistência  
no intuito de garantir a existência em nosso Território.  
Aos Jovens do Movimento da Juventude  
Quilombola do Território de Jambuaçu  
que carregam a esperança de dias melhores  
para nosso quilombo.*



## AGRADECIMENTOS

*Sonho que se sonha só  
Pode ser pura ilusão.  
Sonho que sonha junto  
É sinal de solução.*

Agradecer não é tarefa fácil. Porém, reconheço que esta dissertação só foi possível graças à colaboração, a compreensão e ao engajamento de várias pessoas que aqui faço questão de lembrar.

Como cristão, nascido no berço das Comunidades Eclesiais de base, que tem como princípio a Teologia da Libertação, agradeço primeiramente ao Deus dos pobres e dos oprimidos desta terra que nos acompanha sempre em nossas pelejas.

Meus agradecimentos aos velhos de nossas comunidades que nos inspiram a lutar cada vez mais ao passo que partilham conosco suas histórias, memórias e experiências da luta coletiva.

À organização do Território Quilombola de Jambuaçu pelo seu exemplo no enfrentamento das Agroestratégias.

À Comunidade de São Manoel pelo apoio e incentivo em concluir o curso.

Ao Movimento da Juventude Quilombola do Território de Jambuaçu que abraçou e assumiu o protagonismo da luta pelo Território.

À Dr. Ana Teresa, pela orientação, amizade e companheirismo durante a construção da proposta da dissertação.

Ao companheiro de luta, Raimundo Magno, que me apresentou a proposta do MESPT.

À CPT, pelas vivências da educação popular e experiências de luta no campo.

À minha mãe, Simone Sarmento, por ter me educado nos espaços dos movimentos sociais e por ter me alimentado da mística do Deus dos pobres e dos pobres de Deus, a qual me levou a abraçar o sonho de um outro mundo possível.

À minha tia, Silvana Sarmento, por ter me acompanhado e me incentivado desde a construção do projeto de seleção do mestrado até os últimos momentos da elaboração deste trabalho.

Ao MESPT por ter me oportunizado o encontro com amigos de outros povos e comunidades tradicionais para partilhar a luta, os saberes e os sabores da vida.

À equipe da Escola Comunitária Casa Familiar Rural Hernani Oliveira Franco por ter me apresentado outras possibilidades de ensino-aprendizagem.

À equipe de Trabalho do Programa Saberes da Terra por compreender minha ausência quando eu mais precisei.

Aos professores e companheiros de sala de aula que tanto contribuíram para minha permanência no mestrado.

À Emanuelle Raiol, uma companheira de vida e de luta que foi essencial nas decisões tomadas desde a inscrição no processo de seleção do mestrado à elaboração do trabalho final. Obrigado por ter sido minha companheira durante essa fase da minha vida, por ter me ajudado a me manter firme até aqui e por ter sido a primeira pessoa a ler meus escritos durante muito tempo.

A todos vocês a minha eterna gratidão. Obrigado pelo companheirismo demonstrado até aqui. Sou grato a todas/os vocês por terem compartilhado comigo este sonho.

*A luta popular não é um evento que nasce grande.  
Evento que não se torna fato político é vento.  
A luta que nasce monstra tende a morrer,  
assim como a luta que não cresce tende a desaparecer.  
A luta, como uma fonte de água, precisa virar riacho,  
tornar-se rio e chegar ao mar.  
A experiência local deve irradiar-se e  
alcançar a dimensão nacional e até internacional.  
Por isso, a luta popular que tem como horizonte a transformação  
prioriza a parte, como ponto de partida,  
porque seu objetivo é a inclusão do todo,  
como ponto de chegada.  
(Ranulfo Peloso)*

## RESUMO

O campo brasileiro tem sido expropriado desde a colonização. Através da invasão de terras e da expulsão de seus verdadeiros donos, inicialmente pelos colonizadores, depois pelas elites coloniais que se estabeleceram no país e hoje pelas agroestratégias do capital, esse processo de expropriação tem vitimado indígenas, quilombolas, camponeses e demais populações tradicionais. O Território Quilombola de Jambuaçu, localizado no município de Moju-PA, historicamente sofre com as investidas do capital: na década de 1980 com a chegada e a expansão da monocultura do dendê; no ano 2000 com a instalação de tubos de um mineroduto e de uma linha de transmissão de energia; e, no contexto atual, com a possível construção da Ferrovia Paraense (FEPASA). Mas o avanço desses empreendimentos sobre o território e sobre as vidas que ali coexistem, não se deu sem resistência. Esta dissertação analisa as estratégias de luta e resistência, acionadas pelas comunidades de Jambuaçu, no passado e no presente, para fazer frente às agroestratégias do capital. É uma pesquisa engajada que analisa, a partir de processos de intervenção, envolvendo os jovens na luta comunitária, discutindo como tem se dado o protagonismo político da juventude e o papel que desempenha na construção de outras estratégias em defesa do território.

**Palavras-chave:** Quilombo Jambuaçu, Território, Identidade, Agroestratégias, R-existência.

## ABSTRACT

The Brazilian countryside has been explored since the colonization. Through land invasion and the eviction of its true owners, first by the colonizers, and then by the colonial elites that established themselves up to this day through the agro-strategies of capital, this eviction process victimizes people of indigenous ethnicities, quilombolas, farming workers, and other traditional people. The Quilombola Territory of Jambuaçu, in the county of Moju – Pará, Brazil, historically suffers from the attacks of capital: in the 1980's, with the monoculture of palm oil; in the 2000's with the installation of mining ducts and an energy transmission line; and currently, with the intent of constructing the railroad of the Ferrovia Paraense (FEPASA). Nevertheless, the advancements of these enterprises over the territory and its people's lives didn't happen without resistance. In this dissertation, I analyze the strategies of fight and resistance of the communities of Jambuaçu, both former and current, to stand against the agro-strategies of capital. Being it an involved and committed research, I also analyze, from an intervention process involving the quilombola youth in the communal struggle, how the political protagonism of this youth impacts the construction of other strategies to defend the territory.

**Keywords:** Quilombo Jambuaçu; Territory; Identity; Agro-strategies; R-existence.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comunidade de São Manoel. Foto: John Cleber S. Santiago, julho de 2016.	15
Figura 2: Equipe CPT a caminho do Congresso em Porto Velho. Fonte: CPT, julho de 2015.	19
Figura 3: Centro da Comunidade de São Manoel. Fonte: John Cleber, julho de 2016.	34
Figura 4: Caminho do Cemitério. Fonte: Arquivo pessoal de Valclei Almeida, junho de 1980.	41
Figura 5: Reunião da organização do Território. Fonte: CPT, fevereiro de 2006.	47
Figura 6: Pico do ITERPA derrubado. Fonte: CPT, dezembro de 2005.	52
Figura 7: Maquinário da empresa escavando o território. Fonte: CPT, março de 2005.	58
Figura 8: Torre de transmissão de energia no chão. Fonte: CPT, dezembro de 2006.	64
Figura 9: Movimento da Juventude Quilombola de Jambuaçu. Fonte: Arquivo da JQTJ, fevereiro de 2017.	75
Figura 10: Reunião da Organização do Território. Fonte: Arquivos da JQTJ, julho de 2017.	85
Figura 11: Primeira roda de conversa “A luta organiza a vida”. Fonte: Arquivos da JQTJ, dezembro de 2017.	87
Figura 12: Segunda roda de conversa “A luta organiza a vida”. Fonte: Arquivos da JQTJ, dezembro de 2017.	88
Figura 13: Terceira roda de conversa “A luta organiza a vida”. Fonte: Arquivos da JQTJ, dezembro de 2017.	90
Figura 14: Quarta Roda de conversa “A luta organiza a vida”. Fonte: Arquivos da JQTJ, dezembro de 2017.	92
Figura 15: Quinta Roda de conversa “A luta organiza a vida”. Fonte: Arquivo da JQTJ, janeiro de 2018.	93
Figura 16: Sexta Roda de conversa “A luta organiza a via”. Fonte: Arquivos da JQTJ, fevereiro de 2018.	95
Figura 17: Juventude organizando a mística de abertura. Fonte: Arquivos da JQTJ, fevereiro de 2018.	96
Figura 18: Representatividade das comunidades quilombolas na ALEPA. Fonte: Arquivos da JQTJ, fevereiro de 2018.	97

Figura 19: Jovens de Jambuaçu cantando “Tambores de Palmares”. Fonte: Arquivos da JQTJ, fevereiro de 2018. 98

Figura 20: Parte da mística que representa o despejo das famílias. Fonte: JQTJ, fevereiro de 2018. 100

Figura 21: Encerramento da programação. Fonte: Arquivos da JQTJ, fevereiro de 2018. 103

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Região Guajarina. Fonte: IBGE (2013).....	36
Mapa 2: Território Quilombola de Jambuaçu. Produzido por Admar Junior Castro dos Santos. .....	38
Mapa 3: Traçado da ferrovia no território de Jambuaçu. Fonte: Processo Judicial nº 0821007- 28.2017.8.14.0301.....	77



## LISTA DE SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade  
ALEPA – Assembleia Legislativa do Estado do Pará  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
BAMBAÊ – Coordenação das Comunidades Quilombolas do Território de Jambuaçu  
CEB’S – Comunidades Eclesiais de Base  
CFR – Casa Familiar Rural  
CONSEP – Conselho de Segurança Pública  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FCP – Fundação Cultural Palmares  
FEPASA – Ferrovia Paraense  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco  
GERSAPT – Grupo de Estudos das Relações Sócios Ambientais e Povos Tradicionais  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IFPA – Instituto Federal do Pará  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITERPA – Instituto de Terras do Pará  
JQTJ – Juventude Quilombola do Território de Jambuaçu  
MESPT – Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais  
MP – Medida Provisória  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
NDDH – Núcleo de Direitos Humanos  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PCT’S – Povos e Comunidades Tradicionais  
PEC – Proposta de Emenda Parlamentar  
PIN – Plano de Integração Nacional

PJ – Pastoral da Juventude

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

REASA – Reflorestamento Amazônia Sociedade Anônima

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SECTAM – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SEDEME – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

STF – Supremo Tribunal Federal

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UnB – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>PRIMEIRAS PALAVRAS .....</b>	<b>15</b>
1 – O LUGAR DE FALA E A PESQUISA COMO MILITÂNCIA.....	15
2 – SITUANDO O PROBLEMA DE PESQUISA .....	21
3 – PERCURSO METODOLÓGICO .....	30
<b>CAPÍTULO I – TEMPO MEMÓRIA .....</b>	<b>34</b>
1.1 – O TERRITÓRIO DA PESQUISA: MUNICÍPIO DE MOJU, QUILOMBO DE JAMBUAÇU E COMUNIDADE DE SÃO MANOEL.....	34
<b>CAPÍTULO II – TEMPO REBELDIA.....</b>	<b>47</b>
2.1 – CONFLITO COM A REASA.....	47
2.2 – O CONFLITO COM A VALE.....	57
2.3 – IDENTIDADE QUILOMBOLA E R-EXISTÊNCIA NA LUTA PELO TERRITÓRIO .....	70
<b>CAPÍTULO III – TEMPO ESPERANÇA .....</b>	<b>75</b>
3.1 – CONFLITO COM O ESTADO – FEPASA .....	75
3.2 – MOBILIZAÇÃO E PROTAGONISMO POLÍTICO DA JUVENTUDE .....	78
3.3 - PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA COMO INSTRUMENTO DE R- EXISTÊNCIA .....	84
3.4 – O LANÇAMENTO DO PROTOCOLO .....	95
<b>FECHAMENTO-ABERTURA .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO I – TEXTO DO ABAIXO ASSINADO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU – PA AO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ. ....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO II – PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA LIVRE E INFORMADA DOS QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU/MOJU – PA.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO COM O PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA LIVRE E INFORMADA DOS QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU/MOJU – PA .....</b>	<b>126</b>

## PRIMEIRAS PALAVRAS



Figura 1: Comunidade de São Manoel. Foto: John Cleber S. Santiago, julho de 2016.

### 1 – O lugar de fala e a pesquisa como militância

*Eu sou o neto negro dos negros e negras que  
eles não conseguiram matar e hoje estou na Luta.  
(Autor desconhecido)*

Este trabalho é resultado de uma pesquisa engajada, realizada durante o curso de Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais, na Universidade de Brasília. Teve como principal objetivo analisar os processos de r-existências das comunidades quilombolas do território de Jambuaçu frente às agroestratégias do capital. Embora utilize no título “agroestratégias do capital”, entendo que elas envolvem múltiplos sujeitos e narrativas, além do capital: aparelhos do estado, mídia, empresas, intelectuais, dentre outros.

Primeiramente, antes de tratar dos objetivos, problemática e justificativa da presente pesquisa, considero importante ressaltar o meu lugar de fala, sinalizando de início a mútua relação entre minha trajetória de vida e meu tema de pesquisa.

Do coração pulsante da Amazônia, do Norte mitificado e espoliado do país, dos quilombos de Jambuaçu e da floresta de São Manoel, resistência perene e teimosa, ecoa minha voz que reúne em si muitas outras vozes.

Sou John Cleber Sarmiento Santiago, um jovem quilombola. Filho de Simone Sarmiento, quilombola do município de Moju, território de Jambuaçu, comunidade de São Manoel – a qual durante muito tempo foi liderada pelas mulheres aguerridas de minha família – e de João Santiago, descendente de indígenas que habitaram a cidade de Bragança-Pa. Quando jovens, meus pais saíram de suas comunidades em busca de mais estudos e pleitear “oportunidades de emprego” na cidade e acabaram se conhecendo no município de Ananindeua-Pa.

Diante de uma sociedade racista, em cuja lógica os negros devem ocupar os subempregos da vida, a única ocupação que minha mãe conseguiu, ao sair de sua comunidade, foi a de “escrava doméstica” e meu pai de borracheiro em uma empresa de recapagem de pneus.

Nasci no dia 24 de fevereiro de 1992, no hospital Santa Cecília, na cidade de Belém, depois de uma tentativa fracassada de parto normal em casa. Minha genitora foi se resguardar em sua comunidade, enquanto meu pai ficou na cidade de Ananindeua, trabalhando para garantir nosso sustento e nos visitava quando podia.

Meus pais sempre tiveram que fazer escolhas difíceis para garantir nossa sobrevivência. Depois de dois anos separados, compraram uma casa simples e humilde na cidade de Ananindeua, e foram “tentar a vida” juntos novamente. Nesse período, minha mãe voltou a ser “escrava doméstica”, tendo que decidir entre cuidar de mim ou do filho da “patroa”. Diante dos desafios e dificuldades, com muita dor, escolheu a segunda opção.

Para cuidar de mim contavam com o apoio das vizinhas e de algumas pessoas da minha família paterna que também moravam na cidade de Ananindeua. Quando não me mandavam para a comunidade de São Manoel, para ficar com minha bisavó Serafina (mais conhecida como Ceroça), que me educava com seus sábios conhecimentos tradicionais ao acompanhá-la nos trabalhos diários da roça e do Retiro (casa de farinha da comunidade).

Na comunidade, e em companhia de minha avó, aprendi a realizar todo o processo de produção da farinha, bem como a pensar a respeito de nossa identidade e cultura quilombola. Fiquei nesse movimento de pêndulo entre a cidade de Ananindeua e a comunidade até os

meus 7 anos incompletos. Ao completar 7 anos de idade, meus pais também tiveram que buscar alternativas para garantir meus estudos. Deixavam-me na cidade, sob os cuidados de vizinhas e familiares, durante os meses letivos, e, no período de férias (janeiro e julho), mandavam-me para a comunidade. Comecei a dar meus primeiros passos do ensino fundamental na escola Municipal São Judas Tadeu, localizada num bairro periférico de Ananindeua; lá estudei até a terceira série.

Aos 9 anos de idade meus pais se separaram. Vendo-se sozinha, minha mãe me matriculou numa escola pública de regime de semi-internato que acolhia filhos e filhas de mães solteiras. Ali também funcionava a sede da Comissão Pastoral da Terra (CPT - Região Guajarina), que tinha como coordenador o padre Sérgio Tonetto. Mais tarde entenderia a importância dele como amigo e companheiro de luta de minha família e das comunidades do território quilombola de Jambuaçu.

Ao manter os primeiros contatos com a CPT, no espaço escolar, comecei a me apaixonar ainda mais pelos casos e histórias que minha mãe, tias e bisavós me contavam sobre a luta pelo território. Nesse período, adquiri mais conhecimentos sobre os pobres da terra e da água, bem como sobre o ambiente Amazônico, alimentando assim a vontade de me formar para melhor servir ao meu povo. Apesar de morar mais tempo na cidade, sempre mantive o vínculo familiar, étnico e cultural com os parentes, com as lutas e causas quilombolas. É lá que minha vida e minha luta têm sentido.

Antigamente, as pessoas da comunidade me olhavam apenas como o neto da Cique, bisneto da Ceroça, sobrinho da Helena e filho da Simone; diziam que minhas avós, tias e mãe eram e são mulheres aguerridas, rebeldes e lideranças únicas. Com o passar do tempo, começaram a me ver com outros olhos; como o menino que herdara, em seu sangue, a rebeldia e o espírito de liderança daquelas mulheres; que tinha assumido o compromisso com a causa do seu povo que sempre lutou pelo direito a terra e ao território.

Desde cedo minha mãe me oportunizou uma educação na fé, baseada na Teologia da Libertação, pois desde criança também foi alimentada com esses ideais. Também em razão disso, tive contato, desde muito cedo, com espaços de luta e reivindicação de direitos como as CEB'S (Comunidades Eclesial de Base) e os movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Núcleo Resistência Cabana da Consulta Popular, Grito dos Excluídos, dentre outros). Foram nesses espaços que minha educação se deu, neles também fui estimulado a sonhar com um outro mundo possível por meio da transformação social e iluminado sempre pela ideia de que "A luta organiza a vida".

Aos 17 anos de idade, assumi a coordenação de um grupo de base da Pastoral da Juventude (PJ), formado em sua maioria por jovens pobres, negros, filhos de mães solteiras da periferia de Ananindeua. Minha tarefa era conduzir um processo de formação política que os levasse a se reconhecerem como sujeitos de direitos, que se organizam e lutam por eles, que se encorajam a transgredir a lógica racista de que “ser negro é inferior”. É importante ressaltar que esse espaço de formação e a atividade de educador popular foram fundamentais na minha decisão de me tornar educador.

No ano de 2011, aos 19 anos, iniciei minha trajetória acadêmica na Universidade do Estado do Pará (UEPA), campus de Moju, no Curso de Licenciatura em Matemática. A essa altura minha afinidade com a educação já estava bem definida, porém precisava me qualificar e me certificar. Nesse percurso de 4 anos, tive que ser bem seguro quanto aos meus ideais, pois dentro da academia a luta continuava. Ali também foi necessário debater com amigos e professores os modelos hegemônicos de educação que nos eram impostos, militar pelas cotas raciais e pelo processo seletivo especial para indígenas e quilombolas, afirmando assim minhas posições políticas.

No ano de 2014, ainda como coordenador do grupo de jovens, elaborei e desenvolvi, junto com outros companheiros, um projeto de “Cursinho Popular”, na perspectiva de proporcionar aos jovens uma formação reflexiva sobre os temas da atualidade, bem como sobre os conteúdos específicos necessários para a seleção do ENEM, capacitando-os para ousassem ocupar esse espaço elitista que é a universidade.

Formei-me em 2014, aos 22 anos de idade. Os ideais da educação libertária adquiridos e fortalecidos nos movimentos sociais reiteraram minha convicção de que deveria atuar na área da educação do campo, modelo de educação no qual acredito e defendo. Desempenhei, então, a profissão de educador voluntário e compus a equipe de coordenação na Escola Comunitária Casa Familiar Rural Hernani Oliveira Franco, localizada na comunidade ribeirinha Pedreira, à margem direita do médio rio Moju, lutando ao lado dos ribeirinhos no intuito de construir com eles, por meio do diálogo de saberes, processos de mobilização e resistência contra os interesses capitalistas que ameaçam seus territórios.

Paulo Freire dedica seu livro “Pedagogia do Oprimido” (2012) “aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (p.2). Posso também dizer que tenho dedicado minha vida a eles e as suas lutas. Sendo eu mesmo um desses esfarrapados do mundo, descobri que é para eles que meu trabalho deve servir.

Ainda no ano de 2014, fui convidado a participar das formações sobre Educação Popular na sede da CPT, realizadas com lideranças dos municípios de Bujaru, Concórdia do Pará, Acará, Tomé Açu, Abaetetuba, Tailândia, Barcarena, área do Salgado e Moju. Em seguida, me convidaram a compor a equipe como agente voluntário. Encantado desde criança com o trabalho dessa Pastoral, aceitei o convite e ainda hoje sigo colaborando com a formação da juventude quilombola e ribeirinha.

Em julho de 2015 representei nossa região no congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra, em Porto Velho, que tinha como tema “Faz escuro, mas eu canto: Memória, rebeldia e esperança”. Foi um momento enriquecedor onde pude me fortalecer nas místicas e tive a oportunidade de conviver e compartilhar experiências de vida e de luta com outros povos tradicionais e com os educadores do campo.



Figura 2: Equipe CPT a caminho do Congresso em Porto Velho. Fonte: CPT, julho de 2015.

É importante ressaltar que o congresso em Porto Velho foi decisivo para minha militância e para minha pesquisa. Na ocasião, discutimos a conjuntura política do país, bem como o avanço do agronegócio que, na região norte, ganhava força com o projeto de construção da Ferrovia Paraense - FEPASA, prevista para passar em nossos territórios. O ingresso no Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT/UnB), no ano de 2016, foi uma oportunidade de aproximar minha militância da organização do território, principalmente da luta pela terra e por direitos.



Paulo Freire afirma que “o educador está na busca incessante do conhecimento”. O que me impulsiona a continuar nessa busca é a certeza de que o conhecimento pode servir aos interesses de meu povo e de outros povos tradicionais. Por esse motivo cheguei ao MESPT; por reconhecer que a academia é um espaço propício para dar visibilidade e reivindicar a legitimidade dos nossos saberes e modos de existir; para nos apropriarmos de outros conhecimentos e instrumentos de resistência; para construirmos alianças com pesquisadoras/es que trabalham em defesa de nossos interesses; para tornar pública as violências que sofremos como forma de denúncia. Assim, essa pesquisa é mais que um processo acadêmico de produção de conhecimento, é também uma ferramenta de fortalecimento da nossa luta.

Desde cedo aprendi a socializar o saber e não vejo o mestrado apenas como uma possibilidade de adquirir mais um título. Acredito que de nada vale um discurso transformador se nele constar tão somente de teorizações. Então, durante a pesquisa, busquei por em prática todo o conhecimento adquirido até aqui, além de me comprometer ainda mais com as utopias coletivas de nosso território e com a mobilização da juventude. A experiência formativa do MESPT me renovou as esperanças de que outro mundo, mais justo e igualitário, é possível. Também por isso, o Programa se transformou em um importante instrumento de fortalecimento da luta pelo território.

Nesse sentido, ao retornar ao Pará, após a qualificação do projeto em junho de 2017, fui surpreendido com a notícia do assassinato de uma de nossas lideranças. Dona Trindade, mulher quilombola, reconhecida pela sua atuação nos espaços das Comunidades Eclesiais de Base e pelo seu engajamento na luta por nossos direitos, foi cruelmente assassinada no dia 24 de junho de 2017 pelo filho de um funcionário da empresa Marboges. Este residia nas terras da empresa que faz fronteira com a comunidade de Trindade. Essa era mais uma dura demonstração de que o capital não avança somente sobre nossas riquezas e bens naturais, mas igualmente sobre os corpos daquelas e daqueles que lutam pelo território e pelas vidas (humanas e não humanas) que nele coexistem. O assassinato desta companheira reforçou ainda mais meu compromisso de colocar a pesquisa a serviço das demandas do meu povo.

A partir daí, iniciei o percurso de minha pesquisa engajada. No dia 14 de julho de 2017 participei de uma reunião que iria discutir o caso da Trindade. Iniciei minha fala questionando a falta de representatividade da juventude nos espaços de mobilização, tendo em vista que somente dois jovens estavam presentes na reunião (um deles era eu). Falei ainda sobre a importância de despertar na juventude o desejo de lutar pelo território, contra o poder e a cobiça do capital, e que a morte da Trindade talvez tivesse sido apenas um aviso para nós.

Alguns encaminhamentos foram tirados nessa reunião sendo um deles a construção de um Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do território de Jambuaçu. De acordo com o Art. 6º da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é dever dos governos “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”. Nós, povos tradicionais quilombolas temos o direito de decidir livremente sobre o nosso presente e futuro, na qualidade de sujeitos coletivos de direitos.

Levantou-se, ainda, a necessidade de representatividade quilombola nos Conselhos Estaduais e Municipais e a criação de um Grupo de Trabalho Quilombola para compor o Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará (CONSEP), decidiu-se reivindicar um assento para acompanhar os casos de violências contra as comunidades; mapear os conflitos no território de Jambuaçu; organizar um histórico dos conflitos agrário e articular uma assessoria jurídica.

Depois dessa reunião, assumi uma responsabilidade pessoal e coletiva: incentivar e atuar na mobilização da juventude em defesa do território. Assim esta pesquisa foi construída, a partir de um *locus* de enunciação político e etnicamente posicionado. A fala de um quilombola somada à narrativa de outras/os tantas/os, para discorrer sobre a importância da organização comunitária frente às agroestratégias que ameaçam nossos modos de vida, nossa sustentabilidade material e imaterial e nossos direitos identitários e territoriais.

## **2 – Situando o problema de pesquisa**

A história da invasão portuguesa é quase sempre narrada a partir das atividades econômicas desenvolvidas ao longo da história do país. Inicialmente o escambo e a exploração do Pau Brasil; em seguida os ciclos do algodão, do açúcar, das drogas do sertão, do café, da borracha, da agropecuária, da extração madeireira, da mineração, dos grandes projetos e do agronegócio. Sobre esse processo, Little (2002, p. 4) faz o seguinte recorte temporal:

Se percorrermos rapidamente os diversos processos de expansão de fronteiras no Brasil colonial e imperial – a colonização do litoral no século

XVI, seguida por dois séculos das entradas ao interior pelos bandeirantes; a ocupação da Amazônia e a escravização dos índios nos séculos XVII e XVIII; o estabelecimento das plantations açucareiras e algodozeiras no Nordeste nos séculos XVII e XVIII baseadas no uso intensivo de escravos africanos; a expansão das fazendas de gado ao Sertão do Nordeste e Centro-Oeste e as frentes de mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste, ambas a partir do século XVIII; a expansão da cafeicultura no Sudeste nos séculos XVIII e XIX – podemos entender como cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos.

A noção de fronteira, para Macedo *et al* (2013), possui um sentido polissêmico. É acionada por diferentes campos disciplinares: a geografia, a história, a economia política e as ciências sociais. Para Martins (1996, p. 27), “o que há de sociologicamente mais relevante para definir fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social”. É essa ideia que caracteriza a disputa pela terra. A Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ (1995, p. 5) define fronteiras agrícolas como:

Áreas despovoadas ou esparsamente povoadas por populações que se dedicam à exploração dos recursos naturais e que vem sendo submetidas a processos de ocupação em decorrência da potencialidade agropecuária que apresentam. Estas áreas passando por processos de imigração em decorrência da atração induzida por programas públicos de incentivos fiscais e financeiros à produção agropecuária e de construção de estradas e por projetos de investimentos privados.

Esse processo de expansão das fronteiras agrícolas se dá principalmente por conta da exploração dos recursos naturais. Esteve quase sempre vinculada à lógica de que as fronteiras são espaços vazios que precisam ser ocupados e que a terra é apenas o lugar de produção para se obter lucro. Bogo (2010, p. 17), ao analisar a expansão do capital, diz que “aquilo que para a ética é risco, para as empresas e para o mercado são apenas possibilidades de elevar lucros e amenizar as crises criadas pelo próprio sistema do capital”. O autor ainda afirma que:

[...] O mercado e suas inovações chegaram à agricultura e à produção de alimentos. Ávidas de lucro, as empresas avançam sobre as culturas e identidades milenares; terra, sementes, pessoas, hábitos, ciclos de produção e, até, códigos genéticos como se tudo pudesse ser invadido e destruído. Estas empresas atuam articuladas pelo modelo econômico em três frentes no meio rural: a) agronegócio: exploração e comércio agrícola; b) hidronegócio: privatização dos rios e reservatórios naturais para o comércio da água; c)

econegócio: privatização e concessão de uso para a iniciativa privada das florestas e recursos naturais. (BOGO, 2010, p. 17)

A Amazônia se tornou palco dessa expansão, no final do século XIX e início do século XX, com o ciclo da produção da borracha, sendo esta a principal atividade econômica da região entre 1840 a 1910. Essa produção era para atender a demanda da indústria automobilística (TEIXEIRA, 2002).

Historicamente a disponibilidade dos recursos naturais somado aos incentivos fiscais fomentou o interesse do capital estrangeiro pela Amazônia. Esse contexto atraiu vários projetos e investimentos para a região e junto com eles um grande número de pessoas em busca de trabalho e terra. A Amazônia nessa época recebeu grande quantidade de imigrantes nordestinos, sulistas e estrangeiros.

A ocupação da Amazônia intensificou-se ainda mais durante o governo militar, (pós 1964), período em que os incentivos aumentaram com os slogans “integrar para não entregar” e “Terra sem homens para homens sem-terra”. Os incentivos governamentais estimularam a invasão de territórios tradicionais por imigrantes e por empresas e seus empreendimentos.

Segundo Sauer (2005), “os planos oficiais de ocupação da Amazônia foram definidos a partir da concepção de que a região tratava-se de um vazio demográfico. Na década de 40, no governo Vargas, foi iniciado o primeiro plano oficial para a ocupação da Amazônia”. Sauer ainda comenta que “em 1970, no governo de general Emílio Garrastazu Médici, foi lançado o plano de integração Nacional (PIN), que tinha por objetivo a ocupação e povoação dos imersos “espaços vazios” da Amazônia” (p.21).

Essa realidade ainda é muito recorrente no Norte, principalmente no estado do Pará, onde a ocupação foi e ainda é marcada por discursos desenvolvimentistas e por incentivos fiscais estatais para as grandes empresas que atuam aqui. Esse discurso é quase sempre acompanhado de interesses de ordem político-militar e econômico-social para controlar a ocupação do território, garantir a soberania nacional das fronteiras e deslocar trabalhadores que buscam uma fonte de renda. Na concepção de Macedo et al (2013, p. 100):

A expansão da fronteira agrícola no Pará teve ligação direta com os programas governamentais dos anos 1970, que consolidaram a colonização à margem das grandes rodovias, abrindo espaços para a reprodução da pequena produção familiar, o que caracterizaria, inicialmente, os pequenos produtores familiares como um dos principais grupos sociais na região da Transamazônica. Com o passar dos anos, os processos de sucessão da terra, incentivados pela chegada de novos grupos — como os fazendeiros

capitalizados, os grandes empreendimentos minerais, e os projetos de energia e da madeira — acabaram por se contrapor com a lógica de funcionamento inicial, a lógica da pequena produção.

A respeito dos programas governamentais que, nos anos de 1970, estimularam a ocupação territorial desordenada, a abertura de estradas e os incentivos ao agronegócio de monocultura potencializaram o processo de expansão das fronteiras agrícolas, Sauer (2005, p. 22) comenta que:

A abertura de novas estradas e o processo acelerado de ocupação no Estado do Pará têm reativado fronteiras econômicas antigas (como o que ocorre no nordeste, sul e oeste paraenses com o cultivo da soja e a exploração mineral) e movimentando novas fronteiras como o que ocorre em Anapu, Castelo dos Sonhos (Altamira), Novo Progresso e São Félix do Xingu. Essas novas dinâmicas têm acelerado o processo de expropriação e exploração irracional do território, que resultam em desmatamento e muita violência envolvendo novos e antigos ocupantes do espaço territorial.

Baseado nisso, devemos atentar, para além da expansão das fronteiras agrícolas, para os mecanismos que o capital utiliza para expandir seus territórios. Almeida (2010) articula esses mecanismos no que denomina de agroestratégias:

Compreendem um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras. Abrangem tanto estudos de projeção, que tratam das oscilações de mercado e suas tendências, bem como de ajustes na carga tributária de produtos e insumos utilizados em produtos alimentares considerados básicos. Compreendem um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídicos-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das commodities agrícolas e metálicas (p.102).

É importante frisar que ao incorporar essas novas extensões de terras aos interesses industriais, conseqüentemente, são gerados vários problemas ambientais, paisagísticos, sociais e econômicos. Sobre isso, Sacramento (2012) relata que no nordeste paraense, especificamente no município de Moju, onde se localiza o território quilombola de Jambuaçu que é o lócus desta pesquisa, “essa transformação se dá com a criação da rodovia estadual PA 150, em fins da década de 1970” (p. 27):

Este acontecimento atraiu inúmeras famílias na esperança de adquirirem um lote de terra para produzirem, para o sustento interno, ou também para a comercialização. Porém, Este fato só terá grande mobilidade já nos inícios dos anos de 1980 é importante frisar logo, que a chegada dessas famílias não será a grande causadora das disputas pela terra na região, mesmo porque o tamanho da área pretendida por essas famílias não ultrapassava mais do que um lote de terra, como eram denominadas as propriedades, mas sim as agroindústrias que começavam a chegar ainda em fins dos anos de 1970. São os projetos agroindustriais os grandes “vilões” das mudanças que irão ocorrer no município, uma vez que suas áreas pretendidas ultrapassavam milhares de hectares para que possam pôr em prática suas ações desenvolvimentistas, ignorando o modo de vida rudimentar em que vivem os habitantes da região (p. 27).

Frente às agroestratégias há quase sempre resistência por parte das populações atingidas, principalmente das comunidades tradicionais e, com isso, acirram-se os conflitos fundiários, aumentando assim a violência no campo. Segundo Little (2002):

A resistência ativa às invasões representa, sem dúvida, uma das respostas mais comuns na história da expansão das fronteiras. Quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico [...] para a manutenção do controle de suas terras (p. 5).

As transformações impulsionadas pelo avanço das agroestratégias também são combatidas através da resistência popular. No contexto regional, Sacramento (2012) observa que:

As transformações ocorridas em Moju no início da década de 1980, foram impulsionadas, como em outras localidades amazônicas pelos projetos criados pelos militares, que governavam o Brasil. Esses projetos chegando para o município, também como nas outras localidades, trouxeram junto os conflitos no campo, que viriam a se estender por toda a década de 1980 e consequentemente pelas décadas seguintes (p. 26).

Esse modelo de desenvolvimento é acompanhado pelo derramamento de sangue de inúmeras lideranças que lutam em defesa de suas terras e de seus territórios. No município de Moju, várias lideranças tombaram na luta pelo território contra o avanço do capital. Podemos citar como exemplo o líder sindical e lavrador, Virgílio Serrão Sacramento assassinado em 05

de abril 1982 e seus companheiros de luta: Chiquinho, lavrador do Castanhandeua, alto rio Jambuaçu, assassinado em 19 de abril 1988 e Canindé, lavrador do alto rio Jambuaçu, assassinado no dia 07 de agosto 1988. Essas lideranças tombaram lutando contra o avanço da monocultura do dendê praticada pela REASA (Reflorestamento Amazônia Sociedade Anônima) na década de 1980. Essa empresa roubou as terras de vários trabalhadores rurais através de ameaças, invasões, queima de casas e barracos, destruição de roças, com o objetivo de aumentar a escala da produção para atender ao mercado.

Há anos as comunidades quilombolas do território de Jambuaçu vêm sofrendo com as estratégias do capital para expandir seus tentáculos. Primeiramente com a invasão de terras, empreendida pela REASA na década de 1980, em seguida com a passagem dos ductos de caulim da Vale do Rio Doce na década de 2000 e, atualmente, com a continua tentativa de expansão das empresas de dendê e com a possível construção da Ferrovia Paraense (FEPASA), que deverá cortar nosso território ao meio.

É importante observar que o cenário político nacional tem influenciado ainda mais a expansão dessas fronteiras na região. Segundo Almeida (2011, p.27):

Os debates sobre as alterações no código florestal e as recentes iniciativas das ações fundiárias governamentais, quanto ao estoque de terras públicas, no decorrer de 2009 e 2010, evidenciam mudanças no processo político, que até então não tinham se tornado públicas, e configuram um novo arranjo aos elementos interligados que compõem as chamadas agroestratégias. Tanto no Legislativo quanto no Executivo registra-se uma nova correlação de forças que empresta a essas agroestratégias uma característica mais ofensiva.

Na atual conjuntura, desde a ruptura do processo democrático que o país vivenciou em 2016 com a retirada de uma presidenta legitimamente eleita, se intensificaram as ameaças aos direitos de povos e comunidades tradicionais. Ato contínuo à sua posse, Michel Temer promulgou a Medida Provisória nº 726, que extinguiu entre outros órgãos o Ministério do Desenvolvimento Agrário, principal organismo de desenvolvimento de políticas de reforma agrária e regularização fundiária.

O primeiro ato do governo deu o tom do desmonte de direitos que a nova gestão tem assumido, dado que posteriormente vieram novos ataques à luta campesina, tais como a Medida Provisória 759/16, que facilita a venda de terras públicas pertencentes a união, mesmo aquelas em que já existiam acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

Além disso flexibiliza as normas de regularização fundiária na Amazônia legal, o que legaliza o processo de grilagem e fraude de terras. A MP também destina aos municípios o processo de desconcentração de terras, o que atravança ainda mais a distribuição para as comunidades tradicionais, uma vez que no âmbito do executivo e legislativo municipais a presença de fazendeiros e ruralistas é ainda maior.

O congresso nacional, principal aliado de Temer, extremamente reacionário e conservador, é composto em sua absoluta maioria por ruralistas e empreiteiros. É desse Congresso Nacional que estão surgindo propostas que ameaçam as comunidades tradicionais, tais como o Projeto de Lei 654/15 que acelera o processo de licenciamento ambiental de obras de infraestrutura, eliminando as audiências públicas e restringindo a participação dos órgãos como a FUNAI, INCRA e o ICMBio, para tornar ainda mais fácil a implementação de obras, mesmo aquelas que ameaçam o meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito fundamental e constitucionalmente previsto.

Seguindo essa lógica, também tramita na câmara dos deputados a Proposta de Emenda Constitucional 215/00 (PEC 215/00). Essa PEC representa um grande retrocesso para os direitos das comunidades tradicionais, pois confere ao Congresso Nacional a decisão definitiva sobre a demarcação de terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação, além de conferir indenização aos então proprietários das terras já demarcadas e retirar das populações tradicionais as terras ocupadas após 1988, data de promulgação da Constituição Federal.

Outro ataque aos direitos das comunidades quilombolas foi a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3239) que contestava o Decreto nº 4887/2003 (SEPPIR, 2018). É importante ressaltar que o Decreto 4887 regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das comunidades quilombolas e reconheceu a auto identificação como um critério legítimo em processos de designação territorial. Embora a ADI tenha sido derrotada no STF, em abril deste ano, essa foi uma mais uma tentativa de confiscar um direito conquistados pelos povos originários.

Desde o ano de 2016 a violência no campo aumentou de forma assustadora. No dia 19 de abril de 2017 em Colniza, Mato Grosso, pistoleiros encapuzados invadiram a gleba Taquaraçu do Norte, onde moram mais de 100 famílias, e mataram 9 trabalhadores rurais, à tiros e golpes de facão.

No dia 30 do mesmo mês, indígenas do povo Gamela foram atacados em suas terras, povoado de Bahias, em Viana, estado do Maranhão. Segundo a Carta Capital (2017) “ao menos 13 indígenas foram feridos, dois tiveram as mãos decepadas e 5 foram baleados”.



No dia 04 de maio, Katia Martins, líder sindical do assentamento 1º de Janeiro, foi assassinada na zona rural de Castanhal, no Pará. No dia 24 do mesmo mês, trabalhadores rurais sem-terra foram cruelmente assassinados na fazenda Santa Lúcia, município de Pau D'arco, no sudeste paraense. Segundo relatos da Comissão Pastoral da Terra (2017) “10 trabalhadores foram mortos. Sendo nove homens e uma mulher”. No dia 07 de julho, Rosenilton Pereira de Almeida, de 44 anos de idade, um dos líderes da ocupação na fazenda Santa Lúcia, foi assassinado na cidade de Rio Marias a 70 km de Pau D'arco.

No dia 24 de junho, Maria Trindade da Silva Costa, 68 anos de idade, mulher quilombola de Jambuaçu, reconhecida pela sua atuação nos espaços das comunidades eclesiais de base e em defesa do território, foi cruelmente assassinada.

Infelizmente, esses casos não são isolados e nem constituem uma exceção. São tragédias anunciadas que se dão, também, porque o Estado se furta em sua obrigação de promover a reforma agrária e demarcar os territórios de povos e comunidades tradicionais. Não é coincidência que aproximadamente 22 anos depois do Massacre de Eldorado de Carajás, em abril de 1996, as mortes das populações do campo pela mão do latifúndio continuam sendo atualizadas nas mortes de outros. Como afirma Gawora (2011):

A política brasileira de desenvolvimento está ainda baseada na exploração dos recursos naturais, ou seja, do território natural. Mas os territórios dos povos e comunidades tradicionais são exatamente aqueles que esta política precisa para a expansão. Isso significa, para as comunidades tradicionais, que a perspectiva de criar um próprio nicho cultural e econômico, baseado em um território coletivo, está chegando ao limite (p. 31).

Por isso mesmo, assim como nossos antepassados resistiram para que nossos direitos fossem assegurados, do mesmo modo devemos seguir resistindo para garantir os direitos das gerações futuras. Mas, para isso, é importante revisitar as formas de luta acionadas para resistir às estratégias do capital, pois esse também se reinventa e assume novas feições. Atualmente, as ameaças reaparecem na forma de ferrovias, a Norte-sul e FEPASA que ameaçam cortar o território ao meio para atender as necessidades do mercado consumidor. Segundo Oikos (2009) a ferrovia tem como objetivo:

Interligar a malha ferroviária do sul e sudeste com a malha ferroviária do norte (estrada de ferro Carajás) e nordeste (companhia ferrovia do Nordeste),

bem como as vias navegáveis da Amazônia. A proposta nasceu da necessidade de baratear o custo do transporte e dos produtos da região como grãos, farelo, óleo de soja, adubos, fertilizantes, álcool, derivados de petróleo, açúcar e bauxita (minério de alumínio) que assim também chegarão aos consumidores brasileiros e estrangeiros mais baratos (p. 10).

Considerando o contexto acima apresentado, nesta pesquisa proponho revisitar as estratégias de luta que marcaram a história do Território Quilombola de Jambuaçu e, particularmente, a história da comunidade de São Manoel. Meu propósito é analisar como as comunidades as rememoram, qual lugar elas ocupam nas lutas atuais e quais outras estratégias têm sido acionadas. Por meio dessa análise, busco identificar se essas estratégias estão presentes apenas como parte da memória coletiva ou se ainda faz sentido serem acionadas como tática de luta contra o avanço das agroestratégias do capital. Para tanto, será oportunizado um amplo processo de reflexão comunitária, visando construir um posicionamento coletivo em torno das demandas atuais por meio de mobilização, bem como visando estimular e fortalecer o protagonismo da juventude nesse processo.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é: analisar as estratégias de luta e resistência, do passado e do presente acionadas pelas comunidades quilombolas do território de Jambuaçu para fazer frente às agroestratégias. Para responder a esse objetivo geral proponho: identificar e analisar os documentos históricos que registram as estratégias e os processos de luta e de resistência das comunidades de Jambuaçu frente às agroestratégias; registrar e analisar as narrativas de lideranças históricas das comunidades que vivenciaram momentos estratégicos de organização comunitária em defesa do território; analisar de que forma essas estratégias históricas de luta permanecem vivas no processo de organização comunitária e como ajudam no atual processo de luta pelo território; analisar em quais espaços e de que modo tem se dado a atuação da juventude nos processos de mobilização, resistência e luta pelo território; estimular e fortalecer o protagonismo político da juventude nos processos atuais de mobilização, luta e resistência.

Com efeito, as questões que orientam a pesquisa estão assim formuladas: quais são as estratégias acionadas historicamente pelas comunidades quilombolas do território Jambuaçu para resistir e fazer frente às agroestratégias do capital? É pertinente manter essas estratégias para o enfrentamento das ameaças que se apresentam atualmente ou a complexidade dos conflitos atuais exige acionar outras formas de resistência? Em quais

espaços e de que modo tem se dado a atuação da juventude nos processos de mobilização, resistências e luta pelo território?

Como mencionado anteriormente, minha pesquisa será construída a partir de um território de enunciação política e identitariamente posicionada. A fala de um quilombola tecida a partir das narrativas de tantas outras e de tantos outros. Em uma sociedade ainda marcada pelo racismo estrutural, por heranças coloniais profundas, por epistemicídios e etnocídios, considero um gesto de “transgressão” ocupar os espaços acadêmicos que nos foram negados historicamente, dando visibilidade aos nossos saberes e convertendo-nos em narradores de nossas próprias histórias. Pois, fora dos espaços hegemônicos de produção do conhecimento, o povo invisibilizado produz saberes legítimos que evocam outros mundos possíveis.

Escolhi esse tema por entender que tenho o compromisso político de falar sobre meus antepassados que resistiram e tombaram lutando contra uma lógica que derrama sangue em nome do lucro. Logo, essa pesquisa se justifica também pela decisão política e epistêmica de registrar e visibilizar, por meio do acionamento da memória coletiva, nossas “contra estratégias” de mobilização, de luta e de resistência. O que pode proporcionar à comunidade acadêmica outros olhares, a partir de narrativas quilombolas, acerca de nossas formas de organização.

### **3 – Percurso Metodológico**

Por se tratar de uma pesquisa engajada e por eu mesmo pertencer ao território, todo processo de coleta de dados se deu em espaços de participação coletiva, nos quais, junto com outras lideranças do território, protagonizamos um processo de reflexão das comunidades acerca das estratégias de resistência do nosso povo. Essa reflexão foi estimulada pelos métodos da educação popular dos movimentos sociais. Por meio de uma pedagogia crítico-reflexiva, instigamos a discussão dos problemas sociais coletivos, o reconhecimento dos mecanismos de opressão que nos atingem e a identificação de estratégias que visam combatê-los. Esse procedimento nos proporcionou um processo de produção de aprendizagem mútua e construção coletiva de soluções, que chamo de metodologia mobilizadora, tendo em vista que ela foi se concretizando no processo de engajamento dos quilombolas em torno da defesa do território. Essa construção coletiva realizou-se por meio das rodas que aos poucos foram se

transformando num processo amplo de mobilização, que em seguida denominei de oficinas mobilizadoras.

Para isso, realizei um recorte nesse território extenso, haja vista que ele é composto por várias comunidades quilombolas e cada uma com suas peculiaridades na luta. Escolhi duas formas de abordar essa questão. A primeira: analisar os processos de resistência e o protagonismo da comunidade de São Manoel. A escolha dessa comunidade se deve ao fato de eu pertencer a essa comunidade, além do fato de ter sido a primeira a se organizar no território de Jambuaçu contra as investidas do capital e, portanto, ter um acúmulo de luta e resistência. A segunda: analisar o processo de mobilização das comunidades quilombolas por meio da atuação da coordenação das associações quilombolas do território de Jambuaçu (BAMBAE).

O período analisado está situado entre a década de 1980 e o ano de 2018. Desse período dei ênfase aos conflitos com a REASA, com a empresa Vale do Rio Doce e com o empreendimento da ferrovia FEPASA.

O percurso da pesquisa foi inspirado na metodologia utilizada no IV Congresso Nacional da CPT em 2015. Sendo assim, articulei ao longo do estudo três tempos: o *tempo memória*, para identificar e analisar os documentos históricos que registram as estratégias e os processos de luta e de resistência das comunidades de Jambuaçu frente às agroestratégias; o *tempo rebeldia*, para analisar as narrativas de lideranças históricas das comunidades que vivenciaram momentos estratégicos de organização comunitária em defesa do território; e o *tempo esperança*, para analisar de que forma essas estratégias históricas de lutas permanecem vivas no processo organizacional e como ajudam no processo de luta atual pelo território.

Para construir o *tempo memória*, analisei documentos onde estão registrados conflitos que marcaram a história do território, tais como: o Dossiê do conflito entre quilombolas do Jambuaçu e a companhia Vale do Rio Doce; dos acervos da Comissão Pastoral da Terra; atas de reuniões, relatórios e notícias de jornais da época, dos acervos das Associações de São Manoel e da BAMBAE. Para a análise, privilegiei passagens que tratam particularmente das estratégias de resistência adotadas pelas comunidades.

Paralelo à pesquisa documental, realizei o registro de narrativas orais com lideranças que foram protagonistas das lutas contra a REASA na década de 80 e contra a Vale na década de 2000, em uma oficina mobilizadora que teve como tema “histórias e memórias da luta pelo território quilombola de Jambuaçu”.

Para construir o *tempo rebeldia*, realizei diálogos com os mais velhos visando discutir a importância das experiências de educação popular para a formação, sensibilização e

conscientização política das comunidades, os assim chamados “Círculos de Cultura” vivenciados no espaço da Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto. Além disso, realizei uma roda de conversa com as lideranças, do passado e do presente, com o tema “Resistir para existir”, visando mapear as formas de organização mais acionadas pela comunidade.

Por fim, para construir o *tempo esperança* realizei um diálogo com o defensor público do Estado do Pará, Johny Giffoni (responsável pelo Núcleo de Direitos Humanos - NDDH), e com Pe. Paulinho (assessor da CPT do Regional Norte II), no dia 29 de novembro de 2017, a fim de solicitar o apoio deles para a mobilização e organização de rodas de conversa com a juventude universitária do território. Em seguida realizamos 10 oficinas mobilizadora com o tema “a luta organiza a vida”.

A primeira oficina mobilizadora foi realizada na Universidade Federal do Pará (UFPA), no dia 4 de dezembro de 2017, com aproximadamente 20 estudantes. A segunda oficina foi realizada no dia 11 de dezembro de 2017, na defensoria pública do estado do Pará e contou com a participação do defensor público Johny Giffoni e de 20 universitários. A terceira oficina foi realizada com os presidentes das associações das comunidades no dia 16 de dezembro de 2017. Na quarta oficina reunimos aproximadamente 70 jovens na comunidade de Conceição do Mirindeua, no dia 27 de dezembro de 2017. As demais oficinas, visando elaborar e planejar as ações do coletivo da Juventude Quilombola do Território de Jambuaçu, aconteceram nas seguintes comunidades: Jacunday, São Manoel, Conceição do Mirindeua, Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê, Nossa Senhora das Graças e Santana do Baixo.

Para o tratamento dos dados da pesquisa documental selecionei as passagens que tratam especificamente das estratégias de resistência, verificando como e em quais situações elas forma acionadas. Esse procedimento me oportunizou relacionar as estratégias acionadas pelo capital e as formas de resistência acionadas contra elas.

Para analisar os dados das rodas de conversas e dos diálogos, organizei as falas de acordo com o tempo que elas indicavam: memória, rebeldia e esperança. Com as falas organizadas identifiquei seus pontos de convergência e de contradições, cotejando-as com os documentos analisados e à luz das seguintes categorias: Agroestratégias, Território, Territorialidade, Identidade, R-existência e Educação Popular.

A dissertação está organizada em três capítulos: Tempo Memória, Tempo Rebeldia e Tempo Esperança. No primeiro capítulo, Tempo Memória, situo de onde emanam as falas dos sujeitos da pesquisa: Município de Moju, Território de Jambuaçu e Comunidade de São Manoel.

No segundo capítulo, Tempo Rebeldia, descrevo e analiso as lutas contra a REASA e Vale do Rio Doce, as estratégias que as empresas utilizaram para invadir nossas Terras e as contra estratégias acionadas pelas comunidades, lembrando sempre as lideranças que tombaram nesses processos.

No terceiro e último capítulo, Tempo Esperança, descrevo e analiso o empreendimento da Ferrovia Paraense que atualmente ameaça a nossa existência, a mobilização protagonizada pela Juventude do Território de Jambuaçu (processo que se deu durante a pesquisa) e as novas estratégias acionadas pelos jovens. Dou ênfase, sobretudo, às estratégias acadêmicas e jurídicas, como a construção do protocolo de consulta prévia, livre e informada.

Por fim, nas considerações finais, que nomeio de Fechamento-Abertura, retomo os principais desafios enfrentados hoje pelas comunidades, apontando para as novas possibilidades de luta e resistência que surgem a partir do protagonismo político da juventude.

## CAPÍTULO I – TEMPO MEMÓRIA



Figura 3: Centro da Comunidade de São Manoel. Fonte: John Cleber, julho de 2016.

### **1.1 – O Território da Pesquisa: Município de Moju, Quilombo de Jambuaçu e Comunidade de São Manoel**

Primeiramente, considero importante situar de onde emanam as falas dos sujeitos desta pesquisa. Faço esse exercício também no intuito de aproximar as/os leitoras/es do território. O município de Moju está localizado no nordeste paraense há aproximadamente 125 Km da capital de Belém. Moju faz fronteira ao Norte com os municípios de Abaetetuba e Barcarena, a Leste com Acará e Tailândia, ao Sul com Breu Branco e a Oeste com os municípios de Baião, Mocajuba e Igarapé Miri.

Segundo a história contada pelos mais velhos do lugar, Moju se inicia com um povoado fundado nas terras de Antônio Dornelles, que logo em seguida chamaram de Irmandade Divino Espírito Santo. Essa Irmandade pertencia a freguesia de Igarapé Miri. Em

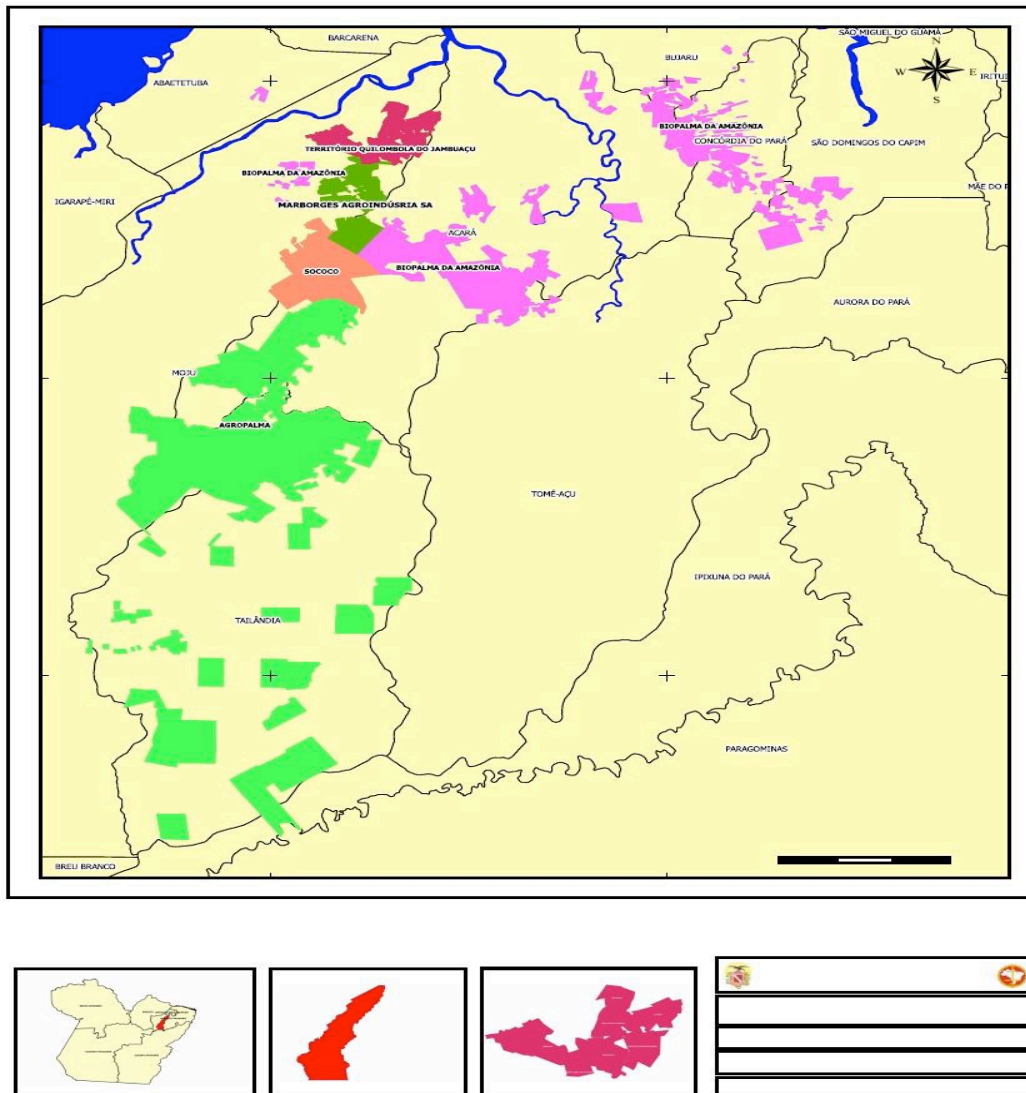
1856, com a promulgação da Lei nº 279, de 28 de agosto, a freguesia do Divino Espírito Santo foi elevada à categoria de Vila e logo em seguida a município. O nome da Irmandade definiu o santo padroeiro do Município e até hoje comemoramos o mês de maio em homenagem ao Divino Espírito Santo, que é celebrado vinte dias antes da festa. Durante esse período são realizadas as novenas, a folia e as visitas do santo para fortalecer os laços de fé, religiosidade, companheirismo, união, fraternidade e de solidariedade dos habitantes de Moju.

Moju vivenciou uma tentativa de desmembramento de seu território em 1955, através da Lei nº 1.127, de 11 de março do mesmo ano. Esta lei solicitava o desmembramento para que fosse constituído o município de São Manoel. Entretanto, essa tentativa não vingou, uma vez que a lei foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal - STF.

O município é servido pelo rio Moju, que em tupi significa “rio das cobras”, e seus diversos afluentes, tal como o rio Jambuaçu que na sua extensão, corta o território quilombola com seus afluentes. Esses rios embelezam e dão vida ao nosso município, uma vez que compõem uma bela paisagem que atrai o turismo. São também os principais canais de locomoção da população e de circulação de mercadorias, tendo em vista que os mercados das cidades da região são abastecidos diariamente por agricultores que chegam aos centros urbanos navegando nesses rios.

O município de Moju tem aproximadamente 70 mil habitantes segundo o Censo de 2010 (IBGE). Sua economia gira em torno da produção da monocultura do dendê, do comércio e da agricultura familiar. A maior parte da população está no campo e conforma aproximadamente 44.803 pessoas. O mapa a seguir apresenta o município de Moju e os empreendimentos com os quais ele faz fronteira.





Mapa 1: Região Guajarina. Fonte: IBGE (2013).

A área em lilás-claro representa as terras da empresa Biopalma da Amazônia; a área em laranja, as terras da Sococo; a área em verde-escuro representa as terras da empresa Marborges Agroindústria AS; a área em verde-claro representa as terras da Agropalma; e por fim a área em lilás-escuro representa as terras das comunidades quilombolas do território de Jambuaçu.

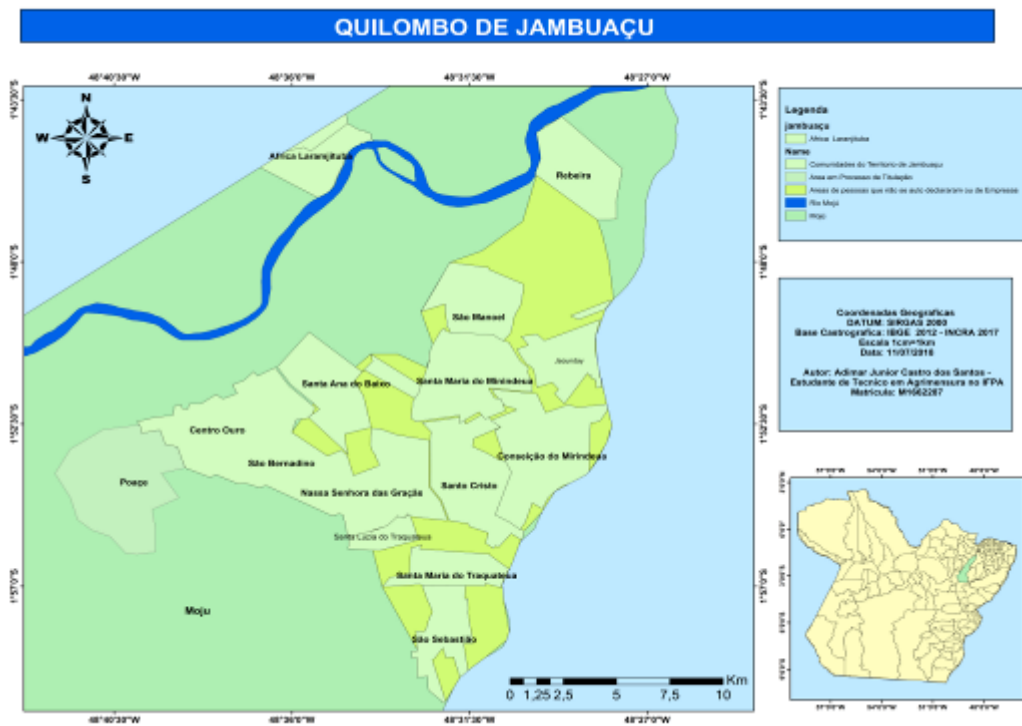
Todas essas empresas investem na monocultura do dendê. Como se pode constatar, tanto em Moju, como nos outros municípios representados no mapa, há uma forte presença dessas empresas que começaram a se instalar na região no início da década de 1970,

expulsando povos e comunidades tradicionais e destruindo a biodiversidade existente antes nessas áreas.

É dentro desse município que se situa o Território Quilombola de Jambuaçu, atualmente composto por 14 comunidades com terras tituladas e certificadas pela Fundação Palmares: São Manoel, Jacunday, Conceição do Mirindeua, Ribeira, Santa Ana do baixo, Santa Maria do Mirindeua, Santo Cristo, São Bernardino, Vila nova, Centro ouro, Nossa senhora da Graças do Traquateua, Santa Luzia do Traquateua, Santa Maria do Traquateua e São Sebastião. O território tem mais uma comunidade que ainda luta pelo seu título definitivo de terra, Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê, completando assim as 15 comunidades.

Como se pode constatar no mapa, o território de Jambuaçu faz fronteira com as empresas Marborges e Biopalma. Com a chegada dessas empresas, as famílias quilombolas que ali viviam há várias gerações se viram obrigadas a abandonar seus roçados e suas outras práticas agrícolas por não terem onde desenvolvê-las e, sem alternativa, passaram a vender sua força de trabalho justamente para as empresas que “roubavam” suas terras e inviabilizavam a continuidade de seus modos de existência. Esse é um dos efeitos mais perversos das agroestratégias do capital: ao roubar nossas terras, elas confiscam nossas possibilidades de seguirmos existindo fora de sua lógica.

Por força do processo de mobilização promovido pela pesquisa, os jovens de Jambuaçu têm assumido a tarefa de construir mapas com mais detalhes para compreendermos as dimensões das fronteiras agrícolas em nosso território. O mapa a seguir foi construído por Admar Castro, jovem do território que está cursando Agrimensura no Instituto Federal do Pará (IFPA).



Mapa 2: Território Quilombola de Jambuaçu. Produzido por Admar Junior Castro dos Santos.

As áreas em verde-claro representam as comunidades do território de Jambuaçu e as partes em amarelo constituem “áreas de terceiros” e plantações de dendê. A dimensão original do território de Jambuaçu é toda a área tracejada no mapa. Com a invasão dos empreendimentos, o quilombo foi sendo picotado e hoje é atravessado por empresas que separam as comunidades que antes viviam em um território contíguo. Muitas dessas comunidades, que perderam seus quintais e roçados e a convivência com as comunidades vizinhas, hoje se veem encurraladas entre vastas áreas de monocultura e áreas supostamente privadas.

Para contar a história de Jambuaçu é necessário acionar a memória da comunidade de São Manoel, por ela ter sido a primeira a se organizar em defesa do território. Para isso, realizei diálogos com lideranças e uma roda de conversa com nossos velhos, na qual apareceram apenas seu Benedito, seu Vicente Cuimar e Valclei Almeida. Em razão disso, a maioria das falas que serão citadas neste capítulo são do professor Valclei que é uma referência no território, reconhecido por suas pesquisas sobre história da comunidade, o que inclui a coleta de narrativas de lideranças e velhos que já não estão entre nós.

Nos diálogos que tive com Maria Helena Almeida Freire, José Sarmento e Alice de Jesus Sousa, soube que o início da Irmandade de São Manoel se deu por volta de 1901. Essa

data não é, contudo, um consenso, pois em diálogo com jovens da comunidade de Conceição do Mirindeua, por exemplo, soube que seus velhos estimam que a comunidade tenha mais de 300 anos.

O quilombola e professor Valclei Almeida, relatou que em suas prosas com a Dona Lucelina Sarmento soube que a irmandade teve início junto com a abertura do porto do Amapá, localizado à margem esquerda do rio Jambuaçu, por volta de 1812.

Independente de termos ou não uma data precisa sobre o início da comunidade, é fato que o povoado de São Manoel iniciou com a chegada da família de seu Manoel Gonçalves. Por ali se instalaram durante muito tempo, povoando o lugar com filhos e filhas, netas e netos, genros e noras. Um dos genros de seu Manoel Gonçalves, o senhor Simeão, casado com Maria Gonçalves, teve dois filhos, Vitorina e Luciano, que também casaram, se instalaram e tiveram filhos no povoado. E assim, a comunidade cresceu.

Com o passar do tempo começaram a realizar a festa do santo, que uns dizem que era São Brás enquanto outros dizem que era São Sebastião. O festejo do santo encantava outras pessoas, por conta da união dos quilombolas da Irmandade, que em seguida se juntaram aos que ali já estavam.

Pelo meu conhecimento eu vi, [...] por mais que eles não tenham esse conhecimento do povo africano, mas eles faziam tudo, tipo quilombo mesmo. Vamos se ajuntar aqui, vamos ter nossa irmandade [...], vamos escolher seja lá quem for pra ser nosso presidente e a coisa andava. Por exemplo, aqui começou com umas rezazinhas ali no Amapá. Isso meus velhos pais falavam. A gente ia rezar lá na casa do nosso Viturino dos Passos e lá tinha umas festinhas. Começou lá. De lá o que acontece? Adonde vai enterrar quem morre? Eu ouvi falar que eles começavam a enterrar bem ali logo. Mas aí, aqui não dá para ser o cemitério, o que tu vai fazer? Aí chamaram o Patrício que era dono dessas terras aqui e pediram um pedaço pra ele pra fundar o cemitério. Foi aí que eles fizeram umas casas boas. O defunto saía por lá [porto do Amapá], eles vinham e enterravam aí [Jubuchu]. Isso é o que a gente escutou depois, a gente ainda não tava vivo [risos]. Ainda não tava nascido, né? Agente escutou isso deles. Depois, como o movimento, já dava bem gente, eles perguntarem: o que eles vamos fazer? Bora fundar uma irmandade? Bora! O que eles fizeram? Eles se ajuntaram e pediram para o Patrício [filho do Manoel Gonçalves] parece-me. Peraí. Não estou lembrado. Parece-me que era 500 m x 250 m. Esse era o tamanho da nossa vila aqui, no início. (Vicente Cuimar, Roda de conversa “Histórias e memórias da luta pelo território de Jambuaçu”, agosto de 2017).

Como é possível constatar na fala de seu Vicente, com o crescimento do povoado foram surgindo algumas necessidades, uma delas era o destino que se daria aos corpos dos

familiares que faleciam. Foi então, que resolveram construir um cemitério à beira do rio Jubuchu, num lugar chamado Itaboca. Porém, alguns conflitos com a família de seu Siqueira, que morava em um local chamado Arumandeuá, próximo ao porto em que desembarcavam para caminhar até o cemitério e dar prosseguimento ao ato funeral, impediu que as famílias estabelecessem ali o cemitério do povoado:

O Manoel Gonçalves brigou com o Siqueira. Aí o Manoel Gonçalves voltou de lá [Arumandeuá] e foram enterrar um defunto lá [Jubuchu]. Ele disse: é, já que nós brigamos com o Siqueira, então não dá mais para enterrar nossos mortos lá [Jubuchu]. Vamos arranjar um jeito de fazer um cemitério por aqui. Foi justamente que ele liberou esse terreno aqui [São Manoel], que não tinha pretensão nenhuma de vila por aqui. Tanto é que nossa vila fica bem na beira do igapó porque eles não tinham pretensão em construir vila aqui. Era o cemitério, lugar de defunto, então tinha que ser bem afastado, na beira do igapó. (Valclei Almeida, Roda de conversa “Histórias e memórias da luta pelo território de Jambuaçu”, agosto de 2017).

Então, retornaram para o vilarejo e em seguida Manoel Gonçalves abriu um caminho no meio do igapó até chegar numa área de terra firme, onde achou que seria o melhor lugar para o novo cemitério do povoado:

Aí, com um tempo, o Manoel Gonçalves disse: já que o cemitério é pra lá [São Manoel] então tem que ter um caminho pra desembarcar esses defuntos pra lá [cemitério], em vez de vir por aqui [caminho na mata], porque fica aqui perto do igarapé né? Aí ele liberou essa área pra fazer o porto [Trapiche de São Manoel] para embarque e desembarque de defunto. (Valclei Almeida, Roda de conversa “Histórias e memórias”, agosto de 2017).

Com o passar do tempo, a família de Manoel e as outras famílias que já fazia parte da irmandade passaram a realizar mutirões para limpar o cemitério e capinar o caminho. Em seguida surgiu a proposta de ampliar o caminho para construir casas e assim foram estruturando o lugar com seus belos casarões.



Figura 4: Caminho do Cemitério. Fonte: Arquivo pessoal de Valclei Almeida, junho de 1980.

Com a morte de Manoel Gonçalves, Simeão, de origem Marajoara, genro de Manoel Gonçalves, companheiro de Maria Gonçalves, assumiu a Irmandade e fez sua casa próximo ao cemitério à qual deu o nome de “São Brazinho”. Era um casarão de Madeira com quartos enormes, uma cozinha maior ainda, com uma ampla mesa e várias cadeiras ao redor. Em seguida, com a liderança que Simeão apresentava ele se tornou o presidente da irmandade de São Manoel e sua casa se tornou a sede da comunidade.

A partir dos relatos dos mais antigos, fica claro que “por ali”, em clara referência ao que hoje é a comunidade, se instalaram também seu Venâncio, Anico, Santeiro (comerciante), Casemira (que veio do Mirindeua e tinha os pais muito ricos, possuíam muito ouro, prata e cobre), Dona Máxima, Maria e Pena forte, Fermina, Gerador, Agostinho (pai da Guida), Guiomar e Anibas, Cacete e velha Dudu (tia do Cacete, que vieram do mocambo lá de cima do baixo Santana, o centrão), Tabacão, Raimundo Borges (Mucura) e Maria Oliveira, Ângela, Adrião, Corina, Seu Álvaro e Dinoca (professora), Dona Fuluca (Jacunday), velha Lulu (Lupicina), Estevão (Marajoara), Rudilha e Holanda, Bonifácia (que vivia de esmolas e todos tinham que tomar benção dela), Fábio e Serafina, Isaura e Luiz, Teodomiro e Maria Dantas (Cearense), Soiá e Cipriana, Abilio, Noé Ferreira, Maria Abacate e Sergio, Isaura (mãe do Davi), Davi e Ângela, Garoto, Luciano e Cidoca, Agostinho e Joana. Todos esses construíram suas casas ao longo do caminho que dava no cemitério. Elas e eles foram lideranças que nos

ajudam a compreender a história da comunidade, considero importante nomeá-las, pois são referências importantes que, ainda hoje, povoam nossa memória coletiva.

Pensando nos momentos de lazer e nos festejos do santo, as famílias separaram um espaço para o barracão de dança que logo chamaram de barraca do santo. Depois que a barraca estava pronta foi adotado São Manoel como padroeiro. Os mais velhos dizem que o santo foi trazido de Portugal por um “tal de padre Carlos” que estava de passagem naquelas paragens.

Segundo Maria Helena “a Irmandade de São Manoel é a mais velha do território de Jambuaçu, porque as pessoas de outros vilarejos se associavam em nossa irmandade”. Com o festejo do santo, que deu nome a irmandade de São Manoel, a população só fazia crescer por conta da devoção das pessoas. A festa mobilizava pessoas de vários vilarejos, tais como: Jacunday, Trindade, Conceição do Mirindeua, Santana do Baixo, Tracuateua, São Bernardinho, Nossa Senhora Das Graças, Mirindeua, dentre outros.

A festa durava aproximadamente uma semana e o santo percorria todos os vilarejos que faziam parte da irmandade. Recebiam muitas doações nessas peregrinações: tabaco, banana, macaxeira, mandioca, porco, boi, pato, galinha, entre outras coisas, que chamavam de esmolação. Como as pessoas não tinham como voltar para seus vilarejos durante o festejo construíam casas para passar a festa do Santo. Assim, algumas famílias foram ficando e se instalando.

Com a morte de Simeão, quem assumiu a irmandade foi seu filho Luciano, que junto com a organização começou a construir uma igreja de alvenaria. Depois do mandato de seu Luciano quem assumiu foi seu Garoto que mandou colocar o piso de Mosaico. Percebe-se que a religiosidade foi de extrema importância para a construção e consolidação da Irmandade, bem como para o fortalecimento dos laços fraternos daqueles que ali moravam. É importante esclarecer que irmandade, para os nossos mais velhos, quer dizer grupo de irmãos. Irmãos não necessariamente de sangue, mas de partilha da vida, de ajuda mútua, de reciprocidade, de coexistência.

Para além das ações religiosas, a organização da irmandade passou a preocupar-se com a educação das crianças de São Manoel. Então, foi construído um grupo escolar de madeira que chamaram de Escola Rural Dr. João Coelho<sup>1</sup>. O grupo tinha várias salas de ensino para atender as necessidades da irmandade.

---

<sup>1</sup> Busquei identificar quem foi Dr. João Coelho e qual sua importância para a Comunidade de São Manoel, porém não consegui identificar com os mais velhos que conversei.

Durante a roda de conversa, alguns relataram que quando a Irmandade já estava bem estruturada com uma igreja, escola e seu povoado, foi que surgiu a proposta de ser municipalizada, para ser então chamada Município de São Manoel. Começaram a construir a prefeitura, uma delegacia e a torrefação (casa de torrar café). Só não esclareceram de quem partiu a proposta. Valclei Almeida comenta que:

Veio a irmandade com toda aquela organização. A irmandade quer dizer um grupo de irmãos de forma organizada que existia naquele tempo. Depois que a vila São Manoel se tornou uma vila muito importante no Jambuaçu e no Moju, quase ela se torna município aqui. Ela ia ser emancipada no mesmo tempo que foi emancipado Colares, Salvaterra que eram municípios pequenos. Só que houve uma politicagem das pessoas que iriam fazer isso. Como um grupo não aceitou um outro grupo já escondeu os documentos no tempo que era pra levar, pra ser assinado. E não assinaram esse documento aí. Mas, era aqui que era pra ser o município de Moju. Foi até eleito prefeito e vereadores. [...] Até a casa da prefeitura tinha por aí. (Roda de conversa “Histórias e memórias da luta pelo território de Jambuaçu”, agosto de 2017)

Valclei ainda comenta que ao prostrar com seu Mucura, um dos presidentes da irmandade, perguntou: seu Raimundo porque São Manoel se tornou essa vila tão importante? No que seu Raimundo respondeu:

Várias irmandades existiram no Jambuaçu e em outros lugares, mas muito diferente da de São Manoel. Porque as várias irmandades que existiram eram irmandades de família, como por exemplo até hoje o Quando ainda preserva essa cultura, né? Lá a festa é dele, lá tudo é dele. O santo é dele, a irmandade lá é dele. Então, não tem como crescer ali, nem a comunidade dá certo daquele jeito. São Manoel aqui foi diferente. Foi uma irmandade aberta, onde qualquer pessoa poderia vir e se associar, tanto é que desde a cabeceira do rio Jambuaçu tinha sócio aqui. Teve um tempo que a maioria das casas aqui eram de pessoas de fora que construíam e vinham só no tempo da festividade aí. (Roda de conversa “Histórias e memórias da luta pelo território de Jambuaçu”, agosto de 2017)

A fala de seu Raimundo, rememorada por Valclei, nos leva a refletir sobre as relações estabelecidas na irmandade, principalmente em relação a acolhida daqueles que chegavam para vivenciar uma vida coletiva.

Dona Helena comenta que após alguns anos a irmandade acolheu as irmãs Serafina (Ceroça) e Joana Rodrigues com seus respectivos companheiros, Fabriciano e Agostinho



Almeida que também eram irmãos. Serafina e Fabriciano eram meus bisavôs e Joana e Agostinho eram meus tios bisavôs.

Eles vieram do Caratateua, braço do alto rio Jambuaçu, e ocuparam um terreno às margens do rio que chamaram de Itero. O terreno era de 1400 metros de frente com 2500 metros de fundo. Foram povoando o terreno com seus filhos, 23 de Joana e Agostinho e 13 de Serafina e Fabriciano. Alguns faleceram quando criança e os que vingaram foram multiplicando a família.

Serafina e Joana chegaram à irmandade demonstrando com firmeza o espírito de liderança que herdaram da família. Com o tempo, Joana se tornou Pajé da irmandade e se dedicava aos cuidados da saúde física e espiritual de seus novos irmãos.

Foram várias pessoas que sonharam e se doaram para a construção de uma organização que garantisse a manutenção de uma relação justa e igualitária na irmandade. Após o mandato de Garoto, quem assumiu a liderança foi o seu Vitor, do Jacunday. Em seguida, outras pessoas foram dando sua contribuição também, como o seu Mucura (Raimundo Borges), Adelson e Albertino Almeida (Aru), filho da Dona Ceroca.

É importante ainda informar que as famílias viviam do extrativismo, da agricultura familiar, da criação de animais e da pesca. Manejavam a floresta e extraíam a Castanha do Pará, o Açaí nativo de área de várzea, o buriti, a andiroba, a copaíba, entre outros produtos florestais não madeireiros. Plantavam em seus roçados: açaí, cupuaçu, maniva, bacuri, árvores madeireiras nas áreas desmatadas pelas empresas. Criavam bois para auxiliar nas tarefas da roça e para o corte também, criavam porcos e galinhas para o consumo diário. A economia da comunidade de São Manoel girava em torno da troca de produtos e da venda do excedente do açaí e da produção de farinha que era realizada entre as famílias, nos pequenos mercados da região.

Pouco a pouco, outros povoados foram se formando até constituir o que é hoje o Território de Jambuaçu, cuja população vivia tranquila, com muita fartura de terra para plantar e baseado na solidariedade. Mas, na década de 1970 a empresa de Reflorestamento Amazônia Sociedade Anônima, começou a se instalar nos povoados ao redor da Irmandade, invadindo e roubando as terras dos camponeses, por meios violentos e desonestos. Pressionando, ameaçando, queimando casas e barracos, destruindo roças para implementar seu projeto de monocultura do dendê. Valclei Almeida compartilhou na roda de conversa alguns relatos sobre esse período:

Pessoal [...] em 1988, nos anos 1980 por aí, começou estourar um conflito muito perigoso no município de Moju, por causa de terra, né? As empresas querendo terras pra plantar justamente o dendê. Eu lembro que uma vez o pessoal contou que os donos da empresa REASA foram com o Jader Barbalho: “nós queremos aquela área lá pra plantar”. O Jader Barbalho disse: “olha, mas mora com certeza muita gente lá”. Eles falaram: “não! Só umas 40 famílias que moram lá”. O Jader disse: “se é só 40, se viram com eles pra lá”. Uma vez eles andaram justamente por aqui medindo a beira desse igarapé. Nós perguntamos pra eles, eu ainda era pequenino, mas me lembro. Perguntaram pra eles: “o que vocês estão fazendo?”. “Ah nós estamos medindo porque é área de marinha e nós queremos saber”. Não! Era justamente no GPS, acredito eu, que estavam medindo, e era a empresa que queria saber o tamanho da área. Eles [empregados da empresa] começaram a querer comprar vários lotes de terra justamente pra que quando ela [empresa] pegasse era de uma vez só. Chegaram a comprar esses lotes de terra aqui [São Manoel]. (Roda de conversa “Histórias e memórias da luta pelo território de Jambuaçu”, agosto de 2017)

Diante desse relato, percebe-se o descaso do Estado para com as comunidades tradicionais, e, ao mesmo tempo, seu compromisso com os interesses do capital, pois nessa época Jader Barbalho era governador do estado do Pará. Os conflitos, a resistência da organização, as estratégias das empresas e o descaso e conluio do Estado, trataremos no próximo capítulo.

Os conflitos por terra aumentaram nessa época nos municípios de Tailândia, Acará e Moju por conta da expansão da monocultura do dendê. Por volta de 1979 seu Américo, lavrador do município do Acará, fugiu da fazenda onde trabalhava. Foi perseguido pelo fazendeiro quando começou a se envolver nos movimentos sociais – Sindicatos e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Dona Helena lembrou que esse lavrador oportunizava uma reflexão crítica aos outros trabalhadores. Ele estimulava a necessidade de se organizar para resistir à opressão do fazendeiro. Quando o fazendeiro descobriu mandou um dos seus capangas matar o lavrador que foi levado até o lugar no qual seria morto e enterrado.

Américo foi obrigado a cavar sua própria cova. Quando ficou pronta, o capanga, que era seu amigo, mandou o lavrador jogar pau e folha dentro e fechar a cova. Depois ordenou que ele fosse embora sem se preocupar com que estava deixando para trás. Prometeu que depois de alguns dias explicaria tudo a sua família e os mandaria ao seu encontro. Foi o que ele fez. Américo deixou apenas um recado: era para sua família lhe encontrar em Jambuaçu.

Assim, Américo chegou e se somou à Irmandade. Instalou-se nas terras do Itero e logo em seguida chegou sua esposa, Rosa, junto com os filhos do casal. Como o lavrador tinha tomado contato com as CEBs no município do Acará, incentivou a população da

irmandade a se organizar enquanto Comunidade Eclesial de Base por saber que essa organização lutava contra todo tipo de opressão. Essa organização se deu no mesmo período do conflito com a REASA.

Na visão de Américo, para organizar a Comunidade precisava de formação e foi então que o lavrador pediu a um padre amigo, Sergio Tonetto – Italiano, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) naquela região, amante das causas dos pobres, da terra e da água – para que falasse um pouco sobre o que eram as CEBs. Depois dos primeiros cursos de formação, começaram a se organizar trocando assim o nome de Irmandade por Comunidade. Mas, isso não se deu sem conflito. Algumas pessoas da Irmandade resistiram a mudança, pois nas suas concepções a ideia de comunidade carregava os ideais comunistas com os quais alguns não concordavam.

O tempo memória nos leva a refletir sobre a importância e a influência da organização da comunidade de São Manoel para o início da organização do território de Jambuaçu. Presentifica lideranças que foram importantes nesse processo e que se tornaram referência para a luta dos dias atuais. Nos leva a refletir também sobre o processo de formação de nossos quilombos. As comunidades foram se formando com pessoas que fugiam de conflitos internos e externos à Jambuaçu que se reuniram para vivenciar a experiência da vida coletiva através da experiência dos retiros e das comunidades eclesiais de base, bem como resistir no nosso território tradicional.

## CAPÍTULO II – TEMPO REBELDIA



Figura 5: Reunião da organização do Território. Fonte: CPT, fevereiro de 2006.

### 2.1 – Conflito com a REASA

Os cantos das Comunidades Eclesiais de Base alimentavam a mística e a luta daqueles que lutavam pelo território. Dentre tantos cantos há um que marca o caminhar da organização de Jambuaçu:

Venham todos cantemos um canto que nasce da terra, canto novo de paz e esperança em tempos de guerra. Neste instante há inocentes tombando nas mãos de tiranos: tomar a terra, ter lucro, matando, são estes seus planos. Lavradores, Raimundo, José, Margarida, Nativo. Assumir sua luta, seu

sonho por nós é preciso. Haveremos de honrar todo aquele que caiu lutando, contra os muros e cercas da morte, jamais recuando. (Zé Vicente).

Fazendo alusão a letra desse canto, não teria como iniciar a escrita deste capítulo sem homenagear a memória daqueles que lutaram por nós, que se fizeram presentes em nossa caminhada regando nossas terras com seu sangue, semeando a semente da justiça para que nós pudessemos dar continuidade à luta. São eles: Virgílio Serrão Sacramento, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, assassinado em 05 de abril de 1982; Canindé, lavrador do alto rio Jambuaçu, assassinado em 07 de agosto 1988; Chiquinho, lavrador do Castanhadeira, alto rio Jambuaçu, assassinado em 19 de abril 1988. O sangue de vocês não foi e não será em vão, porque o nosso povo não esqueceu a luta que vocês deixaram para prosseguir, o sangue de vocês semeou coragem em nosso povo.

Como já foi comentado no capítulo anterior, nós quilombolas do território de Jambuaçu travamos nossas lutas em defesa de nossas terras desde a década de 1970, porém, foi na década de 1980 que os conflitos se acirraram dentro do território.

Nesse ano, chegaram à comunidade os “gatos” (pistoleiros) da empresa REASA. Chegaram “como quem não quer nada”, mas tinham por objetivo roubar as terras do Itero, da Dona Joana, Serafina, Agostinho, Fabriciano e família. Aos olhos da empresa aquela terra era promissora para desenvolver seu projeto de dendê.

Nessa época quem estava na presidência da comunidade era seu Albertino Almeida, mais conhecido como Aru, filho de Ceroca. Um dos capangas da empresa chamado Brasil era o responsável pelas compras de terras, junto com Edmilson Ribeiro Soares, cabo da polícia militar do município de Moju. Esses dois se aproveitaram da inocência do presidente da Irmandade e começaram a incentivar o senhor Albertino a vender as terras do Itero que também pertenciam a Comunidade. Os capangas usaram das mais baixas estratégias, colocando na cabeça do líder que as terras eram improdutivas, que “o mundo ia se acabar” e o povo não iria mais precisar delas. Iludido pela proposta, mas respeitando também a liderança das matriarcas da comunidade, o senhor Albertino foi perguntar a Dona Ceroca sua opinião. Valclei comenta que:

A família inteira vendeu, justamente essas terras que eu falei aqui. Foi justamente vendido. Porque a firma chegou aqui e disse: “olha [...] isso aqui vai virar uma cidade. Não precisa você fazer aquele sacrifício de ir para a cidade. Vocês vão comprar numa cantina. Vocês vão trabalhar aqui. Vai ter energia”. Ai a tia Ceroca disse: “olha [...] bora vender esse negócio, porque o

negócio vai ser demais bom”. Tá na bíblia que é bom tempo pra pouco tempo. Então, esse bom tempo que eles estavam trazendo pra nós era pouco tempo, porque o mundo já ia acabar e a gente nunca tinha escutado aquele negócio, né? Pronto! Aí vendeu o tio Aru, vendeu o Marico, vendeu toda a galera do Itero. Venderam e se repartiram. Não sei nem quanto deu pra cada um. Foi vendido essa terra aí. (Roda de conversa “Histórias e memórias da luta pelo território de Jambuaçu”, agosto de 2017).

Com a chegada do Padre Sergio à comunidade, através de um convite do Seu Américo, ele foi descobrindo que o povo tinha perdido suas terras para a REASA e que estavam ali resistindo à invasão da empresa. O Padre ficou espantado e alertou: “oh, não pode, as terras de vocês é o bem mais precioso que vocês têm”. Assumiu então o compromisso de lutar ao lado da comunidade para reconquistar aquilo que tinha sido roubado. Para resistir, a comunidade traçou algumas estratégias com a ajuda do padre. Cortaram o pico que a empresa tinha colocado nas terras e fizeram dois roçados comunitários de 8 a 17 tarefas as quais Benedito, Vicente Cuimar, José Sarmiento (meu avô), Ana Clea Rodrigues de Almeida (minha avó), Seu Américo, Francisco, Serafina Almeida, Deolanda (Zita), Maria Rosa, Marina de Jesus, Marta, Agostinho, Joana, Maria de Jesus (Mariona), Abílio e Vilar prestavam serviços um dia por semana. À ocasião, a equipe da CPT perguntou a essas pessoas o porquê do roçado e eles responderam: “Queremos defender nossa terra”; “Temos um motivo a mais para nossa organização”; “Aproveitamos para documentar nossa terra”; “Custeamos as despesas para os encontros de lavradores”; “As vezes tem doente sem recurso” (CPT, 2006, P. 6).

Além do roçado, a comunidade também organizou uma equipe de quatro pessoas José Sarmiento, Dona Rosa, Manoel Edvige (Jiboia) e Vicente Cuimar para ir ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Foram juntos com o padre Sergio e a equipe da CPT para dar entrada nos títulos de terra para essas quatro pessoas que já tinham firmado um acordo com a comunidade que o título ficaria no nome deles, mas que a terra seria de todos. E assim o fizeram.

Por meio do roçado juntaram dinheiro para pagar o agrimensor de nome Fabiano, enviado pelo ITERPA que fez o levantamento da área e definiu as posses violadas, mas esse ainda tentou convencer os posseiros a venderem suas terras para o grupo SERRUYA. Depois de muita luta os posseiros conseguiram os títulos das terras.

Após saírem vitoriosos nessa causa, os posseiros da comunidade de São Manoel se solidarizaram com os companheiros de outras comunidades que estavam sofrendo ataques da

REASA e foram contribuir com suas organizações para somar na luta pelo título definitivo do território.

Durante esse período, perdemos aproximadamente 21 mil hectares de terras de nosso território para a empresa REASA e para o monocultivo de dendê. Segundo relatos do dossiê da Comissão Pastoral da Terra (2007, p.5):

Ao longo dos anos 80, a população diminuiu significativamente com a instalação no território da firma agroindustrial REASA – Reflorestamento Amazônia Sociedade Anônima. Os remanescentes de quilombos tiveram que enfrentar uma verdadeira guerra contra a empresa e seus capangas. A REASA, apesar da ferrenha resistência dos quilombolas, conseguiu ainda subtrair quase que a metade do território (uns 20 mil hectares plantados de dendê), obviamente com o consenso do Estado, da polícia e do poder judiciário. Em seguida, outra empresa, a Marborges, que substituiu a REASA, subtraiu outros mil.

Os 21 mil hectares de terras foram roubados através de muita violência, queima de casas, roças e barracos e, conseqüentemente, com o tombamento de lideranças quilombolas que ousaram resistir. Seu Benedito Freire conta que:

Tocaram fogo na casa de um senhor ali no Traquateua, irmão da Dona Fuluca, lá perto da Santa Maria, comunidade Santa Maria. Lá é quilombo também. Tocaram fogo lá na casa, o pessoal da REASA, para que eles saíssem e desocupassem a área. Aquilo começou a zoar. Tocaram fogo em duas propriedades. Isso foi um passe para o pessoal do sindicato, igreja, todo mundo daquela época, CPT entrar na luta conosco (Roda de conversa “Resistir para Existir”, agosto de 2017).

Na região do baixo Moju, a empresa REASA tentava a qualquer custo aumentar sua propriedade. O senhor Narciso dos Anjos Silva, ainda em vida, revelou mais um dos transtornos causados pela firma, agora em sua área: “eles foram ampliando o lote, adquiriram, e vararam na linha do meu terreno. Quando me descuidei, meteram trator na minha roça e jogaram limoeiro, abacateiro, açaí [...]”. O relato nos leva a refletir sobre a crueldade da empresa para com as pessoas ao traçar e executar suas estratégias de expansão.

A empresa invadiu também alguns hectares da Comunidade Santa Ana, comunidade a qual Maria Trindade pertencia. Trindade lutou junto com seus companheiros por essas terras. A fim de unificar a luta contra a REASA, que mudara o nome para Marborges, a

organização da Comunidade de São Manoel se somou àqueles que também lutavam contra a empresa. Benedito Freire comenta um pouco sobre essa experiência:

A gente saiu pela estrada do Moju, dia de domingo pro quarenta [Quilometro 40 da Rodovia Acará-Moju]. A gente reuniu lá uma hora [9h] dessa. Estávamos chegando aqui [em São Manoel] já para tomar banho pra quando for umas 8h da noite a gente pegar um barquinho de novo para ir para Belém para reunir com o pessoal da EMATER. Naquela época que eles davam visitas. Aí a gente foi pra barrar um topógrafo que tava comprando terras adoidado nos terrenos dos caras por aí. A gente chegou lá e reuniu. Naquele tempo, o presidente da EMATER era o Fernando Velasco, só não sei detalhar a data porque eu sou ruim de memória. Aí a gente reuniu com eles lá, suspensaram lá e foi pra porrada. Aí, a gente chamou a Marborges lá. Os caras grandões e tudo. Eles fizeram um acordo que por tanto tempo nem a Marborges e nem os quilombolas mexiam lá [nas Terras da Santa Ana]. O pessoal da comunidade foi obrigado a fundar uma comissão de moradores que depois virou associação dos moradores. Só que o lado fraco esqueceu até a data de validade que terminava aquele acordo. Aí o prazo terminou e a Marborges começou a trabalhar nas terras. (Roda de conversa “Resistir para Existir”, agosto de 2017).

O acordo previa que nem os quilombolas da Comunidade Santa Ana e nem a Marborges poderiam trabalhar na terra durante um determinado tempo. Porém, a organização da comunidade esqueceu o prazo do acordo e a Marborges começou a trabalhar na terra, dando continuidade até os dias atuais.

A verdade é que para roubar nossas terras a empresa contou sempre com o consentimento do Estado e de seus aparelhos. E sabendo disso, a Marborges traçou outra estratégia: lançou Edmilson, um dos donos da empresa, candidato a vereador no município de Moju, pois com o poder da máquina pública nas mãos seria mais fácil adquirir as terras. Edmilson se tornou vereador e os ataques às comunidades tradicionais de Moju aumentaram. Valclei narra em uma das rodas de conversa que:

Edmilson foi mandado pela empresa para ser vereador para ter mais força, né? Nesse tempo que eles estavam brigando pra lá [Alto Moju], Jambuaçu tava tranquilo. Só que essa empresa veio e atravessou o rio UBA e chegou aqui com nós. Quando nós vimos só escutamos notícias: o pistoleiro entrou na terra do fulano, intimidou, meteu fogo na casa não sei de quem, meteram trator virando terra, e aí as coisas estavam chegando pra nós. (Roda de conversa “Resistir para Existir”, agosto de 2017)



Além disto, a empresa derrubou o pingo do Instituto de Terras do Pará que demarcava o território quilombola de Jambuaçu para fincar o seu pingo, como mostra a foto abaixo:



Figura 6: Pingo do ITERPA derrubado. Fonte: CPT, dezembro de 2005.

Esses relatos me levam a concordar com o que Costa (2011) diz a respeito do agronegócio:

Nesse universo do agronegócio, a terra precisa ser assegurada de qualquer forma, independente das estratégias adotadas - ilegais, legais, falsas, violentas - desde que se garanta a apropriação dos recursos naturais, assim, permitindo a reprodução de uma forma específica de lidar com a terra, própria do capital. Para garantir a efetividade desta, é preciso eliminar todos os obstáculos que se colocam na disputa pela terra, incluindo outros agentes sociais como os agricultores familiares e os povos e comunidades tradicionais, que, sob a visão triunfalista do agronegócio, dificultam a expansão dos agronegócios e a apropriação de novas terras (p. 82).

Para resistir às manobras da Marborges, a organização do território Quilombola de Jambuaçu traçou suas “contra estratégias” para se fortalecer e organizar uma ação mais organizada nas bases. Então, o primeiro passo foi fundar a associação dos moradores para responder a altura aos ataques da empresa:

Foi fundada a associação dos moradores no território de Jambuaçu, onde o Pregote era o presidente e o tio Vituca (Vicente Cuimar) o vice. Tem uma casa velha lá chamada casa de associação, que foi aí que a firma freiou mesmo lá [...] porque a organização foi tão forte que eles tiveram que freiar. Eles não chegaram a atravessar o igarapé traquateua. Eles queriam tomar conta de tudo. Aí chegou lá, nossos trabalhadores. Foram num acordo e falaram pra não atravessem pra cá senão o negócio ia ficar feio. A organização conseguiu barrar eles, mas tinha o assessoramento da CPT que foi muito forte nesse momento. Ai o que aconteceu? A firma REASA parou, tanto é que ela vendeu e agora já é Marborges, não é mais REASA. Houve uma esfriada nisso daí (Valclei Almeida, Roda de conversa “Resistir para Existir, agosto de 2017).

Depois da associação criada e consolidada, os quilombolas ocuparam de forma mais incisiva o sindicato dos trabalhadores rurais de Moju, tendo em vista que já estavam sendo acompanhados por eles durante toda a luta contra a REASA:

Ai o que aconteceu? O sindicato dos trabalhadores rurais foi uma grande arma pra nós. Porque o sindicato dos trabalhadores nesse tempo comprou a briga mesmo. Nós tivemos um grande sindicalista chamado Virgílio que foi assassinado nesse tempo por essas empresas, porque ele lutava. Tivemos também um fulano de Canindé e outro que não me lembro o nome (Valclei Almeida, Roda de conversa “Resistir para Existir, agosto de 2017).

Em seguida, traçaram a mesma estratégia da empresa, construir um partido político para disputar as eleições em Moju, sonhando também com um projeto político mais amplo e em rede. Sonharam um projeto político Municipal, Estadual e Federal ao contribuir na construção do Partido dos Trabalhadores (PT), nos anos de 1980. Algumas lideranças do Território foram à São Paulo participar da construção do partido. Vicente Cuimar e o Pregote foram alguns dos que foram à São Paulo. E muitos outros ajudaram a construir o partido a nível estadual e municipal.

Mas, o projeto de desenvolvimento da REASA não avançava somente sobre o nosso território e nossas terras, avançava também sobre nossas lideranças. Suas fronteiras agrícolas

de dendê avançavam sobre pessoas, sobre nossas culturas, sobre nossa identidade, sobre nossa ancestralidade, sobre nossa religiosidade, sobre nossos lugares sagrados dos Caroanes (entidades espirituais) e sobre nossa vida tradicional.

Na década de 1970, a REASA já tinha assassinado vários trabalhadores rurais no Alto Moju e ao chegar em Jambuaçu colocou na mira da morte 8 lideranças que estavam construindo a resistência: Virgílio Serrão Sacramento, Canindé, Chiquinho, Padre Sérgio Tonetto, Vicente Cuimar e outros três (os quais não consegui identificar nos diálogos com os mais velhos e nem nos arquivos e documentos analisados). Os três primeiros foram cruelmente assassinados e os outros foram, por muito tempo, perseguidos. A empresa pagava recompensa aos pistoleiros pelo assassinato das lideranças. Padre Sérgio era o mais caro dentre os 8:

Ele era um dos mais caros, porque era padre, né? Aí o pessoal disse: “olha Sérgio não adianta [...] nós queremos tu pra ficar muito tempo aí, né? Então, já que mataram o sindicalista vão te matar, vai embora”. E ele foi embora. Foi pra Itália. Deu um tempo pra lá, mas depois ele voltou, não mais pra Moju. Morando já em Belém, fazendo mais o trabalho de articulação em nível de diocese. Só que ele nunca esqueceu de Jambuaçu, dessa comunidade que ele, por tudo quanto é lugar, lembra de nós. E quando ele ouviu lá na internet que a tendência dos projetos era aumentar, crescer, o biodiesel, o dendê, a Vale, então de lá ele disse: “olha pessoal tá acontecendo, isso, isso, isso, no Jambuaçu, no Moju. Ou vocês vão se organizar ou vão perder as terras de vocês”. Até porque não existia proteção nenhuma das terras. Alguns tinham títulos por aí, mas eram os mais fáceis de ser comprados pela empresa. É interessante isso! É muito bom a gente saber quem pensou por nós, quem lutou por nós pra que a gente ainda existisse aqui. Aí, ele veio de lá [Belém] e veio fazer uma reunião com nós aqui. (Valelei Almeida, Roda de conversa “Resistir para Existir”, agosto de 2017)

Virgílio Serrão Sacramento foi morto por denunciar as atrocidades das empresas que se instalavam pelo município de Moju, tirando o sossego dos trabalhadores rurais, inclusive o sossego dos quilombolas de Jambuaçu. Tonetto (2007) nos leva a refletir que nesta época:

O camponês desbravava com fome de vida e alimento, e o latifúndio tomava conta com fome de terra, que outra coisa não era senão a fome capitalista do lucro. Para o latifúndio havia toda a facilidade através dos ditos incentivos fiscais: muito dinheiro da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para implantar o latifúndio improdutivo a dano dos trabalhadores. A monocultura se implantou. E o trabalhador rural foi sendo empurrado sempre para mais longe das estradas ou se apagou, mergulhando na miséria, em uma periferia qualquer das cidades vizinhas (p.9).

Nessa perspectiva, Virgílio acreditava que somente através da organização sindical seria possível defender a terra e os direitos e construir uma cidadania digna. Por isso, lutou ao lado dos seus companheiros até os últimos dias de vida, se doando pela tão sonhada reforma agrária. Padre Sérgio Tonetto, companheiro de luta do sindicalista comenta que:

No dia 05 de abril, após participar da assembleia do sindicato, retornou, de moto, à sua casa com sua esposa e a filhinha Noemi. Mas ao chegar lá percebeu que havia deixado a sua agenda no sindicato e por isso, sozinho, retornou à cidade. Estando lá, aproveitou para comprar uns peixes para o jantar da família e, em seguida, foi dar uma olhada no jogo de futebol que acontecia no campo do Juventus. Alegrou-se ao encontrar alguns companheiros que haviam participado também da assembleia. Conta o povo de Moju, que ali perto estava o assassino de Virgílio, Osvaldo Camargo, observando-o de um caminhão. Virgílio ficou lá por pouco tempo e ao sair, imediatamente foi seguido pelo caminhão. A altura do km 08 da PA-252, distante apenas mil metros da sua casa, o caminhão se aproxima e bate seguidamente na traseira de sua moto, fazendo-o cair no asfalto. As rodas dianteiras esmagam seu corpo. Eram 4 horas da tarde. (TONETTO, 2007, p. 10).

Virgílio foi assassinado por um único motivo: lutava contra o capital e o latifúndio. Motivo que, todos os anos, atualiza essa morte na morte de outros tantos. São vidas descartadas no confronto desigual entre dois mundos muito distintos: de um lado, povos e comunidades tradicionais que defendem seus modos de vida e o direito de permanecerem em seus territórios; de outro, o agronegócio que, para se expandir, expulsa e mata todas as formas de vida que ali coexistem.

Depois de Virgílio, mataram Chiquinho em dia 19 de abril de 1988. Em seguida, Canindé, no dia 07 de janeiro de 1988. Chiquinho e Canindé eram lavradores de Jambuaçu que estavam à frente da organização e foram covardemente assassinados a bala.

As mortes dessas lideranças poderiam ter sido evitadas se o Estado não tivesse se furtado de sua responsabilidade de garantir a segurança e o bem-estar das Comunidades que estavam sendo ameaçadas. Já haviam feito inúmeras denúncias, protocoladas pela organização do território, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e pela Comissão Pastoral da Terra em relação aos ataques da REASA, mas nenhuma providência havia sido tomada.

Depois da morte de Canindé, cansados da repressão e da perda de seus companheiros, no dia 8 de janeiro de 1988 os homens da organização do território de

Jambuaçu reuniram-se para dar uma resposta aos ataques da empresa. Irmã Rosa Maria Paes Figueiredo, atual coordenadora da CPT, relata essa ação no Dossiê da CPT (2007, p. 8):

Eram mais ou menos dez horas da manhã e eu me encontrava no único posto telefônico de Moju quando percebi que as pessoas corriam assustadas na rua. Tentei perguntar a alguém sobre o que estava acontecendo, mas todos estavam muito ocupados em fugir e tinham o medo estampado em seus rostos. Então eu também fiquei assustada e saindo do posto corri rumo à minha residência que ficava ali perto. Mas não consegui chegar lá, pois ao tentar atravessar a rua deparei-me com um grande número (que mais tarde fiquei sabendo que eram 100) de pessoas vestidas de preto, corpos pintados de carvão em pó com o rosto encapuzado também de preto, marchando decididas e portando rifles em riste.

Num episódio que ficou conhecido como “Os 100 encapuzados”, 100 homens reuniram-se no território, cobriram os rostos com camisas pretas, pintaram os corpos com pó de carvão e caminharam rumo à cidade de Moju decididos a aterrorizar os pistoleiros e a dar um basta nos assassinatos. Embora a população tenha ficado assustada com a ação, os revoltosos tinham como único objetivo fazer justiça a morte dos trabalhadores assassinados. Irmã Rosa lembra de ouvir um tiro que a paralisou. Foi então que percebeu que os encapuzados se encontravam no posto telefônico cortando qualquer possibilidade de comunicação com Belém:

Do posto telefônico, agora inerte, os encapuzados foram ao posto de gasolina e sem nenhuma violência, conseguiram dois garrafões desse líquido inflamável destinados a incendiar dois locais. O primeiro local foi a delegacia. A polícia abandonou o local e os 100 justiceiros entraram, soltaram os presos e botaram fogo em tudo. O comissário ali presente, no auge do terror, escondeu-se nos fundos do terreno e pensando em maior segurança enfiou-se em um barril que continha óleo queimado. Dizem que só bem mais tarde saiu de lá apavorado e todo lambuzado de óleo.

Em seguida dirigiram-se às residências dos pistoleiros que se chamavam Augustinho, Claudomiro, Alvino e QuelezinhoT. O primeiro, na realidade tinha casa própria e conseguiu fugir sem ser atingido, mas Claudomiro que tinha uma bela residência, teve sua casa queimada assim como todos os seus pertences, no entanto conseguiu fugir também. A filha de Claudomiro, jovem de mais ou menos 15 a 16 anos pegou uma televisão para salvar do fogo. Os encapuzados disseram: “a você não faremos nenhum mal, mas largue isso no fogo e vá embora.” E assim ela o fez.

Logo que cheguei em casa, estando ainda à porta com Adelaide recebemos a visita de um dos encapuzados, agora sem capuz, que veio enviado pelos outros para nos acalmar. Mesmo não sabendo o seu nome, o reconhecemos como um trabalhador do Jambuaçu, sempre presente nas lutas sindicais e populares. Esse participante do grupo nos contou que estavam ali para fazer

justiça pois a polícia junto com os pistoleiros que amedrontavam a cidade com suas ameaças e ações, haviam matado o Canindé, membro do grupo, além de estarem espalhando o terror na cidade e ameaçando a tomar as terras dos posseiros.

Durante toda a história deste país, a população negra traçou estratégias de resistência contra práticas opressoras. Podemos render memória às lutas no período escravagista, tomando como exemplo o Quilombo dos Palmares, liderado por um jovem chamado Zumbi dos Palmares. Segundo relatos contidos no 2º fascículo do caderno Kizomba, da CPT (2008, p. 24) “Zumbi aos 23 anos de idade passou a ser o rei de palmares e sua primeira providência foi impor logo um forte esquema militar à vida do quilombo”. Reconhecendo que nem o Estado e nem as leis estariam a seu favor, os quilombolas de Jambuaçu também organizaram um esquema muito parecido com a organização de Palmares para resistir e defender seu povo, demonstrando que os quilombolas têm seu jeito muito peculiar de lutar.

Bogo (2010) nos leva a refletir que “as revoluções não serão iguais; cada povo terá de fazer a sua, mas todos os povos terão que fazê-las inventando suas táticas e estratégias, mobilizando as maiorias contra a minoria capitalista ou não haverá libertação” (23). A organização de Jambuaçu assumiu a luta combativa, a ação direta, como nossos ancestrais nos ensinaram a lutar. Mas, além disso, começaram a lutar também com os instrumentos dos brancos, o meio jurídico formal para a reivindicação do título definitivo do território.

## **2.2 – O conflito com a Vale**

Na década de 2000, paralelo ao projeto predador da expansão da monocultura do dendê, agora com novos-antigos exploradores (Marborges, Agropalma e Biopalma), a Companhia Vale do Rio Doce invadiu o território de Jambuaçu com seu projeto de mineração, com permissão e incentivo do Estado, rasgando nossas terras para implantar seus tubos e escoar a produção de Bauxita de Paragominas para Barcarena. Além disso, implantaram uma torre de transmissão de energia para subsidiar essa produção subtraindo mais outros mil hectares de terras do território de Jambuaçu. Esses grandes projetos causaram inúmeros crimes socioambientais. A foto abaixo demonstra a forma devastadora com que esses projetos se instalam no território.



Figura 7: Maquinário da empresa escavando o território. Fonte: CPT, março de 2005.

A ação destruidora da Vale impôs sacrifícios e forçou mudanças profundas nos modos de vida da população, que tinha como a base do seu sustento as atividades de caça e pesca. Os barulhos das máquinas afugentaram as caças para longe de nossas comunidades. Muitos de nossos rios e igarapés foram assoreados e o vazamento de um dos tubos escoou bauxita que contaminou as águas e inviabilizou a pesca. Morreram várias espécies de peixes. A água ficou imprópria para o consumo humano e proliferaram doenças de pele entre as pessoas. Como usamos as águas dos rios e igarapés para tudo (beber, cozinhar, banhar, lavar), a vida de todas as famílias do território foi completamente afetada.

Padre Sérgio, antropólogo e assessor da organização que acompanhava os conflitos de perto, começou a mapear os modos de vida de cada comunidade e constatou que eles se assemelhavam com grupos de afrodescendentes, tendo em vista que a irmandade era também uma de nossas formas de organização. A partir de suas pesquisas, ele sugeriu que a única solução seria investir na organização comunitária visando o reconhecimento do território como quilombo. Sr. Valelei recorda o que o padre falava naquela época:

A terra é de vocês e vocês estão perdendo. Quem tem documento fica já quem não tem [...]. Mas quem tem documento vai ser fraco do lado dos caras e aí já tem umas terras por aí que já são deles. Eles vão botar paralelo terra com terra e vai chegar aqui em baixo, que eles tinham pegado o terreno que era o da Yamada. Então essas pessoas não iriam pegar uma indenização, mas

iriam pegar um cala boca e vai desocupando a terra, vai lá para Moju, vai pra onde tu quiseres ir que tu não vai aguentar. Aí ele disse: “existe uma organização, vocês são a maioria negros. Tudo indica que vocês vieram do quilombo, porque nós temos um quilombo aqui perto, o Jaguarari. Então tudo indica que vocês são herança desse povo que sofreu, que foi escravizado, que se embrenharam no meio dessa mata por aí pra fugir, então existe uma organização chamada de quilombo que agora existe uma lei que protege as áreas coletivas e tudo mais”. Aí ele começou a explicar pra nós as vantagens que tinha em se autodefinir quilombola. (Roda de conversa “Resistir para Existir, agosto de 2017)

Valclei relembra também a importância da atuação do Padre Sérgio junto à comunidade para assegurar o território:

O padre Sergio teve essa grande importância. Nós aceitamos. Nos autodefinimos. Teve todo o processo e daqui foi mais fácil para as outras comunidades. Pessoal [...] teve gente que tinha o título definitivo da terra e disse: “olha tá aqui! Eu quero que minha terra fique no coletivo”. Isso é muito importante. E as outras comunidades que nós fomos conversando chegavam e dizia: “olha [...] São Manoel já se autodefiniu”! Aí, graças a Deus o território todo aceitou, senão sabe lá como estaríamos. (Roda de conversa “Resistir para Existir, agosto de 2017)

Com o Partido dos Trabalhadores assumindo a presidência da república, na figura de Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, fortaleceram-se as leis que garantem os direitos já existentes das comunidades remanescentes de quilombo, como o Artigo 68 da Constituição Federal. O artigo garante aos remanescentes das comunidades de quilombos, que estejam ocupando suas terras, reconhecimento e propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os respectivos títulos.

No dia 20 de novembro de 2003, Lula sancionou o Decreto nº 4.887 que “regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. Francisco (2006), analisando o processo e o passo a passo da regularização de terras quilombolas, enfatiza a importância da organização da comunidade:

É preciso que a comunidade permaneça unida para que o direito de titulação das terras possa ser solicitado. A comunidade deve organizar-se sob a forma de uma associação, ou seja, unir os esforços e criar uma pessoa jurídica para representa-la diante das instituições de governo. Vale lembrar que a



associação para ter valor legal deve ser registrada em cartório. É bom procurar a orientação de um advogado, de um contador, de um estudante de Direito ou de uma pessoa que já tenha criado uma associação, ou ainda, de uma pessoa que tenha experiência em organização de comunidades (p. 33)

Como Sérgio era conhecedor da lei e antropólogo, ele tinha conhecimento do decreto nº 4.887 e já analisara as semelhanças do povo de Jambuaçu com outros grupos afrodescendentes, pois havia indícios de que nossa ancestralidade estava atrelada aos negros escravizados do engenho Jaguarari. O engenho Jaguarari fica na margem direita do rio Moju, junto à ponte de Moju (alça viária). Segundo relatos de Salles (2010), contidos no site Memória Mojuense, “Jaguarari foi um grande engenho no período do Séc. XVII e era propriedade do senhor Bernardo Serrão Palmela e sua esposa, que fizeram doações das suas terras aos padres da companhia de Jesus, com a garantia de que estes sustentassem o casal até a morte”.

O engenho foi palco de lutas sangrentas, tais como, a Cabanagem, revolta popular do período regencial, travada nos anos de 1835 e 1940 na província do Grão-Pará. A revolta recebia esse nome por ter em sua composição, majoritariamente, pessoas pobres que moravam em cabanas à beira do rio, incluindo aí os negros escravizados do engenho Jaguarari. Os cabanos lutavam por melhores condições de vida, por uma sociedade mais justa e igualitária, mas tinham como objetivo principal a independência da província. Por se rebelarem, foram perseguidos pelo governo regencial, muitos se refugiavam pelas matas e alguns desses passaram pelas terras da Irmandade de São Manoel. Nossos velhos nos contavam isso com base nas histórias que eles ouviam de seus pais e avôs.

Por ter conhecimento de todos esses fatos históricos ancestrais, padre Sérgio sensibilizou a organização sobre a necessidade do auto identificação como comunidade remanescente de quilombo, tendo em vista que já tínhamos perdido grandes extensões de terra para as empresas de dendê e estávamos perdendo mais ainda para os projetos da VALE. Durante a roda de conversa, seu Benedito comentou um pouco sobre esse processo:

Aí já veio um advogado, muito bom, e começou algumas reuniões. Assim mesmo ainda foi obrigado a ficarmos espertos, pois quando a gente já estava no processo de auto se definir quilombola ainda veio gente do governo tentando demarcar a terra. Duas pessoas vieram acompanhadas por uma moça que era esposa de um rapaz de dentro do ITERPA. Então ela se achava no direito de dar títulos de terras para as pessoas para se favorecer nas

próximas eleições, já que ela era deputada estadual. Aí muitos companheiros foram em campanha. Mas algumas pessoas perguntaram se não ia dar problema, porque tinha outro processo de titulação coletiva e como iriam ficar com dois documentos? As pessoas da comunidade desistiram por conta disso. [...] O processo de autodefinição não foi só chegar lá e dizer que nós se autodefinimos. Nós tivemos que sair por aí pelo mato, tirando fotos de gêneros, de restos de louças, de coisas antigas para poder provar, porque não adiantava nós só se definir se nós não tivéssemos aqueles dados que nós viemos daquele tempo, que os nossos antepassados vieram daquele tempo. Chegamos a ir ali no centro onde tinha um forno, naquele tempo eu acho que já era quilombo, mas detalhavam aquele grupo que corria aí no centro como cabanos, né? Só cabanos. Os cabanos corriam para o centro então eles ficavam pra lá escondidos porque os caras saiam matando. Aí lá eles fizeram um forno de barro, aquilo muito bem feito. A dona menina ali em baixo tem um terreno lá que o pessoal fala que por um tempo funcionou um engenho lá, pode até ser pequeno mas funcionou. Tinha um trabalho e tudo lá e tinha muitos gêneros. Então, nós fomos. Saiu uma equipe firmando essas coisas tudo por aí pra poder provar a nossa origem com nosso antepassado e aí sim que nós fomos se autodefinir, mas depois de todo esse trabalho. Uma equipe saiu aí tirando fotos de muitos gêneros que nós temos, que devia procurar, mas que nós ainda temos. Para ser quilombola foi uma luta que foi obrigado a gente fazer primeiro as comissões, de comissões virou associações e de associações a gente chegou nesse determinado momento em se autodefinir como quilombola. (Roda de conversa “Resistir para Existir, agosto de 2017)

O relato de seu Benedito demonstra que o processo de auto identificação é mais do que simplesmente se dizer quilombola. Esse processo exigiu das comunidades um encontro com suas próprias origens, um avivamento da memória coletiva e um olhar diferenciado para muitas coisas que nos pareciam trivial. Tivemos que entrar contato com nossas origens, buscando seus vestígios materiais e imateriais num processo que nos transformou em pesquisadoras/es de nossa própria história. Importa lembrar que a auto identificação era um dos pontos atacados pela ADI 3239 que, numa tentativa de desqualificar esse procedimento legítimo para reconhecimento e titulação de territórios tradicionais, afirmava que o decreto facilitava o acesso ilegal as terras já que para isso bastava que as pessoas se declarassem quilombola.

A professora Silvana Sarmiento, quilombola da comunidade de São Manoel, também compartilhou na roda de conversa sua leitura sobre esse processo:

Pra comprovar [...] pra dar entrada no processo foi todo um estudo antropológico. Por mais que a comunidade não entendesse, não se autoafirmasse como tal, mas as vivências, a forma de se organizar, a forma de conviver no coletivo, né? [...] Os roçados, os mutirões, a religiosidade do povo. Por exemplo, cada comunidade tem um santo, tem um período de festejar, de rezar. Tem as benzedadeiras. Então, foram coisas que o próprio

Sérgio e os outros também foram identificando: isso [...], olha, aqui é característico de comunidade que tem essa cultura afro ainda bem presente na convivência, na cultura, nos costumes deles. Então, é daí que vem né? Claro, se autodefiniu por uma necessidade, mas com base numa vivência cultural que já havia. (Roda de conversa “Resistir para Existir, agosto de 2017)

Como afirma a professora Silvana, as comunidades de Jambuaçu sempre viveram como quilombolas sem precisar afirmar isso para dentro ou para fora do território. Simplesmente vivíamos de acordo com nossos saberes e modos de existir. A necessidade de afirmação da identidade surgiu como uma estratégia importante das comunidades para defender o território à medida que os interesses do capital avançavam sobre ele. Contudo, foi também uma necessidade que pôde se concretizar porque estava fundamentada em uma vivência cultural de longa data.

A CPT quando ela estava na assessoria aqui do território ela pensou justamente nisso. A primeira etapa foi esclarecer para as comunidades a necessidade de se demarcar a terra pra proteger, pra garantir. A segunda etapa seria justamente essa da autodefinição, da identidade mesmo. Quer dizer, foi por uma necessidade, mas essa identidade já existia, então qualquer estudo de vários que já foram feitos sempre comprovam que existe sim essa cultura, essa característica muito forte, em todas as comunidades existem isso. A forma de organizar é muito semelhante em todas essas comunidades que aceitaram a demarcação da terra, elas tem muitas semelhanças, a forma de se organizar, a forma de celebrar a sua irmandade e o seu santo. Então são maneiras muito próximas de convivência, mesmo. E todo esse território aqui ele tem essa marca, essa característica própria. Por isso que quilombo ele é o pertencimento de um grupo com características, com saberes, com cultura, com costumes próprios. E todo esse território aqui tem isso. Embora foi por uma necessidade pra garantir a terra, mas essa identidade é muito forte. Tá na memória, tá na história do povo e é preciso resgatar isso, porque agora esses decretos que garantem a demarcação dos títulos coletivos ele tá também sobre ameaça. A forma antes para se demarcar uma terra tinha que comprovar o pertencimento daquela comunidade, daquela família, se realmente fez parte, se tinha vínculo com seus ancestrais que foram refugiados. Hoje não! Hoje com esse estudo antropológico que confirma, com essa autodefinição de ser quilombola se consegue o título. Não sei como é que tá, mas cada vez mais eles vão querer saber se realmente essas comunidades estão aptas a manter esse título (Professora Silvana, Roda de conversa “Resistir para Existir, agosto de 2017).

O pedido de reconhecimento foi enviado para os órgãos responsáveis, porém, como o Estado é muito moroso com as políticas públicas que não são de seu interesse, engavetaram o

processo de titulação até que o projeto Bauxita Paragominas tivesse se consolidado em nosso território. Porém, durante esse conflito com a Vale, além da luta no meio jurídico, através da tentativa de adquirir o título coletivo, a organização traçou as estratégias de luta e resistência no combate físico para não serem expulsos de suas terras:

No dia 22 de fevereiro de 2006 os quilombolas fizeram reféns: três técnicos e um diretor da Companhia Vale do Rio Doce, dois técnicos da SECTAM e duas técnicas do programa Raízes, a fim de que resolvessem o impasse que existia, desde outubro de 2005 entre a CVRD e os quilombolas, a respeito das políticas compensatórias relativas à terceira tubulação. O Estado, a Prefeitura de Moju, e a CVRD estavam fazendo descaso da situação, cada um colocava a culpa no outro [...]. Naquela ocasião estavam reunidos: trinta e dois quilombolas, a CPT Guajarina e o programa Raízes. Então, todos decidiram convidar a CVRD e a SECTAM, que naquela ocasião estavam na área, para conversarem a respeito do acordo. Assim foi feito. Às nove horas e trinta minutos todos estavam reunidos para resolver o impasse, porém continuou o jogo de culpas. Foi quando os quilombolas e a agente pastoral da CPT decidiram não deixar ninguém sair daquele local, todos deveriam aguardar a chegada da secretária de educação e do prefeito. Os carros da CVRD e da SECTAM foram detidos, e o ônibus que transportava os estudantes, foi buscar o restante dos quilombolas. Enquanto isso, alguém se dirigiu à cidade para exigir a presença do prefeito e da secretária de educação. À tarde, todos já se encontravam no local. Havia aproximadamente 350 quilombolas. Durante a tarde e à noite realizou-se a conversa a respeito do acordo. O impasse chegou ao fim à zero hora e trinta minutos quando foi assinado um termo de acordo entre o Estado, Raízes, SECTAM, Prefeitura de Moju, CVRD e quilombolas, com o seguinte conteúdo: construção da Casa Familiar Rural, compra de equipamentos da Casa, sustentação por três anos, construção de posto de saúde da família, compra de equipamentos para o posto, qualificação dos agentes de saúde e pavimentação de 33 Km de estrada (CPT, 2007, P. 24).

Somente depois dessa ação direta, foi assinado o acordo. Porém, do dia 29 de setembro a 19 de outubro de 2006 os quilombolas paralisaram os trabalhos da linha de transmissão, porque o primeiro termo do acordo não estava sendo cumprido:

As 20h30 do dia 20/12/2006 as trinta e cinco famílias da associação quilombola de Santa Maria do Tracoateua, a mais prejudicada pela passagem dos três minerodutos e da LT, apoiadas pelas restantes dez associações quilombolas, derrubaram uma torre da LT situada na comunidade Santa Maria do Tracoateua, território quilombola de Jambuaçu (CPT, 2006, P. 25).



Figura 8: Torre de transmissão de energia no chão. Fonte: CPT, dezembro de 2006.

Durante todo período em que essas atrocidades foram cometidas pela REASA, Marborges e Vale, nenhuma ação judicial condenou os responsáveis pelos assassinatos ocorridos no território ou pelos crimes socioambientais praticados pelas empresas. No entanto, depois das ações acima relatadas, algumas lideranças foram criminalizadas, dentre elas o Jovem Manoel Almeida (Maian), que estavam à frente da organização à época. Ele hoje responde pelo crime de cárcere privado, formação de quadrilha e danos ao patrimônio público. Tudo isso nos leva a refletir sobre para qual lado o Estado tende na balança. Temos muitos motivos para crer que é para o lado das grandes corporações.

A Comissão Pastoral da Terra realizou um levantamento de algumas das consequências perversas causadas pela empresa e as articulou em quatro eixos no dossiê sobre conflito dos quilombolas de Jambuaçu com a Vale. São eles: a) territoriais; b) ambientais; c) trabalhistas; d) humanos. Embora sejam passagens longas, considero importante citar parte do dossiê para frisar o alcance dos efeitos perversos desses empreendimentos que avançam, indiscriminadamente e impunemente, sobre o território quilombola e as formas de vida (humanas e não humanas) que nele coexistem.

a. Quanto aos crimes Territoriais a CPT faz as seguintes denúncias:

Com a instalação dos três minero dutos e da linha de transmissão, os quilombolas viram seu território, até agora titulados (16.302 há), reduzido a 510 ha; A comunidade de Santa Maria de Traquateua, por exemplo, hoje associação dos remanescentes de quilombos de Santa Maria do Traquateua, até o início dos anos 80 dispunha de mais de 2.000 ha. No ato da entrega do título coletivo de domínio quilombola, ficaram a ela designados 833 ha [...]. Com a passagem dos minero dutos e da linha de transmissão o território ficou reduzido a 633ha, a maioria dos quais é várzea e igapó. Na mesma comunidade várias casas foram diretamente atingidas pela passagem da linha de transmissão, tendo, por causa disso, que serem removidas. Mas a maioria não sabe a que terra serão destinados, pois na área atual (633 há) não sobra sequer uma faixa de terra firme. Desde o início de 2005, 33 km da Rodovia Quilombola tornaram-se quase que intrafegáveis para bicicletas, motos e carros populares, devido à passagem de cargas pesadas pertencentes a CVRD. Em 12/10/2006 a situação piorou com a queda de duas pontes da mesma rodovia (sobre os rios Ubá e Jambuaçu). A locomoção se dá através de baldeação ou dando um rodeio de 50 km. Muitos alunos perderam aulas e o escoamento da produção continua dificultoso. A ocorrência de uma quebra de ponte e as consequências não são previsíveis. Pode cair a camioneta Mitsubishi com os técnicos da CVRD dentro, pode cair o caminhão com os operários, pode cair o ônibus com os alunos, filhos dos quilombolas. A vulnerabilidade e risco das pontes deviam ser objeto de estudo prioritário por parte dos técnicos da CVRD e de suas terceirizadas para garantir, aos quilombolas, aos trabalhadores, aos técnicos, aos usuários anônimos dessa estrada, segurança. O que não tem ocorrido por atos marcados por irracionalidade social. Até hoje, 11/01/2007, as citadas pontes são intransitáveis. Na comunidade quilombola de São Bernardino o caminho utilizado para ir até a casa de farinha ficou intrafegável. A passagem das máquinas pesadas nas obras de colocação do 3º mineroduto (bauxita), destruindo-o completamente. Contrariamente ao afirmado pelos dirigentes da CVRD a “faixa de segurança” da linha de transmissão seria de 80 m de largura. Na realidade são 100 metros. Foram subtraídos 50 ha de reserva de mata produtiva da família do Sr. Aloízio Dias e Francisca de Jesus. Quinze castanheiras produtivas foram abatidas entre outras árvores frutíferas. O Sr. Algemiro Franco Baia Souza, agricultor, pai do garoto que ficou pendurado nos fios da linha de transmissão, lamenta a perda de 12 tarefas do terreno dele, “o que equivale a doze anos de trabalho”, segundo afirmou. A CVRD colocou piçarra em cima da faixa por onde passa a 3ª tubulação, o que impede cultivar qualquer tipo de plantio, contradizendo-se ao afirmar que, ao longo do trajeto do minero duto, poderiam ser desenvolvidos plantios de raízes não profundas. Nas comunidades quilombolas de Santa

Maria e Santa Luzia do Traquateua, bem como nos lotes da Senhora Raimunda (Vila Nova) e de outros em São Bernardino, não sobrou espaço para fazer roçados.

O pequeno comércio que a Senhora Nelis possuiu ao longo da estrada que passa pela comunidade Santa Luzia do Traquateua, ficou cercado pelos minerodutos: dois passam a cinco metros da frente do comércio e o terceiro a três metros do fundo (CPT, 2007, P. 14-15).

b. Quanto aos crimes Ambientais a CPT destaca:

A colossal mexida de terra ao longo de 15 km, que equivale à extensão do minero duto e da LT, provocou o assoreamento do rio Jambuaçu e seus afluentes, com evidente rebaixamento das águas, a ponto que barcos e motores de médio porte não conseguem mais trafegar. Alguns igarapés estão já quase que totalmente assoreados, como o Sassutinga (perto de São Bernardino), braço grande, Sarapuí, Acapu, Tracoateua, Igarapé das pedras e Arumã (entre Nossa senhora das Graças e São Sebastião). A reconstrução da ponte do rio Jambuaçu que acabou desabando antes de ser concluída, sofreu redução de 20m do seu comprimento: de 33m passou para 13m, o que levou a um estreitamento do leito do rio.

O rio Jambuaçu representa a principal fonte de manutenção e reprodução das comunidades quilombolas. As obras de instalação da tubulação dos minerodutos têm produzido uma série de impactos no sistema hídrico que abastece o Território: as águas ficaram turvas e com gosto de ferrugem para o uso e consumo humano; a mandioca colocada na água para amolecer, fica amarela. Não é mais possível “pubar” a mandioca na água para fazer a farinha. Ela fica azeda e imprópria para o consumo; com o escurecimento da água, até a pesca feita com arpão, o que demanda água clara, foi prejudicada; a mortalidade dos peixes que vinha acontecendo por causa do veneno que a empresa Marborges coloca periodicamente no plantio de dendê, aumentou o mau gosto das águas; o igarapé Tracoateua, desde sempre utilizado pelas famílias das comunidades de Santa Maria, Santa Luzia e N. Senhora do Tracoateua, hoje está sem serventia, pois está contaminado com produtos químicos aplicados nos plantios de dendê da MARBORGES. Quando é utilizado para o banho, as pessoas apresentam coceiras no corpo. A contaminação está interferindo, também, na reprodução dos peixes e as obras da CVRD estão levando terra para dentro dele, dificultando a pesca de zagaia; toda essa mexida na terra ao longo do traçado do mineroduto e da LT continua deixando as águas do rio Jambuaçu constantemente turvas, impossibilitando seu uso, sobretudo para as comunidades quilombolas do baixo rio Jambuaçu como Santana do Baixo e São Manoel. Houve destruição de plantações de açaí, coco, caju, roças e reservas de mata, além de inúmeras castanheiras, como por

exemplo, os quinze dos lotes dos Senhores Aluizio, Didi e Senhora Francisca de Jesus, além das cinco do Senhor Estandico. Ao longo das obras de instalação da tubulação do 3º mineroduto, as máquinas cortaram as raízes de outras castanheiras, não derrubadas diretamente. O que significa a decretação de sua morte. Os moradores denunciam que, em função das constantes obras da CVRD, a comunidade sofre com o barulho das máquinas que também tem ocasionado a fuga da caça para dentro das matas, dificultando assim acesso a essa fonte alimentar. Um deles, o Senhor Henrique, de 61 anos, falou emocionado sobre a destruição das reservas de mata que ele guardava para seus filhos e netos e que chora quando ouve as máquinas imaginando o que vai ser do futuro de sua família. Há um total desconhecimento a respeito do produto que passa pelas tubulações, e já ocorreram dois vazamentos: um na comunidade quilombola de Santa Maria do Traquateua e o outro em Juquiri. O vazamento que se deu na comunidade não quilombola de Juquiri deixou o Sr. Raimundo Nonato Freire Dias com lesões estéticas, manchas brancas em sua pele, assim como um dos funcionários do Sr. Raimundo também sofreu lesões por conta do vazamento do caulim. Na comunidade quilombola de Santa Maria do Traquateua o vazamento ocorreu nas terras da Senhora Maria Trindade da Silva Costa. A CVRD foi chamada e enterrou o produto do vazamento nas terras da Senhora Maria. Essa senhora reivindica que o produto seja retirado de sua propriedade (CPT, 2006, P. 16-17).

c. Quanto aos impactos Trabalhistas são destacadas as seguintes questões:

Dos quilombolas adultos, grande parte trabalha na agricultura e no extrativismo, ao passo que crianças e jovens (39% da população) também estudam tanto nas escolas de ensino fundamental do território, quanto na cidade de Moju. Pelos levantamentos do ZEE, realizado pelo Dr. Westphalen Nunes e sua equipe (ARCA), em treze das quatorze comunidades quilombolas, 5% do total da população (2.449 habitantes) frequenta o ensino médio, ou seja, são 122,45 alunos/as, que todo dia se deslocam de suas casas para a cidade. Pergunta-se: as indenizações (nenhuma indenização durante a instalação do 1º minerodutos; indenizações de R\$ 100, 00 a R\$ 800, 00 na instalação do 2º minerodutos; indenizações de R\$ 100, 00 a R\$ 9.000,00 na instalação do 3º minerodutos, indenizações de R\$ 700,00 a R\$ 15.000,00 com a passagem da Linha de Transmissão), cobrem as perdas territoriais e ambientais sofridas pelos quilombolas de Jambuaçu por causa do projeto Bauxita Paragominas da CVRD? Quanto a empresa ganhará durante os supostos 50 anos de funcionamento dos minerodutos e da Linha



de Transmissão? A quem caberia remunerar as 5.200 diárias que lideranças e quilombolas perderam ao longo do ano de 2006 (130 dias), uma média, para baixo, de 40 pessoas por evento, com reuniões, encontros, estudos, audiências públicas, manifestações para enfrentar os transtornos e prejuízos provocados pela presença da CVRD no território? Seriam R\$ 82.680, ou seja, R\$ 2.067 por participante. E os custos de fretes de motos, de ônibus, carros, da gasolina, a quem caberia remunerar esses custos? O presidente do Conselho Quilombola, Sr. Maia, faz dois anos que trancou os estudos do ensino médio por causa desse enfrentamento. A quem caberia responder por esse atraso? A situação intrafegável da estrada quilombola com a passagem de meios pesados da CVRD, mas sobretudo a quebra das duas pontes sobre os rios Ubá e Jambuaçu desde o dia 12/10/2006 até hoje bagunçou as viagens dos estudantes do ensino médio para a cidade de Moju. Pergunta-se: quantas aulas perderam? Que os estudantes o digam! Onde está a responsabilidade social da CVRD que tanto se gaba disso nas propagandas da TV Liberal e da Globo? (CPT, 2006, P. 18).

d. Quanto aos aspectos Humanos a CPT chama atenção para as seguintes questões:

Outros impactos dizem respeito aos direitos humanos. O primeiro deles: o direito de os quilombolas serem tratados como gente e como grupo étnico. Eis algumas situações de “elegância e delicadeza humana” provenientes da responsabilidade social da segunda maior empresa mineradora do mundo. A esposa do Sr. Aluizio Dias, D. Francisca, dando crédito às declarações dos técnicos que acompanharam o assentamento da primeira tubulação, de que, após assentada, seria possível reaproveitar o espaço ocupado por ela para plantio de pequenas árvores, voltou a plantar ali uma roça. Quando as equipes da nova tubulação chegaram lá, destruíram e retiraram a roça toda, sem sequer dar explicações do seu ato. Quando da passagem das equipes de abertura do pico da LT, o Sr. Aluizio, já cansado das frequentes transgressões sobre o seu terreno, acompanhadas de afirmações e promessas verbais na maioria das vezes não cumpridas, solicitou ao pessoal qualquer documento que comprovasse que havia permissão para o que estava acontecendo, e lhe garantisse direitos. Alguns dias depois recebeu um envelope em cujo interior nada havia. As indenizações sempre foram individuais, contrariando decisões tomadas em reuniões entre quilombolas e a CVRD de que seriam coletivas por serem também as terras coletivas. Quilombolas foram submetidos a pressão psicológica no ato de aceitar as indenizações a fim de não atrapalhar os cronogramas da empresa, como no caso da D. Francisca de Jesus, de Narciso dos Santos ou da D. Raimunda Rosa Nunes que chegou a ser procurada três vezes em um único dia para que

assinasse o dito termo particular que constituía a “servidão” de suas terras para a CVRD. As pessoas quilombolas e não quilombolas desconhecem o significado jurídico dos termos do instrumento que assinaram, inclusive do que vem a ser “quitação”. Além disso, o “Instrumento Particular” tem uma cláusula que afirma: “a CVRD ficará emitida na posse da servidão ora pactuada, com livre acesso a maquinas, material, empregados e pessoal, contratado de empresa terceirizada, à área de servidão, e ainda poderá praticar todos os atos e fazer quando quiser ou entender conveniente, todas as obras necessárias à conservação e uso da servidão”. Os trabalhadores das empreiteiras invadem as terras sem o menor respeito pelos moradores que são surpreendidos de chofre pela presença deles derrubando árvores e abrindo espaço quando da instalação da linha de transmissão. Entram nas terras e perfazem as mais diferentes tarefas sem sequer se darem ao trabalho de explicar a eles o que fazem. Na documentação relativa à aprovação, licenciamento e implantação do projeto Bauxita Paragominas (EIA-RIMA; RAS) a terminologia usada pela SECTAM e CVRD é “populações tradicionais” e não “grupo étnico” ou “população quilombola”, “remanescente de quilombos”. Isso caracteriza o não reconhecimento formal da população étnico-quilombola tanto por parte do governo do Estado do Pará quanto pela CVRD. Durante o alongamento dos fios da LT, no dia 25/11/2006 às 17h, uma criança de 11 anos, Desivaldo Franco Baia Souza, filho de Algemiro de Souza e Francidalva Franco Baia, da Comunidade quilombola São Sebastião situada no km 40 da PA 252, que brincava nas redondezas com a irmã Iris, ficou pendurado neles, caindo, em seguida, de uma altura de aproximadamente 25 metros. Quebrou uma perna, um braço, várias costelas e a bacia encostou-se coluna de forma que, como falou a Senhora Francidalva, “a espinha remontou”. Apesar dos primeiros socorros que a CVRD prestou, hoje Desivaldo sente dores na coluna, nas costas, abaixo do umbigo e na perna que ficou torta (CPT, 2006, P. 19-20).

Neste capítulo narrei a história de luta do território, suas “contra estratégias” ou suas formas de resistir ao que Almeida define como Agroestratégias. Ao rememorar essa tragédia coletiva, que já custou a morte de companheiras e companheiros e a perda de parte do território, é possível constatar que se trata de um conflito entre mundos muito distintos. De um lado: o capital e suas grandes corporações colocando em prática suas agroestratégias, legais ou criminosas. De outro lado: os povos e comunidades tradicionais, que resistem em seus territórios apesar da violência física e simbólica que lhes aflige historicamente. Esse conflito entre mundos impede as comunidades de Jambuaçu de conseguirem recuperar parte do território perdido no processo de titulação, o que seria possível, mas neste caso não

aconteceu, porque os aparelhos do estado responsável por essa decisão geralmente se posicionam de acordo com os interesses das corporações e da elite do agronegócio.

Nessa correlação de forças desiguais fica nítido que o capital e o Estado operam a partir de uma política de morte, o que Mbembe (2006) define como Necropolítica, ou, aquilo “que reside no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (p. 123). No caso de Jambuaçu, assim como em outras comunidades tradicionais, os que morrem são os que teimam em existir, que resistem aos projetos de morte do capital e que lutam defesa de seus direitos socioambientais e territoriais.

As comunidades de Jambuaçu resistem para continuar existindo. Reconhecem que é necessário construir a vida por meio da resistência, isto é, da luta. Compreendem que a vida só faz sentido se também mantivermos vivo tudo que consideramos sagrado para nós e que dão sentido ao nosso modo tradicional de ser e de viver. Porque assim como o capital tem suas formas de matar, também temos nossas formas próprias de viver e de resistir (ZHOURI & VALENCIO, 2014).

### **2.3 – Identidade quilombola e R-EXISTÊNCIA na luta pelo território**

Como é possível constatar no processo histórico de resistência das comunidades quilombolas de Jambuaçu, a luta pelo território não representa somente a conquista do espaço geográfico ou da terra como bem de troca e consumo, mas significa a manutenção do modo de vida, do culto ao sagrado, das relações e da identidade que se estabeleceram a partir do território. Conforme afirma Moura (2012):

[...] o valor da terra para os habitantes das comunidades remanescentes de quilombo é diferente do valor da terra para os demais que exploram a atividade rural. Terra é patrimônio cultural, terra é plantar para sustentar a família, terra é vida, terra é festa, terra é história dos antepassados, é religiosidade. Terra é TUDO (p.21).

Logo, o território tem influência direta na vida comunitária, pois remonta à memória da luta contra a escravidão e orienta a luta presente e as ligações com a terra e as pessoas da comunidade, como sugere Machado (2014):

É necessário ampliar a discussão em torno das lutas dos sujeitos que estão no campo e evidenciá-las, uma vez que boa parte das comunidades quilombolas está no campo e mantém uma relação de simbiose com a terra, com o rio, com a floresta. Todavia, não é somente a questão espacial e produtiva que forma sua identidade, mas o processo histórico de formação dessas comunidades, a rejeição à escravidão, a resistência, a manutenção dos valores civilizatórios, a tradição e a sua ligação com o Continente Africano (p.20).

Logo, a exata dimensão de território só pode ser alcançada se considerado o conceito de territorialidade que Little (2002, p.3) define como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

A territorialidade remete às relações estabelecidas, aos sentidos atribuídos, ao cuidado desenvolvido no âmbito do território e aos significados construídos pelas comunidades quilombolas. Dessa maneira, a cosmografia torna-se conceito fundamental, visto que:

São os saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criados e historicamente situados que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantem com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p. 4).

Dessa maneira, entende-se que terra para as comunidades quilombolas não é apenas o espaço geográfico e a base material da produção da existência. Terra é também território, isto é, o lugar de produção de saberes e valores culturais, lugar de construção de identidades, lugar de comunhão, lugar de festas, lugar de manifestações do sagrado. Porque, novamente, como Moura: “Terra é TUDO”.

Assim sendo, as comunidades quilombolas articulam-se a partir das noções de resistência, organização social, educação popular, território e territorialidade e das relações e significações que emanam desses conceitos. Importa frisar que se trata de um apanhado de significados complexos e imbricados entre si. Logo, para afastar a noção errônea de que quilombo é a reunião de escravos fugidos, Leite (2008, p. 969-970) afirma que:

A ressemantização do termo “quilombo” pelos próprios movimentos sociais e como resultado de um longo processo de luta veio traduzir os princípios de liberdade e cidadania negados aos afrodescendentes, correspondendo, a cada um deles, os respectivos dispositivos legais.

1 - Quilombo como direito a terra, como suporte de residência e sustentabilidade há muito almejadas nas diversas unidades de agregação das famílias e dos núcleos populacionais compostos majoritariamente, mas não exclusivamente de afrodescendentes.

2- Quilombo como um conjunto de ações em políticas públicas e ampliação de cidadania, entendidas em suas várias dimensões.

3- Quilombo como um conjunto de ações de proteção às manifestações culturais específicas.

O quilombo, portanto, é teia de relações de vida e de R-existência, outrora contra o escravagismo, hoje contra a marginalização, negação de direitos, contra a expropriação do latifúndio, visto que: “a relação entre quilombos e resistência à escravidão teve início no passado e permanece até hoje, em outros moldes, quando a questão quilombola continua articulada à luta e resistência contra a exploração fundiária e o poder das elites agrárias” (MOURA, 2012, p. 14).

O quilombo é conjunto de relações entre pessoas, com a natureza e com o sagrado, mas essencialmente as comunidades quilombolas apontam para alternativas de vida e produção humanas e sustentáveis, em face do modelo de produção do capital, consumista e predatório. O quilombo mostra que é possível viver, relacionar-se e produzir racionalmente, como aponta Machado (2014):

A construção da Identidade Quilombola é uma reação ao sistema excludente que insiste em se estabelecer pela hegemonia num contexto multicultural, revelando toda contradição posta no discurso da igualdade e de justiça social evidenciado no país. Ela desvela, denuncia e põe em cheque as estruturas de poder que inferioriza as diferenças (p. 84).

A luta pelo território é soberana, pois ele é o início da cidadania quilombola. A juventude de Jambuaçu entende que ter cidadania quilombola é ter nossos direitos assegurados não somente nas leis, mas na vida e no dia a dia. Entende também que é a partir do território que as políticas públicas para as comunidades quilombolas são acessadas. Portanto, resistir ao modelo hegemônico de desenvolvimento e às investidas do capital sobre nossos direitos e nossos territórios é R-existência em duplo sentido. É R-existência como forma de luta pela vida que aponta caminhos alternativos e, também, como forma de ser, de existir, de reafirmar e fortalecer a identidade quilombola. Sobre esse processo de R-existência

em relação a esse modelo predador de desenvolvimento, Porto - Gonçalves (2002) nos leva a refletir que:

Esse moderno-colonialidade não se inscreveu num espaço vazio de significação, mas sim em territórios (natureza + cultura) onde foram conformados *padrões cognitivos* próprios. Por isso, mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo (p. 47).

Sendo assim, o processo de resistência da organização de Jambuaçu está para além de resistir no sentido de simplesmente impor dificuldades, pela força, a um processo violento que avança. A organização vive a R-existência. As comunidades R-existem, tendo em vista que há uma identidade cultural, religiosidades, relações com o sagrado, relações humanas e toda uma vida tradicionalmente organizada que pré-existe, cujos elementos fundantes estão ameaçados pela invasão dos grandes empreendimentos.

Contudo, o tempo rebeldia nos leva a analisar atentamente as evidências da conjuntura cotidiana da organização. As estratégias de luta e resistência não estavam presentes somente na memória, mas se faziam presente no contexto atual, diante do avanço das agroestratégias. A pesquisa nos mostra que a cada momento da história as estratégias de enfrentamento aos avanços das agroestratégias do capital acontecem fundamentalmente a partir dos contextos político-sociais, e até mesmo eclesiais que davam condições para isso. É possível identificar que a forte presença da Igreja católica na criação e fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's em todo o território de Jambuaçu é a estratégia inicial para este enfrentamento, bem como atuação da Comissão Pastoral da Terra - CPT fomentando a organização de pequenas comunidades, que além de celebrar seus festejos, buscavam se reunir e discutir os problemas das localidades.

Outra estratégia a ser pontuada é a ocupação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, por meio de articulação com as comunidades e seus representantes, elegeram lideranças profundamente engajadas e comprometidas com as lutas dos agricultores rurais. O Sindicato era para as organizações de base um importante instrumento político e estratégico para organizar, fortalecer e ampliar a luta e resistência frente aos invasores. Pois o trabalho de base das lideranças do sindicato acontecia juntamente com as lideranças das CEBs, indo de comunidade em comunidade ajudando aos agricultores a despertar consciência sobre a

importância da terra e a urgência de se organizarem para garantir sua permanência nela. Isso é possível perceber, por exemplo, no trecho deste canto “*Ó mãe terra, ô mãe terra, tu és a solução para o homem de mão grossa que vive lá roça sempre lavrando o chão*”. Essa estratégia coloca as lideranças do sindicato (Virgílio Serrão Sacramento, Chiquinho e Canindé) em evidência, pois elas se tornam grande referência de fomentação de resistência e luta junto aos trabalhadores rurais levando-os, portanto, a cruéis assassinatos pelo poder do latifúndio. Dessa forma, constato neste capítulo “tempo rebeldia” que a resistência e inúmeras outras estratégias sempre estiveram presente na vida e luta do nosso povo em defesa da terra.

## CAPÍTULO III – TEMPO ESPERANÇA



Figura 9: Movimento da Juventude Quilombola de Jambuaçu. Fonte: Arquivo da JQTJ, fevereiro de 2017.

### 3.1 – Conflito com o Estado – FEPASA

Atualmente, aquilo que pré-existe e R-existe no território de Jambuaçu encontra-se ameaçado por uma ferrovia: a Ferrovia Paraense (FEPASA) e outra linha de transmissão de energia da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Esses dois empreendimentos ameaçam cortar Jambuaçu ao meio. Se isto acontecer serão mais outros mil hectares de terras perdidos para novas e velhas empresas e suas agroestratégias.

A Ferrovia Paraense é um projeto desenvolvimentista planejado pelo Governo do Estado. Sua finalidade é integrar o Pará às políticas e projetos de desenvolvimento para atender as necessidades do mercado consumidor do agronegócio.

Segundo mapas e estudos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Mineração e Energia (SEDEME), a Ferrovia Paraense atingirá 23 municípios no Estado do Pará, são eles: Abaetetuba, Abel Figueiredo, Acará, Barcarena, Bom Jesus do Tocantins, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Ipixuna do Pará, Marabá, Moju, Nova Ipixuna, Paragominas, Pau D'arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana



do Araguaia, Sapucaia, Tailândia, Tomé Açu e Xinguara. O traçado da ferrovia totaliza uma extensão de 1.312 km de distância em um trecho que vai de Santana do Araguaia à Barcarena.

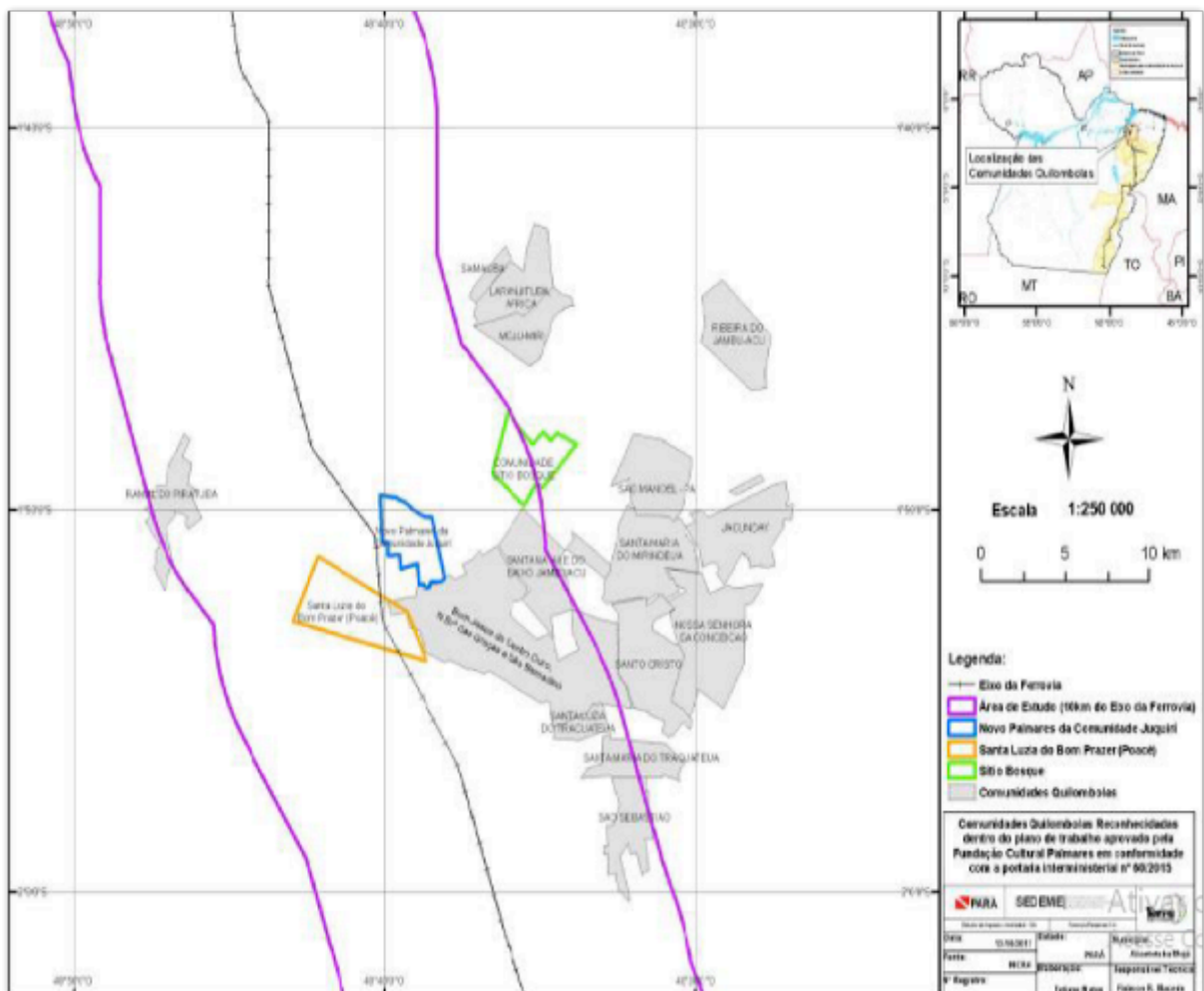
Os dados que constam do Processo Judicial nº 0821007-28.2017.8.14.0301 (2017, p. 442), demonstram que no Pará existem 16 minas com o potencial de produzir 80 milhões de toneladas/ano dos mais variados metais. Duas já estão produzindo Bauxita e Manganês e os órgãos envolvidos têm interesse nessa produção que se encontra ao longo dos trilhos. A ferrovia foi projetada para escoar cerca de 60 milhões de toneladas de minérios e outros produtos do agronegócio através de 300 vagões: 50% de Ferro, 30% de Bauxita, 14% de grãos e fertilizantes, 3% de combustível e 3% de outros.

A Defensoria Pública realizou um levantamento sobre quem são os interessados no empreendimento da FEPASA. Isso nos permite ter uma dimensão mais ampla sobre “contra quem resistimos”. São eles: Estado do Pará; VALE; Norsk Hydro; Concremat; Camargo Corrêa; Construcap engenharia; Ecovias; Porto São Sebastião; Russian Highways e VLI; Glencore; Siemens; Cargil; Empresários Chineses, Italianos, Russos, Coreanos e Japoneses; Associação Brasileira de Logística; Fundação de Pesquisas Econômicas; Associação Brasileira da Indústria Ferroviária; Companhia Paulista de Trens Metropolitanos; Companhia Nacional de Abastecimentos e o Instituto de Engenharia e Associação Nacional de Transportadores Ferroviários.

Os responsáveis pela Ferrovia dizem já ter realizado as seguintes etapas: Estudo de viabilidade técnica e ambiental realizado pela SEDEME; Fase da licitação e audiências públicas do processo licitatório: 07/08 – Brasília, 15/08 – Santana, 16/08 – Redenção, 17/08 – Marabá, 18/08 – Paragominas, 22/08 – Barcarena, 23/08 – Belém; divulgação do edital para recebimento de contribuições. As próximas etapas seriam: audiências públicas de licenciamento ambiental, previstas para outubro de 2017; Recebimento e análise da documentação, prevista para fevereiro de 2018; o Leilão, previsto para março de 2018 e por fim a assinatura do contrato de concessão que estava prevista para junho de 2018. Essas atividades estavam previstas, porém não foram realizadas até então.

No cronograma proposto chama atenção a celeridade com que as etapas foram projetadas. As fases de licitação e de audiências públicas, por exemplo, foram supostamente realizadas em menos de um mês em Brasília e em 6 municípios do Pará. Por conta da mobilização das comunidades, que se deu a partir da organização, construção e lançamento do Protocolo, as etapas que estavam previstas para serem realizadas a partir de outubro de 2017 estão atrasadas.

A seguir apresento o mapa por onde os trilhos passarão no território de Jambuaçu. A linha no centro, tracejada de preto, corresponde ao percurso dos trilhos e as linhas em lilás são os limites dos impactos diretos que a ferrovia causará, com previsão de 10 km para cada lado. O mais grave deles é a expulsão de nossas famílias do território, mas há outros também igualmente graves: a perda da biodiversidade; interferência no modo de vida tradicional das comunidades; inviabilização da agricultura familiar; mudança de hábitos alimentares; presença de pessoas estranhas às comunidade, o que causa insegurança, sobretudo, de crianças, adolescentes e jovens; trânsito de carga pesada que incidirá nos espaços de brincar das crianças que estão acostumadas a transitar livremente pelo território; poluição do solo e dos rios; destruição dos lugares sagrados de nossas entidades; dentre outros.



Mapa 3: Traçado da ferrovia no território de Jambuaçu. Fonte: Processo Judicial nº 0821007-28.2017.8.14.0301.

Como mostra o mapa, a ferrovia atingirá diretamente 7 comunidades tituladas: Comunidade Centro Ouro (Bom Jesus do Centro Ouro, Nossa Senhora das Graças e São Bernardino), Comunidade Santana do Axé do Baixo Jambuaçu, Comunidade Santa Luzia do Tracuateua, Comunidade Santa Maria do Tracuateua, Comunidade São Sebastião, Novo Palmares do Juquiri e Sítio Bosque. E, ainda, uma em processo de regularização, Santa Luzia do Bom Prazer – Poacê – (área com o tracejado alaranjado).

A morosidade do Estado em regularizar as terras do Poacê constitui uma velha e já conhecida estratégia que visa garantir a segurança do empreendimento. Vivenciamos essa mesma situação quando da regularização de Jambuaçu, uma vez que o título definitivo das terras só saiu quando o Projeto Bauxita Paragominas (instalação de tubos de minerodutos da VALE) não corria mais risco de ser barrado.

Importa destacar que esses empreendimentos nunca são projetos isolados, mas constituem um conjunto de estratégias orquestrada para a apropriação do território. Nesse caso, o que chama atenção é o fato de que os portos da Região Guajarina não darão conta de escoar cerca de 60 milhões de toneladas. Sendo assim, o projeto prevê a construção de outros portos molhados: em Barcarena, Abaetetuba e Moju. As áreas que ultrapassam o tracejado de cor lilás, no mapa, são as que serão impactadas “indiretamente”. Essas áreas servirão de porto seco, onde serão armazenados a produção que não será escoada no mesmo dia, ou seja, a continuidade de Jambuaçu encontra-se gravemente ameaçada.

### **3.2 – Mobilização e protagonismo político da juventude**

A resistência popular foi e continua sendo uma das melhores respostas dos povos e comunidades tradicionais frente à expansão do modelo vigente de desenvolvimento. A organização popular é uma das estratégias que mobiliza a população em torno da defesa de seus direitos, e que emana, sobretudo, da sabedoria do povo e da experiência de quem vivencia a opressão. Segundo Pereira (2017, p.36), “a resistência é compreendida como uma resposta de um determinado grupo à dominação de outro, ou como uma reação de um grupo social a determinadas mudanças que se lhes opõem externamente”.

É importante pensar a organização popular, tanto no passado como no contexto atual, também como mecanismo de afirmação identitária. Ao longo de sua história, o povo negro e oprimido travou várias lutas contra a escravidão, tais como as tentativas de fuga dos

escravizados em busca de melhores condições de vida, a resistência travada no Quilombo de Palmares, a Balaiada, a Revolta dos Malês, a Cabanagem, as ligas camponesas, dentre outras. Essas lutas tornaram-se fonte de inspiração da organização popular para a conquista de direitos, principalmente o direito a Terra e o direito de permanecer nela.

Nesse sentido Peloso (2012), referindo-se à mobilização popular no período da ditadura militar, leva-nos a refletir sobre o processo de organização como uma rede de resistência e de esperança:

No final dos anos 1970, o fogo que queimava por baixo, explodiu em movimentos nos quatro cantos do país. Nesses anos de chumbo, muita gente, no campo e na cidade, foi atingida pelo trabalho dedicado a milhares de militantes. Este esforço teceu uma imensa rede de resistência e de esperança contra a dominação e pelo direito de ter vez e voz, contribuindo para o fim da ditadura militar. Nos anos 1980, o campo popular reconstruiu suas ferramentas de luta (sindicatos, partidos, associações) e até inventou novas formas de juntar e canalizar a indignação e os anseios da classe trabalhadora (movimentos, fóruns, entidades) (p. 18).

Essa rede de resistência influencia na construção de espaços e ferramentas de luta, tais como os sindicatos de trabalhadores, as associações, os partidos políticos, as cooperativas e demais tipos de entidades. Como exemplo disso, e como já mencionado anteriormente, a partir da década de 1970 as comunidades quilombolas de Jambuaçu organizaram-se através de associações e contribuíram para o fortalecimento do sindicato dos trabalhadores rurais e para formação do Partido dos Trabalhadores.

Esse registro é importante para lembrarmos que a luta pelo território não começou agora e não terminará agora também, infelizmente. Por isso mesmo, precisamos revisitar as formas de organização acionadas pelos nossos mais velhos. É refletindo sobre elas que poderemos definir quais ainda fazem sentido nas lutas atuais, bem como propor novas formas de resistência que respondam melhor aos desafios de hoje.

Destaquei no capítulo anterior o protagonismo dos nossos mais velhos, porém em todas as lutas travadas a juventude se fez presente. No caso de Jambuaçu, muitos jovens do território estavam à frente das associações comunitárias à época do conflito com a VALE e outros tantos acompanharam os mais velhos na luta contra a REASA e MARBORGES. O encontro intergeracional nos processos de organização comunitária é o que garante a continuidade da resistência, pois, assim como os velhos representam a memória e a sabedoria acumulada das lutas históricas:

Os jovens prefiguram o homem novo que se quer construir. Questionam a atitude quase sagrada diante da ordem estabelecida. Afirmam que esta ordem havia sido construída pelos homens e, portanto, poderia ser mudada. É uma geração que luta com o corpo e alma porque acredita que há alternativas para se sair daquela situação profundamente injusta. Lutam porque acreditam que o amanhã se decide na luta de hoje (BORAN, 1994, p. 20).

Essa ideia ganha um sentido muito particular para a juventude quilombola do território de Jambuaçu. Para nós, resistir é r-existir a partir daquilo que pré-existe, isto é, a partir da memória coletiva e da ancestralidade que constitui a nossa identidade: aquilo que fomos no passado, aquilo que somos no presente e aquilo no que nos constituiremos no futuro. Assim,

A Juventude olha pouco para o passado. Está com o olhar mais voltado para o presente e para o futuro. Mas, não é possível ignorar o passado. O passado é inspiração para o futuro. Todo grupo humano possui memória coletiva que influi no seu comportamento. É importante trabalhar esta memória para que seja força da identidade e motivação. Um povo precisa reviver esta memória para evitar o empobrecimento e a deformação da sua identidade cultural (BORAN, 1994, p. 17).

Compreendendo a importância da memória e da ancestralidade para constituição de nossa identidade e para as lutas de hoje, a Juventude de Jambuaçu resolveu beber diretamente na fonte da memória, através da oralidade de nossos velhos. Para tanto, propusemos uma roda de conversa que chamamos de “Histórias e memórias da luta pelo território quilombola de Jambuaçu”.

A roda de conversa foi proposta com o intuito de oportunizar um momento de partilha entre os mais velhos e a Juventude da comunidade de São Manoel, visando revitalizar a história da comunidade e do território. A professora Silvana Sarmiento, filha da comunidade, foi convidada para mediar a roda. Iniciamos com o vídeo “O que é quilombo”, da coleção de subsídios do projeto “A cor da cultura” que retrata a importância da luta pelo território e a afirmação da identidade quilombola. O vídeo foi sugerido para ativar a memória da luta por Jambuaçu.

Outros instrumentos também foram acionados para a ativação da memória, como a leitura do Dossiê do conflito dos Quilombolas do Território de Jambuaçu, organizado pela CPT, e a realização de diálogos com os mais velhos antes da realização da roda. Em relação

aos diálogos, a proposta inicial era realizar conversas individuais, mas como as pessoas da comunidade têm o hábito de se visitarem durante o dia foi difícil encontrar alguém sozinho. Em razão disso, os diálogos foram realizados com aqueles que já estavam presentes e com aqueles que iam chegando também. Essa mudança se mostrou muito profícua, pois os diálogos individuais se converteram em debates abertos em que os comunitários discordavam uns dos outros e, ao mesmo tempo, buscavam chegar a um entendimento em relação a alguns eventos.

Com esse processo de ativação da memória também buscávamos sensibilizar a juventude do Território sobre a importância de ela assumir e dar continuidade à luta que deixaram nossos velhos, o que foi reforçado com o assassinato de Maria Trindade que lutou durante toda a sua vida contra a REASA (atualmente Marborges) e resistiu à venda de suas terras que fazem fronteira com a empresa.

A comunidade organizou celebrações, atos públicos, reuniões com o Defensor Público do Estado e realizou algumas reuniões para definir de que forma se faria justiça à companheira Trindade. Uma dessas reuniões aconteceu no dia 14 de julho de 2017, na comunidade Santana do Baixo. A reunião iniciou com a partilha do diálogo que as lideranças tiveram com o defensor público Johnny Giffoni que, ao final da reunião, propôs às lideranças que organizassem o histórico de lutas travadas pela organização quilombola, que mapeassem as áreas de conflitos, realizassem um levantamento de todas as empresas que atuam e ameaçam o território e que retomassem a discussão sobre o protocolo de consulta que o território já havia iniciado.

Após a partilha do diálogo com o defensor, a palavra circulou e surgiram algumas propostas para fortalecer a luta: Organizar uma assessoria de advogados para auxiliar o Defensor Público no caso da Maria Trindade, bem como na reivindicação de direitos socioambientais e territoriais; Mapear parceiros para somar na luta; Proteção individual de algumas lideranças ameaçadas; Criar um GT no Conselho de Segurança Pública do Estado; Reivindicar um Comitê Quilombola no referido Conselho; Organizar um calendário de Ações e Planejamento; Investir em uma organização interna e sólida; Mapear as áreas de conflitos do Território; Organizar o histórico das lutas no território; Construir o Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Território de Jambuaçu.

Fui enviado a esta reunião representando a CPT, mas, sobretudo, enquanto filho do quilombo que sentiu na pele a perda de uma de nossas companheiras de luta. Comecei minha fala questionando a falta de representatividade da juventude na reunião, pois das 15

comunidades estavam presentes apenas dois jovens e um deles era eu. Propus, então, que refletíssemos sobre como trazer a juventude para a luta.

O contato que eu já havia estabelecido, na roda de conversa, com algumas lideranças que lutaram nas décadas passadas pelo território e continuam lutando, principalmente mulheres, reforçou em mim esse questionamento. Meu contato, desde a infância, com o protagonismo da Juventude e das mulheres impulsionaram minha militância e meu posicionamento político. Coerente com essa trajetória, durante a reunião, me coloquei à disposição para iniciar a mobilização da Juventude do Território junto com a Luana Moraes, jovem da Comunidade do Jacunday que foi à reunião comigo.

A essa altura da pesquisa, tinha muita clareza que a politização da juventude se dá no dia a dia do quilombo, na convivência com os mais velhos que também travaram suas lutas, na partilha das experiências durante os retiros das comunidades, nos espaços das Comunidades Eclesiais de Base, na experiência da Pastoral da Juventude, e em outros espaços. Ou seja, a politização não inicia nos espaços educacionais formais, mas sim nos processos de educação popular que, mediatizada pela sabedoria do povo, figura como uma importante estratégia de resistência:

A educação popular é um processo coletivo de elaboração, tradução e socialização do conhecimento que capacita educadores e educandos a ler criticamente a realidade para transformá-la. A apropriação crítica dos fenômenos e de suas raízes permite o entendimento dos momentos e do processo da luta de classes, ajudando a quebrar toda forma de alienação, e a buscar a descoberta do real e sua superação (PELOSO, 2012, p. 34).

As experiências de luta e resistência das comunidades quilombolas de Jambuaçu, demonstram que a educação popular tem o potencial de despertar no povo a consciência de sua condição de explorado e de instigar sua capacidade para propor formas de intervir na realidade. Ou, como diz Freire (2011):

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (p.72).

Logo, a educação popular tem sua gênese na vida e na luta do povo, pois é no desafio de se organizar e de sobreviver à opressão que se forja a resistência cotidiana. Foi nesse sentido que as comunidades de Jambuaçu, por exemplo, mobilizaram-se em torno da construção da Casa Familiar Rural (CFR), visando a formação da juventude através da pedagogia da alternância que concilia os espaços e os tempos da formação escolar com os espaços e os tempos da produção material e imaterial da vida.

A CFR foi reivindicada após o conflito com a VALE como uma tentativa de amenizar os impactos irreversíveis causados pela empresa e se transformou em um espaço importante de formação política. Vários alunos que passaram pelo ensino fundamental e médio na Casa Familiar, conseguiram romper o funil das universidades públicas, tendo sido aprovados nos vestibulares da UEPA e da UFPA. Outros, ainda, entraram na universidade por meio do processo seletivo especial para indígenas e quilombolas e do processo seletivo do PRONERA para o curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Ao adentrar na academia, os jovens assumem a universidade também como um espaço de luta. Muitos deles foram para a área da educação, reconhecendo a necessidade de professores quilombolas que considerem nossa realidade e coloquem em prática uma educação que leve em conta nossos saberes e nosso modo de existir.

Nesse sentido, o primeiro passo no processo de mobilização da juventude foi mapear os espaços estratégicos nos quais os jovens estão inseridos, incluindo aí as universidades. Dialoguei com alguns deles sobre o assassinato da Trindade e sobre a necessidade de uma organização de Juventude no território de Jambuaçu. Percebi que todos estavam revoltados com a perda de nossa companheira e isso os sensibilizou a assumirem o protagonismo da mobilização comunitária. O sangue de Trindade semeou no coração da juventude um clamor por justiça, porque somos herdeiros de sangue daqueles que inspiram a r-existência. Somos netas e netos das negras e dos negros que as empresas não conseguiram matar e hoje assumimos a luta que eles começaram.

Nesse meu caminhar no intuito de realizar um mapeamento dos espaços de atuação da juventude, descobri que os jovens do PRONERA estavam realizando seminários, com a participação de docentes da UFPA, sobre a educação do campo e formação para a vida, bem como sobre impactos dos empreendimentos que atingem o território.

Assim, à medida que fui identificando seus espaços de atuação, fui me somando a eles.



### **3.3 - Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada como instrumento de r-existência**

A discussão da construção do protocolo de consulta prévia, livre e informada surgiu com a necessidade de dar um basta aos ataques sofridos historicamente e atualmente no território de Jambuaçu, bem como tentar solucionar algumas problemáticas em relação a educação, a saúde e principalmente ao assassinato de nossas lideranças que resistem em nossas terras. Porém, a proposta só foi amadurecida e consolidada após o assassinato de Maria Trindade. Tomou força com a organização do território e com os jovens que acessaram as universidades e ao conhecimento científico.

Com a inserção da juventude quilombola no espaço acadêmico, as lutas através dos meios jurídicos se intensificaram. A juventude do território de Jambuaçu, junto a BAMBAE e às comunidades, organizaram a construção e o lançamento de um Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada (PCPLI) do Território de Jambuaçu para fazer frente ao projeto da Ferrovia Paraense. Essa era uma ideia que já vinha sendo amadurecida e que foi consolidada com a mobilização da juventude.

Segundo o Art. 6º da OIT (2011, p. 19) é dever dos Governos “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”. O direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado se sustenta no reconhecimento dos direitos fundamentais de povos e comunidades tradicionais e na garantia de gerência sobre seus territórios. Ou seja, nós, quilombolas, temos o direito de decidir livremente sobre o nosso presente e nosso futuro na qualidade de sujeitos coletivos de direitos, principalmente em relação ao direito territorial. E foi com esse intuito de exercer plenamente nossa cidadania e de garantir nossa autonomia que a juventude iniciou um processo sistemático de organização, como demonstra a imagem abaixo:



Figura 10: Reunião da Organização do Território. Fonte: Arquivos da JQTJ, julho de 2017.

A construção do protocolo se deu no espaço da CFR, na comunidade N. S<sup>a</sup> das Graças, em assembleia geral com as organizações quilombolas de Jambuaçu. A organização e mobilização em torno do protocolo foi conduzida pelas seguintes entidades: Coordenação das Associações dos Quilombolas de Jambuaçu (BAMBAÊ), Grupo de Estudos das Relações Socioambientais e Povos Tradicionais (GERSAPT/PRONERA-UFPA), Casa Familiar Rural Pe. Sérgio Tonetto, Grupo das Tucandeiras, Associação Quilombola dos Agricultores de São Manoel e Associação Remanescente de Quilombo Santana Axé do Baixo.

No processo de preparação do protocolo, definimos quem e como somos enquanto território, comunidades e organizações:

“Somos um só povo”, ligados por uma TERRITORIALIDADE ancestral e marcada, tradicionalmente, por interligações de famílias quilombolas. Nós nos auto afirmamos, historicamente, de forma coletiva, ou seja, como quilombolas que se territorializam, social e politicamente, através da interculturalidade, resultante da articulação de nossos atributos identitários, tais como as nossas formas de “ser” “homem-mulher” contemporâneos e nos diferenciamos (física e simbolicamente) por meio de grupos geracionais (crianças/jovens/adultos/idosos), também por nossos próprios “trabalhos” tradicionais, nos realizamos como agricultoras(es) familiares, extrativistas, servidoras(es) públicas (os), pequenas(os) empreendedoras (es) e estudantes. Seguimos, internamente, distintas orientações religiosas: protestantes, católicas (os), afro-religiosas (os), assim como benzedoras (os), curandeiras (os) e parteiras (os); e finalmente, nós nos auto representamos,

politicamente, em diferentes formas de organizações sociais e territoriais (urbano-rural). Assim, portanto, formamos uma só “identidade quilombola plural”, conjugando o passado com o presente (PCPLI, 2017, p. 3).

Diversos aspectos importantes para garantir a nossa autonomia no território foram definidos no protocolo: porque e como seremos consultados; o funcionamento das reuniões; quem deve ser consultado; como deve ser o processo de consulta e de preparação para sua realização; o que deve ser considerado para a preparação de consultas e reuniões; quais instituições, entidades e parceiros devem ser convidados a colaborar nesse processo. É importante ressaltar que durante esse processo, a Defensoria Pública, na pessoa do Dr. Johnny Giffoni, foi uma importante aliada contribuindo na assessoria jurídica.

No dia 21 de novembro de 2017, após a preparação do protocolo, Padre Paulinho (coordenador da CPT do Pará) e eu fomos à Defensoria Pública do Estado dialogar com o Dr. Johnny. Estávamos preocupados com a presença de representantes da Hydro, da Fundação Cultural Palmares (FCP) e da ReNascer, uma empresa mediadora de conflitos que tem como missão reassentar, reordenar, e realizar projetos sociais, de comunicação social e educação ambiental como contrapartida e projetos de mitigação. Essa empresa já vinha realizando reuniões visando convencer as famílias a aceitarem o reassentamento. Segundo relatos de lideranças quilombolas, essas 3 instituições foram em algumas comunidades para renovar o acordo da Hydro com as 58 famílias e disseminaram a ideia de que o protocolo seria péssimo para a comunidade.

A presença da ReNascer nos levava a refletir sobre os riscos do reassentamento, tendo em vista que já havíamos sido afetados com uma linha de transmissão de energia e por três tubos de mineroduto. A possibilidade de mais dois empreendimentos passarem em nosso território nos deixava numa zona de perigo. Diante disso, a organização de mulheres do território (as Tucandeiras), organizaram-se para desmobilizar uma reunião que a ReNascer havia chamado na comunidade N. S<sup>a</sup> das Graças. O propósito era intervir no acordo ou mesmo impedir que ele fosse assinado.

É sabido que a força da resistência negra e quilombola também se demonstra através da cultura, da identidade, da religiosidade, do batuque, do canto, dentre outras maneiras. Reconhecendo isto, as mulheres colocaram seus turbantes, pegaram seus tambores, chamaram toda a ancestralidade para a roda e cantaram durante a reunião até que os representantes da empresa fossem embora. Foi uma verdadeira festa da resistência.

Na conversa com o defensor público, reiterou-se a necessidade de uma articulação comunitária mais forte. Definimos que o primeiro passo seria realizar uma sequência de encontros visando promover uma compreensão mais ampla do Processo Judicial contra a FEPASA. Assim nasceu o Movimento da Juventude Quilombola do Território de Jambuaçu (JQTJ) que passou a ser a organização de referência do processo de mobilização da juventude. No dia 4 de dezembro de 2017 reunimos cerca de 20 jovens universitários para a realização da primeira roda de conversa intitulada “A luta organiza a vida”. Iniciamos com uma mística que retrata a luta dos nossos mais velhos, as violências sofridas, as estratégias acionadas e a quantidade de terras já perdidas para as empresas.



Figura 11: Primeira roda de conversa “A luta organiza a vida”. Fonte: Arquivos da JQTJ, dezembro de 2017.

Durante esta primeira roda de conversa, falamos de nossas preocupações, lembramos as lutas do passado e indicamos nosso temor pelo futuro tenebroso que a FEPASA representa. Nessa roda, percebi que a mística ativou a curiosidade dos jovens em relação aos conflitos que nossos mais velhos travaram para permanecerem no território. Ao final, tiramos o indicativo de realizar uma segunda roda de conversa com a presença do Defensor Público, visando preparar a juventude para compreender melhor o conflito com a FEPASA.

A segunda roda de conversa foi realizada no dia 11 de dezembro de 2017, na Defensoria pública. Iniciamos com cartazes, músicas e poemas que retratam as lutas do

passado, visando responder aos questionamentos que alguns jovens haviam levantado do encontro anterior.



Figura 12: Segunda roda de conversa “A luta organiza a vida”. Fonte: Arquivos da JQTJ, dezembro de 2017.

A mística, segundo Bogo (2008, p. 135), é aquilo que nos alimenta para a militância:

Nos últimos tempos, os movimentos sociais passaram a usar a palavra mística como sinônimo de animação. Muitos até veem a mística como uma sessão dentro da atividade política, como se ela fosse um momento apenas de encenação e pronto – daí em diante, o encontro estaria liberado para se “falar sério”. Mas a mística é muito mais. Ela é a motivação que nos faz viver a causa até o fim. É aquela energia que temos e que não nos deixa dizer não quando nos solicitam ajuda. É a vontade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, de querer ajudar e realizar as coisas que façam a luta ser vitoriosa. Mas então aquela apresentação que fazemos no início dos encontros não é mística? É também. As pessoas que se envolvem na preparação querem expressar, através de uma mensagem, as razões pelas quais lutamos, criando, de forma imaginária, o mundo que queremos alcançar, para que os presentes vejam e se animem a ajudar a construir aquela ideia, aquele sonho. A mística é fundamental para a vida e para a luta. Sem mística na vida cotidiana, perdemos a alegria, a vibração, o interesse e a motivação de viver. Sem mística na luta, perdemos a vontade, a combatividade, a criatividade e o amor pela causa.

Acreditando que a mística é o mistério que alimenta nosso engajamento com a luta comunitária, é o que nos dá ânimo para seguir em frente, tomamos como fonte de inspiração o

poema “Rasgando o papel<sup>2</sup>” de Fernando Miguel, que consta do livro *Versando Rebeldia do MST*.

Alimentados pela esperança de dias melhores, recordamos os mártires da terra, aqueles que lutaram por ela. A cada nome citado respondíamos: Presente na caminhada! Seguindo os exemplos dessas lideranças, lembramos as ameaças de hoje. Na mística refletimos também sobre o ano de 2017, sobre o início do conflito contra a Ferrovia Paraense e reafirmamos o compromisso da juventude de assumir o protagonismo político em defesa do território. Perguntei: diante de tudo o que nos ameaça, quem serão os protagonistas dessa luta? De forma espontânea, cada jovem falou seu nome e anunciou sua disposição ao engajamento. Ao final, todos os outros respondiam: Presente na caminhada! Depois de todos se colocarem, falamos juntos: Nós somos as netas negras e os netos negros das negras e dos negros que eles não conseguiram matar e hoje estamos na luta.

Depois da mística, o Defensor fez uma apresentação detalhada do projeto da FEPASA e, em seguida, pediu que fizéssemos uma nova rodada para mapearmos nossas áreas de formação na universidade. O objetivo era definirmos as possíveis contribuições de cada um e traçarmos estratégias de acordo com nossos campos de formação. Dentre as/os jovens presentes tínhamos os seguintes cursos: Enfermagem; Engenharia Elétrica; Ciências Sociais; Museologia; Letras Libras; Mestrado em Sustentabilidade; Geografia Agrária; Biomedicina; Direito; Educação do Campo; Agrimensura, Licenciatura em Física; Pedagogia. Havia também uma estudante secundarista. Nessa roda de conversa estava representada a juventude das seguintes comunidades: São Manoel, Jacunday, Conceição do Mirindeua, Santana do Baixo, São Bernardino e Poacê.

Identificamos a necessidade de um levantamento sobre outros impactos que afetam as comunidades e que não são mencionados pela empresa. Nesse sentido, definimos que as pedagogas realizariam um levantamento dos impactos que afetam as crianças, principalmente em relação as suas brincadeiras tradicionais. Definimos também que os jovens dos cursos de exatas mapeariam, a partir da narrativa das comunidades, os impactos causados pela linha de transmissão de energia e os possíveis impactos da ferrovia.

---

<sup>2</sup> Sou filho dessa terra e da luta sou herdeiro. Descendente de canudos de Antônio Conselheiro. Quilombo dos Palmares que a burguesia matou. Mais vai chegar a hora de fazer a nossa história. E vingar a nossa dor. Na luta pela terra vi sangue derramado. Agora nosso povo cansou de ser massacrado. Está chegando a hora burguesia te apronta. Não quero vê lamento é chegado o momento. De acertar a nossa conta. Pois saiba que a terra é para quem quer trabalhar. Porque a terra é livre não precisa se comprar. E essa lei da terra só nos trouxe opressão. Se preciso se faz guerra, mas dessa terra. Ninguém vai abrir mão. Quem fez a lei dá terra tem que ser amaldiçoado. Porque por conta disso nosso povo é massacrado. Mais vai chegar o dia de erguermos o troféu. Quando esse dia chegar nós vamos poder. Rasgar a porra desse papel (2016, p.105).



Após a definição desses grupos de trabalho, assistimos a um vídeo sobre a ferrovia e analisamos alguns mapas que demonstram quantos e quais municípios o empreendimento iria afetar. O Defensor explicou que a ferrovia traz consigo rodovias e portos, molhados e secos; fez, ainda, esclarecimentos sobre as fases do empreendimento e nos colocou a par do direito da comunidade à consulta prévia, conforme prevê a convenção 169 da OIT.

Ao final da reunião definimos outros encaminhamentos que seriam fundamentais à continuidade da mobilização comunitária: apropriar-nos do protocolo de consulta prévia para esclarecer às comunidades e mobilizá-las na construção dessa estratégia de resistência; escrever trabalhos acadêmicos como forma de denúncia, evidenciando as violências que são impetradas pelo capital contra a população quilombola de Jambuaçu; articular uma assessoria jurídica para nos auxiliar na construção de novas estratégias; organizar o protocolo de consulta prévia; mobilizar uma rede de apoio e fazer um levantamento de possíveis aliados.

Depois da roda de conversa com o defensor, decidimos que a primeira providência seria dialogar com os presidentes das associações para repassar a eles o que tínhamos conversado com a defensoria e para informa-los que iríamos organizar a juventude para assumir a luta pelo território junto com a BAMBAÊ. Com esse propósito reunimos, no dia 16 de dezembro, com 6 presidentes na comunidade do Jacunday, como mostra a imagem abaixo:



Figura 13: Terceira roda de conversa “A luta organiza a vida”. Fonte: Arquivos da JQTJ, dezembro de 2017.

Durante a terceira roda de conversa, socializamos com os presidentes as informações sobre as etapas de construção da ferrovia. Mostraram-se preocupados com a possibilidade de sermos expulsos de nosso território, elogiaram a preocupação da juventude em se engajar na luta em defesa de nossos direitos e declararam apoio à nossa organização.

Fortalecidos com o apoio dos presidentes das associações, iniciamos a mobilização da juventude que ainda não está na universidade, no intuito de ampliar e capilarizar a organização comunitária. Como o território de Jambuaçu é muito extenso e com muitas limitações em relação a transporte, lançamos mão de várias estratégias. Criamos um grupo no WhatsApp para estabelecermos contato com outros jovens e para convidá-los para a roda de conversa que seria realizada na comunidade Conceição do Mirindeua. Cada universitário ficou responsável pela mobilização da juventude de sua comunidade.

Inspirados pela reciprocidade que é típica de nossas comunidades tradicionais, construímos uma rede de carona solidária visando garantir a presença de jovens que residem nas localidades mais afastadas. Além disso, nos organizamos para garantir um almoço coletivo, em que cada jovem, de acordo com suas possibilidades, levaria algo para ser compartilhado. E assim fomos construindo as condições materiais para a realização dos nossos encontros.

Iniciamos a quarta roda de conversa, realizada no dia 27 de janeiro de 2018, com muitos cantos e animação. Esse encontro teve por objetivo ampliar o debate sobre a ferrovia, capacitando a juventude para ser multiplicadora das informações que já havíamos levantado sobre o empreendimento. Observamos que muitos desconheciam o projeto da ferrovia e, mesmo os que já tinham ouvido falar do empreendimento, ignoravam as graves consequências que ele poderia trazer à população.





Figura 14: Quarta Roda de conversa “A luta organiza a vida”. Fonte: Arquivos da JQTJ, dezembro de 2017.

Fizemos uma longa explanação sobre a FEPASA: os interesses em jogo e os envolvidos no projeto; o trajeto da ferrovia dentro do território; os possíveis crimes socioambientais; as ações de assédio FCP e da ReNascer para convencer as famílias a saírem de suas terras. Ao final da explanação, apresentamos o Protocolo e explicamos que se tratava de um importante mecanismo jurídico que poderia ser acionado em defesa de nossos direitos.

As rodas de conversa alcançaram o objetivo que desejávamos: promover o envolvimento da juventude no processo de organização e luta pelo território. Assim, com o engajamento de um grupo mais ampliado (conseguimos mobilizar cerca de 135 jovens), reunimos na manhã do dia 06 de janeiro de 2017, na comunidade Oxalá de Jacunday, para planejarmos as futuras ações do Movimento de Juventude. Iniciamos reafirmando a importância da luta pelo território e celebramos a vida, como nossos antepassados costumavam celebrar, através de cirandas. Contamos e dançamos a ciranda “A terra é nossa mãe e devemos cuidar dela”<sup>3</sup>, para reforçar nossa compreensão de que o território é tudo para nós: é onde começa a cidadania quilombola.

---

<sup>3</sup> A terra é nossa mãe devemos cuidar dela. A terra é nossa mãe devemos cuidar dela. Unidos. Minha gente somos unidos. Seu solo é sagrado e sobre ele andamos. Seu solo é sagrado e sobre ele andamos. Unidos. Minha gente somos unidos.



Figura 15: Quinta Roda de conversa “A luta organiza a vida”. Fonte: Arquivo da JQTJ, janeiro de 2018.

As atividades de mobilização e politização que desenvolvemos com os jovens, levou-os a assumirem, de fato, novas posturas de engajamento, dispostando um importante processo criativo que resultou em poemas e músicas como forma de denúncia das violências que são impetradas contra o território. Aneth Valadares escreveu o poema “Um grito de dor e agonia”<sup>4</sup> e pediu para ser recitado durante a reunião.

Após a leitura do poema nos organizamos em quatro grupos visando promover a participação de todos. Cada grupo tinha a incumbência de discutir e propor ações para os três eixos de atuação que havíamos definido: formação, comunicação e ação direta. Em seguida, no grande grupo, partilharmos, discutimos e aprovamos as propostas levantadas. Em resumo, definimos as seguintes propostas de ações que deveriam ser desenvolvidas até o lançamento do protocolo:

---

<sup>4</sup> Nas matas do campo soa um grito de dor e agonia. Querem tirar nossas terras!!! Mas que agonia. Desde 1930 acontecem as lutas, onde tudo cria forma. No percorrer deste caminho travamos vários conflitos. Conflitos estes que abalaram a estadia do nosso povo. Tudo se inicia com o título de terras. Terras herdadas dos nossos antepassados que deixaram para nós. Há anos atrás a luta era contra a implantação do linhão. Nas lutas do campo se encontram adultos, idosos, jovens e até mesmo crianças. Pelos campos do território só se ouvem murmuros. Murmuros de dor e agonia pela invasão das grandes elites em nossas terras. Querem tirar nossas terras. Querem desmatar nossos campos. Querem tirar nossas vidas. Sim! Nossas vidas! Porque quando falam em tirar terras. Falam em vida, falam em história, falam do nosso dia-a-dia. Falam das lembranças dos nossos pais e avós, falam do nosso amor: Amor com a terra, amor pela mata e amor pelos campos. Querem tirar nossos abrigos.

a. **Formação.** Criar um grupo de estudo para nos apropriarmos do protocolo de consulta prévia e do processo judicial da ferrovia; Assumindo a academia como um espaço de denúncia, criar um grupo de trabalho dos jovens universitários para realização de pesquisa sobre outros impactos da ferrovia que não são considerados pelo empreendimento; Estudar e discutir as leis que amparam nossos direitos, tais como: Convenção 169 da OIT, Decreto 4.887/2003, dentre outros.

b. **Comunicação.** Divulgar as atividades do Movimento por meio das redes sociais e de panfletos; criar um jornal para divulgar o protocolo e ampliar a divulgação por outros meios, tais como: jornal online, vídeos, rádios, etc; produzir e divulgar relatórios e vídeos sobre os impactos que o empreendimento irá causar às comunidades.

c. **Ação direta.** Organizar debates sobre o empreendimento; provocar a necessidade de audiências públicas no Município de Moju; formalizar um pedido junto às prefeituras e órgãos públicos para publicizar o protocolo; mobilizar e sensibilizar os diferentes setores das comunidades (igreja, grupos culturais, grupos de jovens, escolas, dentre outros) a respeito da importância do protocolo; articular os movimentos de outros municípios atingidos pela ferrovia para a construção de um ato público; fazer intervenções para divulgar o protocolo nas atividades culturais, religiosas, políticas e festivas realizadas nas comunidades, como por exemplo: campeonatos e festividades; mapear parceiros e aliados; proporcionar a integração do território através de uma programação cultural; criar uma identidade para o Movimento: confeccionar camisas, bandeiras, adesivos e cartazes; proporcionar o diálogo com a juventude recém aprovada nas universidades para fortalecermos a ideia da academia como espaço de luta; organizar um grupo de teatro para divulgar o Protocolo de maneira mais lúdica; organizar o lançamento do protocolo.

Seguindo o planejamento, começamos a a nos reunir todas as semanas na Universidade Federal do Pará no intuito de colocar em prática as ações acima indicadas. O primeiro passo foi criar uma página no Facebook intitulada “Juventude Quilombola do Território de Jambuaçu”, com propósito de instigar outros jovens, lideranças e aliados a se engajarem em nossa luta, bem como para denunciar e dar visibilidades às violências impetradas contra as comunidades do território.

Em seguida, colocamos em movimento um amplo processo de sensibilização das comunidades por meio da circulação de informações sobre a ferrovia e seus impactos. Esse

processo envolvia também percorrer o território para mobilizar as comunidades para o lançamento do protocolo. Nesse sentido, conseguimos realizar rodas de conversa nas seguintes comunidade: São Manoel, Conceição do Mirindeua, N. S<sup>a</sup> das Graças, Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê e Santana do Baixo. Segue abaixo uma imagem de uma dessas rodas de conversa:



Figura 16: Sexta Roda de conversa “A luta organiza a via”. Fonte: Arquivos da JQTJ, fevereiro de 2018.

### 3.4 – O lançamento do Protocolo

Depois da mobilização das comunidades, passamos a organizar a logística para o lançamento do Protocolo que seria realizado na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), em Belém, há aproximadamente 90 Km do município de Moju. Precisávamos garantir transporte, alimentação, organização do espaço com cartazes e faixas e, ainda constuir uma identidade que nos identificasse como um coletivo.

O lançamento do protocolo também mobilizou pessoas e movimentos que não fazem parte de Jambuaçu, mas que abraçaram a causa do território: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), professores da UFPA, Movimento Ribeirinho das ilhas de Abaetetuba, militantes de outros



quilombos, do movimento negro, deputados federais e estaduais e todos os vereadores do município de Moju. É importante frisar que o poder legislativo (deputados e vereadores) não tinham sido convidados para a cerimônia e, alguns dias antes, solicitaram permissão para participar do evento. O consentimento foi dado com a condição de que contribuissem para a locomoção das famílias até Belém. Com a mobilização da Juventude e da BAMBÂÊ, conseguimos 5 ônibus.

Enquanto uma parte dos jovens cuidava do transporte, outros se dedicavam à confecção dos cartazes, a montagem da mística de abertura e à construção de uma identidade visual. É importante destacar que, como o Movimento não conta com recursos próprios, cada jovem teve que assumir o custo da produção da camiseta que nos identificaria como coletivo.



Figura 17: Juventude organizando a mística de abertura. Fonte: Arquivos da JQTJ, fevereiro de 2018.

Compreendendo que o legislativo age à medida que o povo se organiza, pois dependem deste para se manter no poder, decidimos realizar o lançamento do protocolo na Assembleia Legislativa, como uma estratégia política para pressionar os deputados a se posicionarem em favor do protocolo. E, assim, em 22 de fevereiro de 2018, fizemos da ALEPA o nosso quilombo, como demonstra a imagem a seguir:



Figura 18: Representatividade das comunidades quilombolas na ALEPA. Fonte: Arquivos da JQTJ, fevereiro de 2018.

Iniciamos o lançamento com muita música e animação, acolhendo a todos que estavam presentes. Cantamos a música de acolhida “Meu quilombo tá lindo como quê”, chamando todas as comunidades presentes e à celebrar conosco: “Meu quilombo tá lindo como o quê; Meu quilombo tá lindo como o quê (falta você); Vou chamar (chama o nome da comunidade) pra vir ver; Meu quilombo tá lindo como o quê”

Foi a primeira vez que um movimento social assumiu todo processo de organização e condução de uma atividade na ALEPA. Decidimos como e quem iria compor a mesa, assim como os jovens do Movimento foram os mestres de cerimônia. A mesa foi composta com os seguintes representantes: Michell Durans, Secretário de Justiça e Direitos Humanos e representante do Governo do Estado do Pará; Udimar Pereira, representante da Prefeitura de Moju; Leandro Henrique Cardoso da Rocha, presidente da Câmara dos vereadores em Moju; Carlos Bordalo, Deputado estadual e presidente da comissão de Direitos humanos da ALEPA; Johnny Fernandes Giffoni, Defensor Público do Estado do Pará e Representante do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas da Defensoria Pública; Marcos Vinicius, Representante do centro de estudos Afro-brasileiros da UFPA; John Cleber Sarmiento Santiago, Representante do Movimento da Juventude Quilombola do Território de Jambuaçu; Ana Maria dos Santos Soares, Representante da organização das mulheres de Jambuaçu (Tucanderias); Flavia dos Santos, Representante dos Discentes Quilombolas da UFPA; Pe.

Paulo Joanil da Silva, Representante da CPT; Alef Monteiro, Representante do Grupo de Estudo Afro-Amazônico; Ricardo Tavares da Silva, Presidente das Associações Quilombolas (BAMBAÊ); Marjorie Barros Neves, Representante da SEDEME; e Vanusa Cardoso, Presidente da Associação de Moradores e Produtores Quilombolas de Abacatal/Aurá.

Após a composição da mesa, temos continuidades à mística de abertura. Reconhecendo que também resistimos através do nosso batuque e do nosso canto, dois jovens do território batucaram e cantaram a música de Zé Vicente: “Tambores de Palmares”<sup>5</sup>.



Figura 19: Jovens de Jambuaçu cantando “Tambores de Palmares”. Fonte: Arquivos da JQTJ, fevereiro de 2018.

Em seguida dois outros jovens entoaram o “Canto dos Mártires”<sup>6</sup> de Zé Vicente e, enquanto recitavam, convidavam outras lideranças a se juntarem a eles, como que representando a mensagem do poema. Enquanto cantávamos e chamávamos os nomes das lideranças que tombaram (Maria Trindade, Padre Sérgio, Canindé, Chiquinho, Virgílio), jovens entravam com cruzeiras levantadas, nas quais estavam escritos seus nomes. Os tambores soavam mais forte a cada mártir lembrado. Em seguida, todos juntos, em círculo, de mãos

<sup>5</sup> Os tambores dos negros de palmares, os tambores do povo de zumbi (bis). Os clamores dos negros de palmares, os clamores do povo de zumbi (bis). Coração da terra, coração do céu, coração da gente, coração desse afro continente. Batucando no peito do Brasil. ÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔ. Um clamor da terra, um clamor do céu, um clamor da gente, um clamor da memória comovente despertando a história do Brasil. ÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔÔ. Uma flor na terra, uma flor no céu, uma flor semente, com as cores e axés da negra gente, perfumando o futuro do Brasil.

<sup>6</sup> Venham todos, cantemos um canto que nasce da terra. Canto novo de paz e esperança em tempos de guerra. Neste instante há inocentes tombando nas mãos de tiranos. Tomar a terra, ter lucro, matando, são estes seus planos. Venham, venham todos e todas! Venham todos vocês. Lavradores e lavradoras, quilombolas, crianças, jovens, Maria trindade, Padre Sérgio, Canindé, Chiquinho, Virgílio. Assumir sua luta, seu sonho por nós é preciso. Haveremos de honrar todo aquele que caiu lutando. Contra os muros e cercas da morte, jamais recuando.

dadas, reunidos em frente à mesa de abertura, cantamos o refrão da música: “Eis o tempo de graça, eis o dia da libertação. De cabeças erguidas, de braços unidos irmãos. Haveremos de ver qualquer dia chegando a vitória. O povo nas ruas fazendo a história. Criança sorrindo em toda nação”.

Ao final da música os cinco jovens que estavam segurando as cruzes, caminharam em direção à mesa e dizendo: “Tentaram nos enterrar, mal sabiam eles que éramos sementes”. A partir daí uma jovem fez a seguinte intervenção: *a palavra quilombo tem sua origem na linguagem Iorubá e quer dizer habitação, ou seja, um espaço para se viver à vontade. Já a palavra mocambo tem origem no vocabulário Banto e significa esconderijo, refúgio. Um e outro representam sempre o sonho, o desejo, do povo negro de viver numa terra de liberdade. Porém, o sonho e o desejo nunca foram respeitados e a garantia do território só se deu através de muita luta.* Na sequência foi apresentado um breve resumo do histórico de luta pelo Território em Jambuaçu: o conflito com a REASA, com a VALE e com a FEPASA.

Enquanto se relatavam os conflitos, uma jovem quilombola entrou com uma muda de dendê com a base pintada de vermelho representando o sangue dos que tombaram e fez a seguinte intervenção: *1980 a REASA roubou mais de 20 mil hectares de terra de nosso território para plantar dendê com o consentimento do Estado, da polícia e do poder judiciário.* Ao terminar sua fala pousou a muda sobre a mesa, em frente ao representante do Governador do Estado. Outros jovens também tomaram a palavra e relembrou a violência do conflito com a REASA (os assassinatos, a queima de casas, roças e barracos, o roubo de terras) e também reiteraram que as companheiras e os companheiros que tombaram na luta não estão mortos, pois viraram sementes.

A partir daí as intervenções passaram a focar a possível passagem da ferrovia em nosso território. Perguntamos às autoridades presentes: diante desse novo conflito, quantos outros mil hectares ainda vão nos roubar? E quantos companheiros ainda terão que tombar? Nesse momento iniciamos um novo canto, enquanto jovens entravam com um trem de papelão que passava por cima de pequenas casas que haviam sido postas na mesa, representando o desfecho tenebroso que a possível passagem da ferrovia anunciava: “É um tempo de guerra, é um tempo sem sol; é um tempo de guerra, é um tempo sem sol; sem sol, sem sol, sem sol; sem sol, sem sol, tem dó”.





Figura 20: Parte da mística que representa o despejo das famílias. Fonte: JQTJ, fevereiro de 2018.

Em uma demonstração de que os jovens de fato haviam assumido o protagonismo político em defesa do território, cantamos juntos a música “Axé”<sup>7</sup>, na esperança de que um novo tempo chegará e ele está sendo construído, desde já, por meio da mobilização da Juventude. Na sequência, uma companheira do Movimento deu prosseguimento recitando a letra de uma música que diz o seguinte: “Agora nós vamos pra luta. A terra que é nossa ocupar. A terra é pra quem trabalha, a história não falha, nós vamos ganhar. Já chega de tanto sofrer, já chega de tanto esperar. A luta vai ser tão difícil, na lei ou na marra nós vamos ganhar”. Animados, os quilombolas se levantaram e erguendo os braços, gritaram: “Na lei ou na marra nós vamos ganhar”! Finalizamos a mística com o canto das três raças<sup>8</sup> e com as palavras de ordem: “Consulta prévia, já”!

É importante ressaltar que a maioria dos cantos que fizeram parte da mística, são cantos das CEB’s. Esses cantos alimentaram a luta de todos que nos precederam e, por isso mesmo, todos os nossos velhos que ali estavam presentes sentiram-se animados para permanecerem firmes e caminharem conosco, partilhando suas experiências de vida e de luta.

<sup>7</sup> Irá chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra, um novo mar. E nesse dia, os oprimidos, numa só voz a liberdade irão cantar! A raça negra, maioria neste chão ainda hoje luta pela abolição. Na nova terra o Palmares renascido, será conquista deste povo não vencido.

<sup>8</sup> Ninguém ouviu, um soluçar de dor no canto do Brasil. Um lamento triste sempre ecoou. Desde que o índio guerreiro foi pro cativoiro e de lá cantou. Negro entoou, um canto de revolta pelos ares. No quilombo dos Palmares onde se refugiou. Fora a luta dos inconfidentes. Pela quebra das correntes, nada adiantou. E de guerra em paz, de paz em guerra. Todo o povo dessa terra. Quando pode cantar, canta de dor. Ôôôôô, ôôôôô. Ecoa noite e dia é ensurdecedor. Aí, mas que agonia é o canto do trabalhador. Esse canto que devia ser um canto de alegria. Soa apenas como um soluçar de dor.

A mística vivenciada na ALEPA reativou a memória das mulheres e dos homens que, do mesmo modo, defenderam o território décadas passadas.

Continuamos nossa atividade com as falas das pessoas que estavam compondo a mesa. Para melhor compreender o contexto é importante dizer que o Governador Simão Jatene aprovou no dia 25 de janeiro de 2018 o Decreto nº 1.969, que visa a padronização da consulta e desconsidera os protocolos de consulta prévia, livre e informada das comunidades. O Decreto foi uma clara reação do Governo em resposta ao processo de mobilização que vinha ocorrendo na Comunidade Quilombola do Abacatal, localizada no município de Ananindeua e no território de Jambuaçu. Após a assinatura do Decreto, o Movimento da Juventude Quilombola de Jambuaçu orientou que todas as comunidades do território elaborassem um abaixo assinado repudiando a ação do governo. Assim o fizemos e protocolamos junto à Casa Civil (em anexo I).

Tanto continuidade à atividade, abrimos para as falas do representante do governo e dos órgãos públicos. Garantir que eles falassem primeiro foi uma estratégia do Movimento, pois sabíamos que eles iriam enfatizar o decreto como a solução para os problemas das comunidades tradicionais.

Os representantes da base do Governo insistiram na narrativa de que não há qualquer intenção do poder público de fugir à responsabilidade da consulta prévia. E, nesse sentido, destacaram a criação de um grupo de trabalho dentro do Governo do estado, previsto no Decreto, para receber as demandas das comunidades. Disseram reconhecer que o protocolo é um momento ímpar dentro do resgate dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, sobretudo, dos direitos humanos.

Comentaram que o estado brasileiro tem um débito secular com essas comunidades e o protocolo vem justamente para acertar o passo, pois é uma garantia de que seremos ouvidos. O Governo do Estado solicitou que as comunidades presentes na ALEPA apresentassem seus protocolos para auxiliá-los na construção de um plano. Afirmaram que os protocolos que estão sendo construídos seriam respeitados, uma vez que isso é uma demanda que advém da convenção 169 da OIT.

Os representantes políticos de oposição ao Governo realizaram um apanhado histórico para demonstrar que, desde quando foram arrancados de suas tribos na África para serem escravizados no Brasil, as comunidades negras têm sido tratadas como objeto, assim como seus anseios têm sido submetidos às decisões de outrem. A não consideração das vozes negras atendia naquela época, como atende hoje, aos interesses econômicos e políticos em

jogo. Inventaram uma falsa abolição que não aboliu ninguém e apenas submeteu o negro a um novo processo de escravidão, sem lhe dar a oportunidade de decidir sobre sua própria vida.

Perseguidos, se viram obrigados a reconstruir a vida em terras remotas que até recentemente não eram cobiçadas por ninguém. Hoje, seus territórios estão ameaçados pelos interesses do capital, a exemplo do que acontece em Jambuaçu. O lado mais perverso do capital é a sua capacidade de orquestrar forças políticas, poder econômico e tecnologia para passar, impunemente, por cima de tudo que lhe impõe qualquer obstáculo. Incluindo aí as vidas (humanas e não humanas).

Em nossas intervenções enquanto Movimento, confrontamos as falas dos representantes da base do Governo. Demonstramos que há contradições em seus posicionamentos, pois se respeitassem nosso direito à autodeterminação, como insistiram em dizer, teriam nos consultado sobre o decreto e, conseqüentemente, sobre o grupo de trabalho criado a partir dele. Enfatizamos que o Decreto, assim como qualquer processo que tenta nos patronizar, desrespeita nossas particularidades enquanto comunidades tradicionais, assim como representa uma ameaça a nossa autonomia e uma grave violação de nossos direitos.

Destacamos, ainda, que a padronização da consulta não está a serviço da proteção dos direitos dos PCT's, como eles insistiram em dizer. Ao contrário, a padronização é antes uma tentativa do governo de pacificar interesses inconciliáveis, o que finda por demonstrar que, muitas das vezes, o poder público age em favor de interesses privados.

O território de Jambuaçu já vivenciou perdas ambientais, culturais, ancestrais e a perda dos lugares sagrados onde habitam nossos encantados. Perguntamos às autoridades: Quando os nossos encantados terão vozes nos protocolos padronizados do governo? Porque, sim, eles falam através dos seus representantes afro religiosos, eles também reclamam a restituição de seus espaços que foram violados, cujo valor não pode ser calculado pela lógica monetária. Por isso, seguiremos r-existindo pelo direito de existir de acordo com nossos saberes, modos de vida, cultura e religiosidade.

Quando todos já haviam se manifestado, elaboramos um Termo de Compromisso com o Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada, no qual as autoridades presentes se comprometiam em garantir a aplicabilidade e a legitimidade do Protocolo do Território de Jambuaçu (em anexo II). Encerramos o evento com a apresentação da jovem Josiane Quaresma, da Comunidade Santana do Baixo, que dançou a musica “negro zumbi”.



Figura 21: Encerramento da programação. Fonte: Arquivos da JQTJ, fevereiro de 2018.

A música “negro zumbi” retrata um pouco sobre a resistência no quilombo dos palmares que nos inspira também a pensarmos a resistência no quilombo de Jambuaçu. O decreto aprovado pelo Governador do Estado deixa claro que o governo continua acionando manobras para ferir os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Frente a essas manobras, o processo de construção do protocolo de consulta prévia do nosso território demonstra que nossas comunidades têm força política para mostrar que não aceitamos a homogeneização da consulta. Sem contar que, evidencia a vontade das comunidades de Jambuaçu em continuar lutando pelos seus direitos.

Porém, reconhecemos que o protocolo é um instrumento que tem suas limitações. Por exemplo, mesmo que a comunidade diga não, isso não significa que essa decisão autônoma será respeitada pelo Estado. Não há garantias, e o cenário político tem demonstrado justamente isso: que o fato de haver amparo jurídico não é sinônimo de que direitos serão respeitados. Por outro lado, reconhecemos também que a pressão popular sempre foi um instrumento que garantiu direitos, tanto nas bases teóricas e jurídicas da constituição, quanto na vivência do povo. Por isso, seguiremos acreditando na força da pressão da organização de Jambuaçu para superar as limitações de nosso protocolo.

A mobilização da juventude nos leva a pensar na necessidade de retomar o trabalho de base em rede local e global. Peloso (2012, p. 53) vai de acordo com esta lógica ao afirmar que

A luta popular não é um evento que nasce grande. Evento que não se torna fato político é vento. A luta que nasce monstra tende a morrer, assim como a luta que não cresce tende a desaparecer. A luta, como uma fonte de água, precisa virar riacho, tornar-se rio e chegar ao mar. A experiência local deve irradiar-se e alcançar a dimensão nacional e até internacional. Por isso, a luta popular que tem como horizonte a transformação prioriza a parte, como ponto de partida, porque seu objetivo é a inclusão do todo, como ponto de chegada.

Seguindo esta lógica, nossa juventude mobiliza-se tanto no território de Jambuaçu, quanto nos outros municípios e estados. Com a mobilização para a construção e lançamento do protocolo inspiramos outras lutas nas comunidades tradicionais dos municípios de Moju, Abaetetuba e Barcarena no intuito de fortalecer a luta contra a ferrovia paraense. Pensando ainda nesta luta em rede, participamos em dezembro de 2017, no Maranhão, do I seminário internacional de povos e comunidades tradicionais afim de ampliar nossas articulações e pensar a resistência com outros movimentos, povos e comunidades tradicionais.

## **Fechamento-Abertura**

Antes mesmo de tecer algumas considerações de encerramento, tenho o sentimento de que estou cumprindo só mais uma etapa desse estudo. Neste momento a sensação que fica é de que há muito mais a ser questionado, aprofundado e, na perspectiva da pesquisa engajada, de que essa caminhada está apenas começando. Por isso não chamo esta seção de conclusão ou de considerações finais, mas de Fechamento-Abertura.

Esta pesquisa é resultado do engajamento político e do comprometimento étnico do Movimento da Juventude Quilombola do Território de Jambuaçu em contribuir na garantia da existência de suas famílias neste território. Teve como propósito analisar as estratégias de luta e resistência, do passado e do presente acionadas pelas comunidades quilombolas do território para fazer frente às agroestratégias.

Para isso, busquei identificar e analisar os documentos históricos que registram as estratégias e os processos de luta e de resistência das comunidades de Jambuaçu frente as agroestratégias; registrar e analisar as narrativas de lideranças históricas das comunidades que vivenciaram momentos estratégicos de organização comunitária em defesa do território; analisar de que forma essas estratégias históricas de luta permanecem vivas no processo de organização comunitária e como ajudam no atual processo de luta pelo território; analisar em quais espaços e de que modo tem se dado a atuação da juventude nos processos de mobilização, resistência e luta pelo território; estimular e fortalecer o protagonismo político da juventude nos processos atuais de mobilização, luta e resistência.

As análises dos documentos históricos contribuíram para organizar uma sequência lógica dos fatos ocorridos no território. Em seguida, nos ajudou a orientar os diálogos propostos nas rodas de conversa. As narrativas das lideranças colaboraram para que junto às análises históricas pudéssemos articular um acervo da memória coletiva e possibilitar os jovens a mergulhar em suas raízes e em suas próprias histórias. Esses dois primeiros objetivos contribuíram para o fortalecimento e a afirmação da identidade da juventude.

Consequentemente, ao passo que se permitiam mergulhar nessas memórias se dispunham a lutar pelos direitos socioambientais e territoriais em nosso quilombo. Em relação às estratégias de luta constatei que há sem dúvidas um processo de renovação das formas de resistência acionadas pela juventude, mas também se observa que as estratégias antigas seguem tendo seu lugar e estão vivas na memória e na luta cotidiana. Sobre os espaços de atuação da juventude constatei que os jovens têm atuado, sobretudo, nos espaços acadêmicos,

o que demandou a necessidade de mobiliza-los e articula-los em torno da necessidade das demandas do território. Por fim, o estímulo ao protagonismo político da juventude levou-os a traçar novas contra estratégias internas e externas.

Realizar esta pesquisa, por meio da escuta, observação, participação em reuniões, rodas de conversas, audiências, foi antes de tudo, um “mergulhar” em minhas raízes, em minhas memórias, em minha própria história. Foi também um exercício intenso de afirmação de minha identidade, de empoderamento étnico, de tomada de consciência de ser sujeito de direito, e, ao mesmo tempo, um exercício tenso que exigiu de mim paciência histórica à medida que fui tomando conhecimento de situações que muitas vezes me provocaram indignação e revolta. Foi, igualmente, um momento de reaproximação, descoberta e engajamento nesse mundo dos meus ancestrais, do qual muito ainda permanece submerso na memória, silenciada e invisibilizado nos escritos da história oficial.

Muitas das situações que vivenciei ao longo desse percurso me fizeram refletir sobre a forma como eu via a força mobilizadora e a resistência da organização quilombola. O que por vezes chamei de “velhas estratégias de luta e resistência” e que acreditei povoarem apenas a memória dos meus mais velhos, na verdade seguem inspirando e orientando as lutas de hoje. Isso porque embora as agroestratégias também se renovem, muitas das táticas de sua política de morte seguem presentes e reatualizando a validade da luta por meio da ação direta.

Ao longo desse processo de mobilização frente ao projeto da ferrovia, o protagonismo da juventude reativou a combatividade dos mais velhos que se colocaram à disposição para seguir conosco na luta. Ao ativar a memória coletiva, a juventude contribuiu tanto para despertar a rebeldia dos Jovens de Jambuaçu quanto para reacender a esperança daqueles que já lutaram e que ainda se dispõem a somar na luta atualmente. Sabemos que o capital continua avançando com suas agroestratégias sofisticadas e que ainda há muita luta pela frente, mas esses passos foram decisivos para continuarmos mobilizados em defesa do território.

Essa experiência também me levou a refletir sobre o potencial de articulação de nossa juventude, pois todo o processo aqui descrito foi realizado em 4 meses: mobilização da juventude, criação do movimento, desenvolvimento das atividades de preparação e lançamento do protocolo.

Outra reflexão importante que me ocorreu ao longo da pesquisa, é o fato de a juventude ter compreendido que há outras formas de lutar. Se antes nossos mais velhos partiram para a ação direta, tal como no episódio dos 100 encapuzados que se viram obrigados a pegar em armas, hoje a juventude tem plena consciência que os dispositivos

jurídicos e os espaços de produção de conhecimento (universidades e escolas) são importantes ferramentas de luta. A construção e o lançamento do protocolo são resultados dessa compreensão, bem como o mapa produzido por Admar Castro que deixa claro o quanto ainda é preciso que exploremos esse conhecimento técnico ofertado nas universidades para também nos ajudar a explorar nosso território, com a finalidade de fortalecer nossa organização.

É preciso também destacar que os jovens de Jambuaçu incorporaram de forma definitiva os novos meios de comunicação (internet e celular) e as redes sociais ao processo de organização da luta. Para nós, tal como os programas de rádio e jornais populares da região, WhatsApp e Facebook são mais do que meios para nos manter em contato. Em um contexto de grandes distâncias entre as comunidades, onde a população encontra dificuldades de acesso e de locomoção, essas novas ferramentas se tornaram estratégicas e fundamentais para garantir uma mobilização ágil e constante. Além disso, elas igualmente garantem que nossas denúncias cheguem a todos, inclusive aqueles que não pertencem ao território, mas que se solidarizam com as causas dos povos da tradição.

Essa compreensão da necessidade de publicizar as ameaças e as violências que adentram em Jambuaçu nos levou a uma unificação da luta para além do território. Começamos a fomentar uma organização mais ampla da juventude em três municípios: Moju, Abaetetuba e Barcarena no intuito ampliarmos nossas contra estratégias frente ao avanço da FEPASA. Com o apoio de movimentos sociais e pastorais da igreja católica que comungam dos nossos ideais de justiça, mobilizamos algumas comunidades ribeirinhas e quilombolas destes municípios com a finalidade de incentiva-los a se somarem conosco na luta e a construir seus protocolos de consulta prévia como um dos instrumentos de resistência.

Ainda em relação à mobilização da juventude para além do território, é importante destacar nossa participação na assembleia da CPT do regional “Pará”, realizada em Marabá, em abril de 2018. Na ocasião, compartilhamos as experiências e os instrumentos de luta acionados por nós em Jambuaçu. A luta do nosso território inspirou a decisão da CPT de estabelecer como meta de trabalho o assessoramento para construção dos protocolos dos povos e comunidades tradicionais nos municípios que serão atingidos pela ferrovia.

Com esse espírito, e alimentados pela esperança de que a luta se constrói no dia a dia e de que as experiências locais devem inspirar as municipais, estaduais, nacionais e até internacionais, os jovens de Jambuaçu se fizeram presente no “I Seminário Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais”, realizado no Maranhão, para denunciar os ataques sofridos no território, bem como refletir sobre a resistência a nível nacional. Nesse evento, articulamos com a CPT, com o Movimento dos Quilombolas do Maranhão (MOQUIBOM) e



com representantes do movimento “Justiça nos Trilhos”, algumas ações de educação popular para compartilhar o processo de organização e mobilização do território de Jambuaçu, que foi realizado em setembro de 2018. Isso demonstra que essa pesquisa engajada foi capaz de incidir para além da dissertação e do território de Jambuaçu.

A pesquisa nos levou a refletir sobre como a Identidade constitui um elemento essencial por meio e em razão do qual a comunidade se mobiliza e defende seus direitos. Ela é um elemento que agrega, unifica e mobiliza para a organização. A reativação da memória coletiva, levou os jovens, assim como eu, a mergulharem em suas raízes. A partir desse mergulho, reafirmávamos nossas identidades quilombolas ao tempo que nos engajávamos na luta pelo território.

É importante ressaltar que a identidade também foi essencial na resistência travada pelos nossos velhos. Porém, para eles se tratava ainda de uma que identidade transitava entre o ser posseiro, camponês, agricultor e, finalmente, quilombola. Enquanto eles lutaram pela identidade quilombola, a nós, jovens de hoje, cabe abraça-la e, para além dela, lutar pela identidade de povos e comunidades tradicionais no intuito de unificar e fortalecer nossas lutas.

Apesar da fragmentação que o território sofreu devido as agroestratégias das empresas, as comunidades permanecem unidas para defender seus direitos. A mobilização realizada pelo Movimento da Juventude Quilombola de Jambuaçu proporcionou o engajamento daqueles que estavam afastados da organização comunitária e isso representa para nós o fortalecimento da luta, pois somente através do envolvimento coletivo podemos seguir r-existindo para construir o novo que há de vir.

Outro aspecto que nos leva a comparar as experiências vividas em Jambuaçu no passado e no presente é o protagonismo feminino e a força da atuação da mulher. No passado, as mulheres foram protagonistas na luta, pois estavam com suas filhas/os, netas/os e seus companheiros lado a lado no enfrentamento direto organizado por todas/os. Aquelas que não se faziam presentes no combate direto auxiliavam a organização através dos seus conhecimentos ancestrais/espirituais pedindo sempre a proteção de todas/os.

Trago presente o nome de algumas mulheres que marcaram a organização com seu espírito de liderança e luta: Maria Trindade, Fuluca, Maria Helena, Maria Olinda, Conceição, Marta, Joana, Walda, Nelnice, Naza, Guiomar, entre tantas outras que se dispuseram a enfrentar o capital. Hoje, o sangue revoltoso dessas mulheres continua firme em suas filhas e netas que dão continuidade as suas lutas. Elas assumem o protagonismo da ação direta, ocupando vários espaços estratégicos que suas mães e avós não tiveram oportunidade de

ocupar, como a academia, e colocam as experiências e os conhecimentos adquiridos nas universidades a serviço do fortalecimento da organização comunitária.

A juventude do território de Jambuaçu compreende a importância do processo histórico da R-existência e toma para si a continuidade da luta. Nós a assumimos como uma herança ancestral que nos foi deixada pelos nossos avós e bisavós e a conduzimos com a força, ousadia, vigor e esperança que é própria de nossa etapa de vida. A juventude é sempre o novo que constrói o presente a partir dos ensinamentos do passado; é um sujeito social emergente que, com seu jeito próprio de se organizar, aos poucos vai assumindo a tarefa de mobilizar a coletividade para a luta, buscando atuar em diferentes espaços (internos e externos), protagonizando a esperança e construindo novas estratégias.

Considerando as ameaças que avançam sobre nosso povo no contexto atual, a juventude entende que é importante construirmos a resistência dentro e fora do território: fortalecimento de nossas bases a partir da atuação das associações das comunidades e da associação do território (BAMBAÊ); ocupação e fortalecimento da Casa Familiar Rural para investir na formação política de nossos jovens que estão se preparando para fazer o processo seletivo quilombola; resgatar e assumir o trabalho de base que era feito pelas antigas lideranças, por meio de uma educação popular quilombola, visando a afirmação de nossa identidade e o engajamento na luta.

Na construção de uma luta para além do território, entendemos também que é estratégico: disputarmos e ocuparmos os espaços da política partidária no município de Moju para pensar políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais dessa região; ampliar e unificar a luta contra a ferrovia, e outras agroestratégias do capital, em conjunto com os 23 municípios do estado do Pará que são atingidos, assim como com outras comunidades do Maranhão onde a obra da ferrovia já está bem avançada.

Ainda na perspectiva de agir dentro e fora do território, reconhecemos que é preciso ampliar nossa rede de alianças e parcerias para além dos movimentos sociais. Isso envolve estreitar os laços com instituições que podem se somar a nós em defesa das comunidades tradicionais, tais como as universidades públicas, o Ministério Público Federal e Estadual, a Defensoria Pública, agentes públicos, mídia alternativa, dentre outras. Acreditamos que esses espaços e seus sujeitos são estratégicos e de extrema importância para o fortalecimento de nossa luta.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.W.B. **Agroestratégias e Desterritorialização: Direitos Territoriais e Étnicos na Mira dos Agroestrategistas dos Agronegócios.** In: \_\_\_\_\_ capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, v. 1, 2010.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classe.** São Paulo: Expressão popular, 2 ed. 2010.

BORAN, Jorge. **O futuro tem nome: juventude – sugestões práticas para trabalhar com jovens.** São Paulo: Paulinas, 1994.

CARTA CAPITAL. **No Maranhão, barbárie contra os índios gamela.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-maranhao-barbarie-contra-os-indios-gamela>. Acesso em 26 de maio de 2017.

CENSO 2010. **População Urbana e Rural.** UOI. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/>. Acesso em 25 de maio de 2017.

COSTA, Solange Maria Gayoso da; SAUER, Sergio; ALMEIDA, Welligton (Org). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectiva.** Brasília: Editora UnB, 2011.

CPT, Guajarina. **Dossiê do conflito dos Quilombolas do Jambuaçu, Moju-PA x Companhia Vale do Rio Doce.** Ananindeua: 2007.

CPT, Região Guajarina. **2º fascículo: Reação, rebeldia e resistência do povo Afro no Brasil, no Pará e na região Guajarina.** Ananindeua: 2008.

CPT. **Chacina em Redenção (PA) deixa pelo menos dez posseiros mortos.** Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/cpt/3794-chacina-em-redencao-pa-deixa-pelo-menos-10-posseiros-mortos>. Acesso em 25 de maio de 2017.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y Diferencia.** Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Tradução Enilce Albergaria, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: ed. UFJF, 2005. 374-p. (coleção Cultural. V2). Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?lookup=0&q=FANON,+Frants.+Os+condenados+da+terra&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?lookup=0&q=FANON,+Frants.+Os+condenados+da+terra&hl=pt-BR&as_sdt=0,5). Acesso em 28 de maio.

FRANCISCO, Vilma. **Direitos humanos para quilombolas: consciência e atitude.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FUNDAJ. **Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil**. Termo de referência. Recife: Fundaj Economia, 1995. 31.

GAWORA, Dieter et. al. **Povos e comunidades tradicionais no Brasil**. Montes Claros: Unimontes, 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. **O projeto político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais**. Revista de estudos Feministas: Florianópolis, 2008.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; CHAPUIS, René Pocard. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Felix do Xingu, estado do Pará**. In: Revista Nera, Presidente Prudente, ano 16, nº 22, p. 96-111, jan-jun/2013.

MACHADO, Joana Carmem do Nascimento. (2014). **“Nem parece que tem quilombola aqui”**: (in) visibilidade da identidade quilombola no processo formativo da CFR do território quilombola de Jambuaçu Pe. Sérgio Tonetto. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2014.

MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente pioneira e da frente de expansão**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, mai. 1996.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MEDEIROS, Étore; FONSECA, Bruno. Disponível em: <[apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/](http://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/)>. Acesso em: 24 de abr. de 2017.

Memória Mojuense. **Sítio Arqueológico Jaguari, Patrimônio Mojuense**. Disponível em: <http://www.memoriamojuense.com.br/2011/01/sitio-arqueologico-jaguari-patrimonio.html>. Acesso em 23 de maio de 2018.

MOURA, Glória. **Quilombos contemporâneos: resistir e vencer**. Brasília: FCP, 2012.

OIKOS, Valec. **Relatório de impacto ambiental – RIMA**. Rio de Janeiro, Ministério dos Transportes, 2009.

OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente a ação da OIT/ Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 1 v, 2011.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de Base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas:** Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense. 2014. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Resistência Descolonial:** estratégias e táticas territoriais. Revista Terra Livre, São Paulo, 2017 (no prelo).

PORTO-GONÇALVEZ, Carlos Walter. **De saberes e de territórios:** diversidade e emancipação a partir da experiência Latino Americana. In Ana Esther Cecenã (Org.). **De los saberes de la emancipación y de la domonación.** Buenos Aires: CLACSO, 2008. 32.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação:** liberdade, autonomia, emancipação: princípios/ fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2. Ed. 2013.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **As almas da terra:** a violência no campo mojuense. Belém: Editora Açai, 2012.

SAUER, Sergio. **Violação dos direitos humanos na Amazônia:** conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 1990.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TEIXEIRA, Luciana. As potencialidades paisagísticas e o avanço da fronteira agrícola na faixa da BR-163 de Cuiabá /MT a Santarém/PA. Presidente Prudente: UNESF/FCT, 2002.

TONETTO, Sergio. **Poderão matar as flores, mas não a primavera:** a construção de Benezinho e Virgílio como símbolos de luta pela terra no imaginário social do campesinato da região Guajarina. São Luís: 2007.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (Orgs.). **Formas de matar, de morrer e de resistir:** limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

**ANEXO I – Texto do Abaixo Assinado do Território Quilombola de Jambuaçu – PA ao Governador do estado do Pará.**

**ABAIXO ASSINADO**

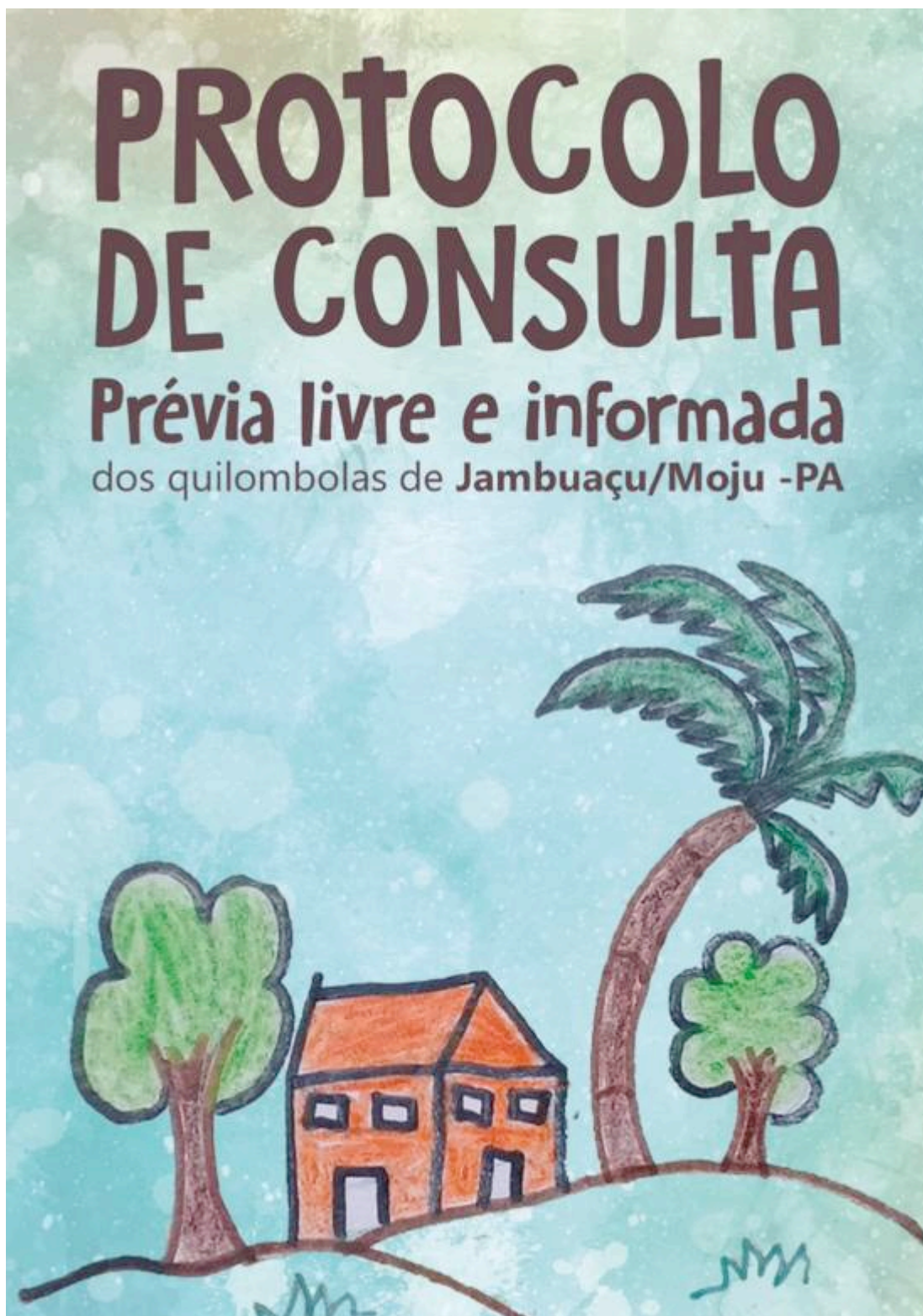
Ao Excelentíssimo Senhor Simão Robson Oliveira Jatene  
Governador do Estado do Pará

Os cidadãos abaixo assinados, brasileiros e domiciliados na Comunidade de \_\_\_\_\_, Território quilombola de Jambuaçu-PA, S/N solicitam de Vossa Senhoria a revogação do Decreto nº 1.969 de 24 janeiro de 2018 aprovado no dia 25 de janeiro do mesmo ano. Reconhecemos que o decreto põe em risco nossa permanência em nosso território, tendo em vista que o mesmo vem sofrendo investidas do capital em parceria com o Governo do Estado do Pará para que a Ferrovia Paraense - FEPASA corte o território de Jambuaçu ao meio. O decreto visa a padronização da consulta e desconsidera os protocolos de consulta prévia, livre e informada de nossas comunidades. De acordo com o Art. 6º da OIT é dever dos Governos “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afeta-los diretamente”. O direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado se sustenta no reconhecimento dos direitos fundamentais de povos e comunidades tradicionais e na garantia da sua livre determinação. Ou seja, nós, povos tribais, quilombolas, temos o direito de decidir livremente sobre o nosso presente e nosso futuro na qualidade de sujeitos coletivos de direitos.

Na certeza de termos nossos pleitos atendidos, encaminhamos este documento em 3 folhas numeradas e assinadas por todos os cidadãos em duas vias a serem protocoladas em seu Gabinete.

	Nome	RG	CPF
1.			

**ANEXO II – Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada dos  
quilombolas de Jambuaçu/Moju – PA**





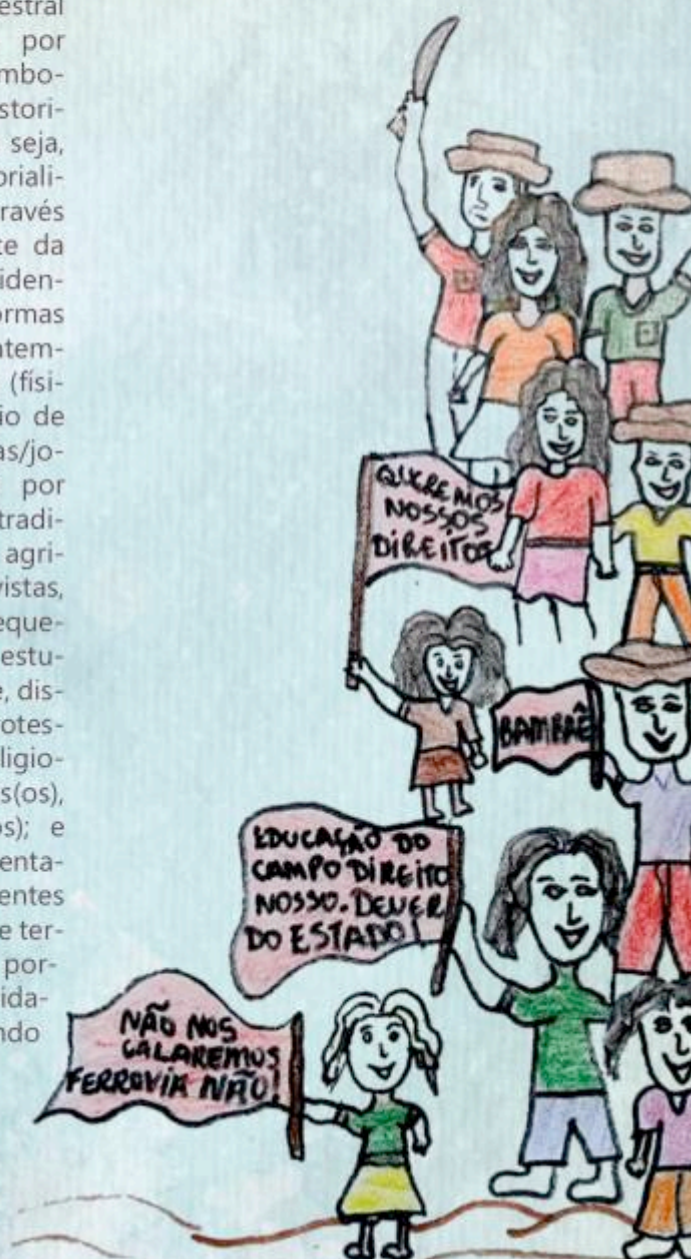
Nos dias 13 e 14 de Outubro de 2017, na Casa Familiar Rural Padre Sérgio Tonetto – CFR (Comunidade Quilombola N.S.<sup>a</sup> das Graças), os movimentos e organizações quilombolas presentes e reunidos em caráter de assembleia geral, criaram durante o processo de sistematização e aprovação do Protocolo C.P.L.I e Consentimento do Território Quilombola de Jambuaçu, o **Autoridade Coletiva Quilombola de Jambuaçu**, formada por uma rede de autoridades (responsáveis) e autônomas para/na tomada de decisão no que tange a proteção e defesa da territorialidade quilombola em nome do quilombo de Jambuaçu/Moju. Na ocasião, as autoridades elegeram como organizações mobilizadoras e articuladoras para a realização das reuniões e assembleias as seguintes entidades: **GERSAPT, BAMBAÊ, CFR, Grupos das Tucandeiras, Associação Quilombola Agricultores de São Manoel e Associação Remanescente de Quilombo Santa Ana Axé do Baixo.**





## Quem e Como somos?

"Somos um só povo", ligados por uma **TERRITORIALIDADE** ancestral e marcada, tradicionalmente, por "interligações de famílias quilombolas". Nós nos autoafirmamos, historicamente, de forma coletiva, ou seja, como quilombolas que se territorializam, social e politicamente, através da interculturalidade, resultante da articulação de nossos atributos identitários, tais como as nossas formas de "ser" "homem-mulher" contemporâneos e nos diferenciamos (físicos e simbolicamente) por meio de grupos geracionais (crianças/jovens/adultos/idosos), também por nossos próprios "trabalhos" tradicionais, nos realizamos como agricultoras(es) familiares, extrativistas, servidoras(es) públicas(os), pequenas(os) empreendedoras(es) e estudantes; seguimos, internamente, distintas orientações religiosas: protestantes, católicas(os), afro-religiosas(os), assim como benzedeadoras(os), curandeiras(os) e parteiras (os); e finalmente, nós nos autorepresentamos, politicamente, em diferentes formas de organizações sociais e territoriais (urbano-rural). Assim, portanto, formamos uma só "identidade quilombola plural", conjugando o passado com o presente.





## Porque e como queremos ser consultados?

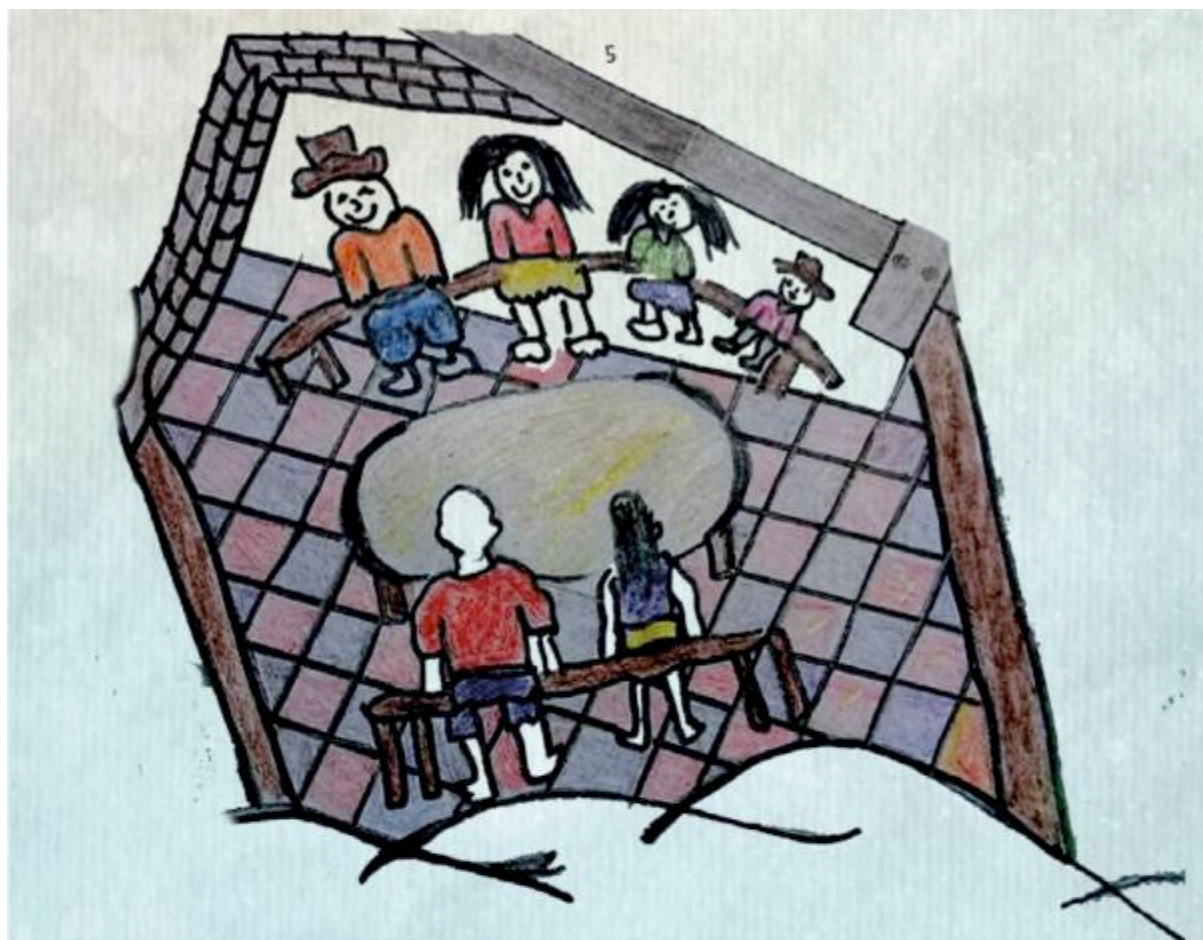
Não queremos que a nossa história seja esquecida e muito menos violentada. "Os empreendimentos aceleraram o processo de extermínio do nosso povo desde a década de 70 com a entrada da REASA, MARBORGES, VALE, IMERYS, HIDRO, entre outros" que violentaram nosso modo de vida. Porque esses "empreendimentos que passaram por aqui nos enganaram covardemente".

Não queremos que a "Exploração e violação de direitos se repitam nunca mais". Pois sabemos que "Eles querem concluir o Etnocídio, mas não vamos deixar eles concluir o extermínio da nossa gente, da nossa terra".

Por isso exigimos que o nosso protocolo seja respeitado, reconhecendo as nossas Territorialidades, que se realizam, também, através das nossas relações com os parentes que vivem nas comunidades vizinhas (São João, Juquiri, Bacuri, Envirateua, Nova Vida) e vilas do ramal Primavera, localizadas no entorno do nosso território, assim como as nossas formas de organização e representações políticas de Jambuaçu com assentos em Conselhos da esfera Municipal-Estadual-Federal que tratam dos Direitos Humanos e Políticas Públicas para o nosso povo, e que, por sua vez, são corresponsáveis pelo nosso "bem viver" quilombola.







## Realização das Reuniões

Todas as Reuniões devem ser em nosso território, no qual devem nos informar previamente com no mínimo de 180 dias da consulta (P.L.I) e de consentimento. Devem assegurar a logística (deslocamento, alimentação, estadia, transporte) e sobretudo, a manutenção e o efetivo uso da infraestrutura de nosso território (pontes, estradas, internet, vicinais, demarcação/sinalizações com placas e portais, rede de telefonia e comunicação), além ampliar os serviços públicos básicos de saúde, educação e segurança, sendo que, do ponto de vista da segurança, deverá garantir investigações aprofundadas sobre os crimes ocorridos e que possa vir a ocorrer contra qualquer membro da Autoridade Coletiva Quilombola de Jambuaçu. O governo deverá custear integralmente todas as despesas necessárias, para que assim haja condições de livre participação de todos os Quilombolas (extraterritorialidade) pertencentes ao Quilombo de Jambuaçu-Moju.



## Quem deve ser consultado?

Todas as Organizações, Movimentos, Fóruns, Associações, Sindicatos, Conselhos, Comissões, Grupos, Congregação Quilombolas, tais como:

Coordenação das Associações dos Quilombolas de Jambuaçu – **BAMBAÊ**: Organização que representa as associações das 15 comunidades e as das extraterritorialidade do quilombo de jambuaçu: Associação Quilombola Oxossi da Ribeira, Associação Quilombola Oxalá do Jacundaí, **Associação Quilombola Agricultores de São Manoel**, Associação Remanescente de Quilombo Conceição do Mirindeua, Associação Remanescente de Quilombo Santa Maria do Mirindeua, Associação Remanescente de Quilombo Santo Cristo Ipitinga do Mirindeua, Associação Remanescente de Quilombo Olourum Santa Luzia do Traquateua, Associação Remanescente de Quilombo Santa Maria do Traquateua, Associação Remanescente de Quilombo Gongo São Sebastião Vila Traquateua, Associação Remanescente de Quilombo Filhos de Zumbi Bom Jesus do Centro Ouro, Nossa Senhora das Graças, São Bernardino, **Associação Remanescente de Quilombo Santa Ana Axé do Baixo**, Associação Remanescente de Quilombo Iorubá de Santa Luzia do Prazer-Vila Poacê.

Bezendeiras; Parteiras e Puxadeiras; Grupo de Dança Dandaras; Grupo de Dança Carimbó "Poacê"; Boi Bumbá; Escoteiros Mirindeua; Grupo ou Comissões que Discutem Culturas; Times Esportivos; **Associação das Mulheres de Jambuaçu** - As Tucandeiras; Todas as Orientações Religiosas; Conselhos Escolares; Compequim; Estudantes Quilombolas; Grupo das Charcudas; Grupo das Paneleiras; Rosas 13 de Maio; Centenárias Malafaia; Lavradores; Extrativistas das Suas Respectivas Comunidades Quilombolas; Ribeirinhos Quilombolas; Assalariados Rurais; Servidores Públicos; ACS'S - Agentes Comunitários de Saúde Quilombolas; Grupos de jovens, Idosos e de crianças; **Casa Familiar Rural Padre Sérgio Tonetto (CFR)**; Professores Quilombolas; Profissionais Técnico Administrativo e Apoio Quilombolas; Estudantes Universitários Quilombolas; Grupo de Estudos das Relações Sócios Ambientais e Povos Tradicionais - GERSAPT/PRONERA-UFPB; SANKOFA; Movimento LGBT'S; Pessoas com deficiências - PCD'S e Pesquisadores Quilombolas

**Estes e os parentes quilombolas que constituem a Territorialidade Quilombola de Jambuaçu, devem ser ouvidos e consultados "TODOS DE UMA VEZ SÓ".**







## Como deve ser o processo consulta de preparação para realização da consulta prévia livre informada?

Deve ocorrer antes de ser pensado quaisquer empreendimentos ou atividades que possa alterar, modificar ou perturbar o nosso modo de vida e bem-estar, assim como possam violar e/ou desrespeitar os nossos direitos constitucionais e os reconhecidos pela **convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**.

**Como deverá nos informar da consulta:** O governo (órgão solicitante) deverá encaminhar Ofícios para todas as organizações citadas como mobilizadoras que compõem a "Autoridade Coletiva Quilombola de Jambuaçu", especificando através de linguagem acessível, detalhada, clara e objetiva as pautas a serem abordadas, com o prazo mínimo de 180 dias antes da consulta.



## O que deve ser considerado para preparação de consultas e reuniões?

- **Quanto as datas:** deverão ser planejadas e consentidas pela nossa “**Autoridade Coletiva Quilombola de Jambuaçu**” respeitando as dinâmicas sociais, culturais, religiosas e de trabalho das nossas comunidades.
- **Quanto ao conteúdo das informações:** O governo deverá incentivar e custear quantas reuniões forem necessárias, de acordo com o planejamento, para esclarecer as dúvidas relativas ao objetivo da consulta, considerando as nossas condições e limitações sociais físicas e intelectuais.
- **Quanto à Coordenação das Reuniões:** Ficará sob a responsabilidade da **Autoridade Coletiva Quilombola de Jambuaçu** e também de indicar mediador(es) da Defensoria Pública do Estado do Pará, e/ou Ministério Público do Estado do Pará, e Ministério Público Federal.
- **Quanto a participação nas reuniões e na consulta prévia livre informada e de consentimento:** Para que a consulta seja realmente livre, deverão participar **SOMENTE o órgão solicitante** (com o poder de tomada de decisão) e os nossos parceiros: a **Defensoria Pública Estadual (DPE)**, o **Ministério Público Estadual (MPE)** e **Ministério Público Federal (MPF)**, as organizações escolhidas por nós e nossos **convidados especiais**, inclusive **técnicos de nossa confiança**, que serão indicados por nós mediante a carta convite.
- **Quanto aos registros das informações:** Deverão ser organizadas, planejadas e realizadas pela “Autoridade Coletiva Quilombola de Jambuaçu”.
- **Quanto aos encaminhamentos resultantes das reuniões:** A “Autoridade Coletiva Quilombola de Jambuaçu”, deverá realizar uma **ASSEMBLEIA GERAL INTERNA** para avaliar e deliberar o consentimento ou não, para em seguida informar oficialmente o órgão solicitante.
- Não aceitaremos, pessoas **ARMADAS** nas reuniões, qualquer força de segurança pública ou privada.



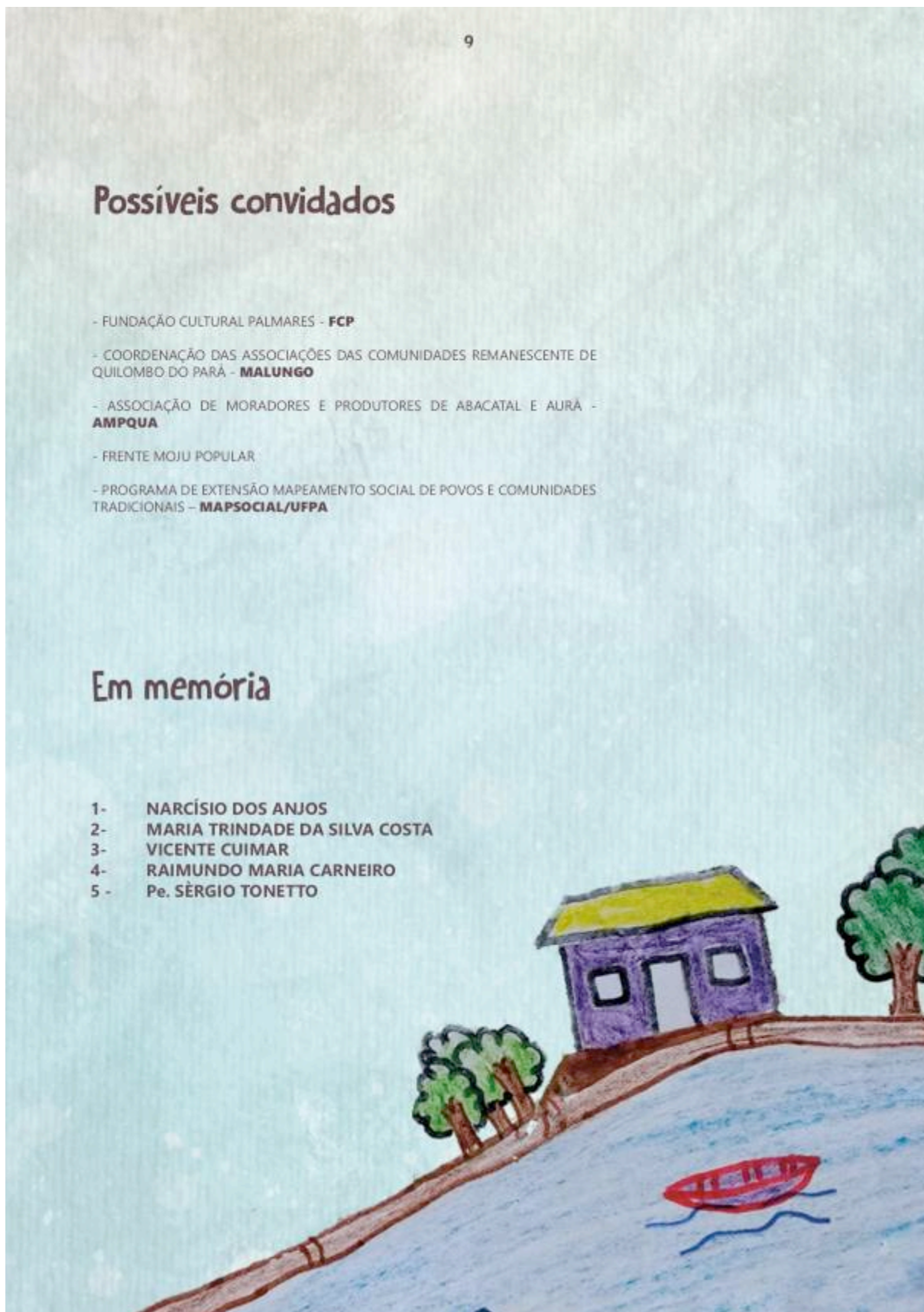


## Possíveis convidados

- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES - **FCP**
- COORDENAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS COMUNIDADES REMANESCENTE DE QUILOMBO DO PARÁ - **MALUNGO**
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES DE ABACATAL E AURÁ - **AMPQUA**
- FRENTE MOJU POPULAR
- PROGRAMA DE EXTENSÃO MAPEAMENTO SOCIAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – **MAPSOCIAL/UFPA**

## Em memória

- 1- NARCÍSIO DOS ANJOS
- 2- MARIA TRINDADE DA SILVA COSTA
- 3- VICENTE CUIMAR
- 4- RAIMUNDO MARIA CARNEIRO
- 5- Pe. SÉRGIO TONETTO



## Parceiros

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - **DPE**

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - **DPU**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - **MPE**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - **MPF**

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA - **PNCSA**

GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA - **EDUQ**

PROGRAMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA - **PRONERA**

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO - **MAM**

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE MOJU - **STTR**

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - **CPT- GUAJARINA**

CÁRITAS BRASILEIRA - **REGIONAL NORTE II**

CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO NO PARÁ - **CEDENPA**

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL - **FASE / AMAZÔNIA**

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA - **GEPERUAZ/UFPA**

GRUPO DE ESTUDO AFRO-AMAZÔNICO - **GEAM/IFCH**

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE TERRITORIALIDADE AÇÕES COLETIVAS E JUSTIÇA - **NETA/UFF**

GRUPO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES SÓCIOS AMBIENTAIS E POVOS TRADICIONAIS - **GERSAP-T/PRONERA-UFPA**







## As Entidades de Referência mobilizadora

- GRUPO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES SÓCIOS AMBIENTAIS E POVOS-TRADICIONAIS – **GERSAPT/PRONERA-UFPA**  
**Endereço:** Comunidade Quilombola de Santa Ana Axé do Baixo – Território Quilombola de Jambuaçu/Moju-PA (Casa da Dayane Érica).  
**Email:** gersapt@gmail.com
- COORDENAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU - **BAMBAÊ**  
**Endereço:** Rodovia dos Quilombolas, s/n, km 26, Comunidade Quilombola de Nossa Senhora das Graças - Território Quilombola de Jambuaçu/Moju-PA.
- CASA FAMILIAR RURAL PADRE SÉRGIO TONETTO - **CFR**  
**Endereço:** Rodovia dos Quilombolas, s/n, Comunidade Quilombola de Nossa Senhora das Graças - Território Quilombola de Jambuaçu/Moju-PA.
- ASSOCIAÇÃO DE GRUPO DE MULHERES DA PRODUÇÃO E RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR, ARTESANATO E EXTRATIVISMO SOLIDÁRIO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE **JAMBUAÇU (A.G.M.T.O.J) - TUCANDEIRAS.**  
**Endereço:** Rod. dos Quilombolas, km 09, Comunidade Poacê - Território Quilombola de Jambuaçu/Moju-PA, cep: 68450-000.
- ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA AGRICULTORES DE SÃO MANOEL  
**Endereço:** Comunidade Quilombola de São Manoel – Território Quilombola de Jambuaçu/Moju-PA.
- ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO SANTA ANA AXÉ DO BAIXO  
**Endereço:** Comunidade Quilombola de Santa Ana Axé do Baixo – Território Quilombola de Jambuaçu/Moju-PA.

## Apoio





### ANEXO III – Termo de Compromisso com o Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada dos quilombolas de Jambuaçu/Moju – PA

TERMO DE COMPROMISSO COM O PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA LIVRE E INFORMADA DOS QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU/MOJU-PA

Termo de Compromisso celebrado entre todas as Organizações, Movimentos, Fóruns, Conselhos, Congregações, Grupos e Associações Quilombolas do Território de Jambuaçu e as autoridades do poder executivo e legislativo.

Moju (PA), 22 de fevereiro de 2018.

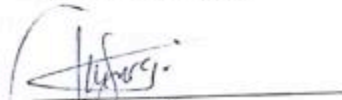
Aos Excelentíssimos senhores e senhoras

	NOME	INSTITUIÇÃO
01	SECRETÁRIO MICHELL DURANS	Representante do Governo do Estado do Pará Secretário da SEJUDH
02	PREFEITO DEODORO PANTOJA DA ROCHA	Prefeito De Moju
03	DEPUTADO MÁRCIO DESIDÉRIO TEIXEIRA MIRANDA	Presidente da ALEPA
04	VEREADOR LEANDRO HENRIQUE CARDOSO DA ROCHA	Presidente da Câmara de Moju
05	DEPUTADO CARLOS BORDALO	Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALEPA
06	SECRETÁRIO THALES BELO	Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS
07	SECRETÁRIO EDUARDO LEÃO	Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia – SEDEME
08	PROFESSOR JHON	Representante dos Jovens de Jambuaçu
09	ANA	Representante das Mulheres do Jambuaçu
10	AURÉLIO DA MALUNGU	Coordenador das Associações das Comunidades REMANESCENTES DE Quilombos do Pará – MALUNGU
11	JOANA CARMEM MARCOS VINÍCIUS LIMA	Representante do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da UFPA
12	PADRE PAULO JOANIL DA SILVA	Representante da CPT
13	DR. FELIPE DE MOURA PALHAE SILVA	Procurador da República


14	SRA. VIVIA CARDOSO	Coordenadora da Associação de Moradores e Produtores Quilombolas de Abacatal/Aurá
15	FLÁVIA /	Representante da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA
16	PROFESSORA ROSA ACEVEDO	Coordenadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
17	DRA. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS	Ouvidoria Agrária do TJ/PA
18	SR. NELSIVALDO BARGAS	Gerente de Comunidades Quilombolas do Instituto de Terras do Pará
19	DR. JOSÉ ARAÚJO DE BRITO NETO	Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PA
20	PROFESSOR SALOMÃO HAGE	Coordenador do Fórum de Educação no Campo
21	PROFESSOR ALEX MONTEIRO	Grupo de Estudos Afro-Amazônico
22	SRA. ANGÉLICA	Representante do CEDENPA
23	DR. JOHNY FERNANDES GIFFONI	Defensor Público do Estado do Pará – Representando o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas da Defensoria Pública do Estado
24	RICARDO TAVARES - RICARDINHO	Coordenador das Associações dos Quilombolas de Jambuaçu - BAMBAÉ


Em ato extraordinário na Assembleia Legislativa Paraense (ALEPA) no dia 22 de fevereiro de 2018 que reuniu representantes do poder Executivo e Judiciário, bem como as lideranças das Comunidades Quilombolas do Território de Jambuaçu e dos movimentos sociais, para discutir a necessidade do lançamento do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada no território acima citado. Reconhecendo que o território quilombola de Jambuaçu perdeu grandes extensões de terras em prol das políticas desenvolvimentistas desde a década de 1980 com a expansão da monocultura de Dendê, na década de 2000 com a passagem do mineroduto e da linha de transmissão de energia e atualmente com a possível passagem da Ferrovia Paraense

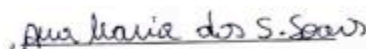
faz-se necessário se fortalecer as políticas que assegurem nossos direitos sociais e territoriais. Por reconhecer que o território é o "nosso bem maior", no qual reproduzimos nosso modo de vida tradicional. De acordo com o Art 6º da OIT é dever dos governos "consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas e administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente". O direito a consulta e ao consentimento prévio, livre e informado se sustenta no reconhecimento dos direitos fundamentais de povos e comunidades tradicionais e na garantia da sua livre determinação. Ou seja, nós, povos tribais, quilombolas, temos o direito de decidir livremente sobre o nosso presente e nosso futuro na qualidade de sujeitos coletivos de direito. Diante do exposto, nos comprometemos em respeitar o que estabelece o protocolo de consulta prévia, livre e informada dos quilombolas do território de Jambuçu.

  
Michell Durães

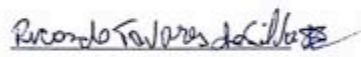
  
Leandro Henrique Cardoso Da Rocha

  
Johnny Fernandes Giffoni


  
Renato Chaves

  
Ana Soares

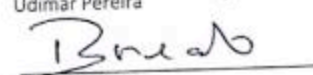
  
Paulo Joanil

  
Ricardo Tavares

Antônio Carlos

  
CREWSA SANTOS  
SEDOC/UEBA

  
Udimar Pereira

  
Carlos Bordalo

  
Marcos Vinicius

  
John Cleber

  
Flávia Santos

  
Alef Monteiro

  
Marjorie Barros

  
Vanuza Cardoso



Aurélio S. Borges  
Aurélio Borges

José Gomes da Silva Neto  
FASE - AMAZONIA

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____